



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL**

**Qual o Papel das Autarquias na Educação, no
Apoio à Família?**

**Dissertação orientada por:
Professora Doutora Manuela Teixeira**

Rosa Maria de Araújo Pinto
Porto, junho de 2013

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho de investigação constituiu desde do início um grande desafio pelo que tal só foi possível realizar com o apoio incondicional de muitos que agora recordo.

Ao ISET que me acolheu e apoiou, e que com a reconhecida qualidade académica e científica deu-me a oportunidade de realizar mais esta etapa educativa.

Aos meus professores do ISET pelo conhecimento que me transmitiram, pelo apoio, pelos momentos de reflexão e disponibilidade concedida.

À Professora Manuela Teixeira que me orientou e apoiou neste percurso, pela sua disponibilidade, postura crítica e exigência.

Aos meus colegas de curso pela camaradagem, apoio, compreensão e o espírito de entreajuda.

Aos autarcas e técnicos das Autarquias onde incidi o meu estudo: Câmara Municipal da Trofa, na pessoa da Senhora Presidente Dr.^a Joana Lima, Vereadora da Educação Dr.^a Teresa Fernandes e técnicos da Educação; Câmara Municipal da Maia, na pessoa do Senhor Presidente Dr. António Bragança Fernandes, Vereador da Educação Dr. Manuel Nogueira Santos e técnicos Educação, o facto de terem permitido a recolha de informação junto da autarquia, sem a qual não teria sido possível desenvolver este trabalho.

Aos representantes dos Agrupamentos de Escolas dos Concelhos: da Trofa, Dr. Sérgio Oliveira (agrupamento de escolas de Castro), e da Maia, Dr.^a Alberta Rocha (agrupamento de escolas de Águas Santas), pela disponibilidade e permissão da recolha de informação obtida junto das mesmas, sem a qual não teria sido possível desenvolver este trabalho.

Aos Encarregados de Educação de ambos os Concelhos que colaboraram no preenchimento dos questionários, pois foram de uma importância crucial para o desenvolvimento deste estudo.

À minha família e amigos pelo carinho, compreensão, apoio e incentivo que me transmitiram ao longo do percurso, apesar das minhas ausências.

Sobretudo ao João, que foi e sempre será a minha fonte de inspiração, para além de ser meu sobrinho e afilhado, é muito mais que isso, é um grande amigo.

Muito obrigada

*Dedico este trabalho ao meu sobrinho e afilhado como
forma de incentivo, para que nunca desista.*

RESUMO

Com o intuito de sabermos como é que se realizam as competências educativas a nível local iniciamos este trabalho com um percurso exaustivo pela legislação. Percebermos concretamente qual o papel das Autarquias na Educação, nomeadamente no Apoio às Famílias, assim como qual é o papel dos Pais na Educação.

Tendo como base as competências educativas autárquicas foi possível constatar o andamento a duas velocidades do poder local: a legislação, por um lado, e a concretização prática dessa mesma legislação, por outro, o poder local foi chamado a intervir na educação, tentou-se listar as várias competências que o poder local foi adquirindo e discuti-las à luz da importância do poder local.

A Participação Parental na Educação dos seus filhos/educandos, apesar dos entraves existentes, é cada mais reconhecida e mais participada. Sendo também fundamental a existência de uma boa colaboração entre Família/Escola.

A realidade do estudo de caso realizado permitiu elucidarmo-nos sobre as grandes diferenças que vão da normatividade à prática. Através de várias entrevistas e análise de vários documentos foi possível distinguirmos as diferentes formas de atuações das autárquicas ao nível da educação. Atuações simultaneamente condicionadoras e condicionadas por diversos aspetos entre eles, o tipo de população existente, o protagonismo e identidade dos diversos atores sociais envolvidos em toda esta temática, entre outros aspetos.

Palavras-Chave: Participação Parental, Competências Educativas Locais, Educação, Apoio à Família, Colaboração Família/Escola.

ABSTRAC

With the intention of knowing how the educational skills are locally performed, we have initiated this investigation through an exhaustive analysis on the legislation. We have understood exactly which role autarchies play in Education, namely regarding Support to Families, as well as which role parents play in Education.

Having as basis autarchic educational skills it was possible for us to find out the two speed course of the local power: on the one hand, the legislation and its achievements; on the other hand, the local power was called to intervene on education, we tried to make a list of the various skills the local power has been acquiring and discuss them in the light of the same local power.

Parental participation on children's education, despite existent hindrances, is getting more and more active and acknowledge. Being also fundamental the existence of a good cooperation between Family/School.

The reality of the present study case allowed us to clarify the huge discrepancies between the norm and the practice. Through several interviews and the analysis of various documents it has been possible for us to distinguish the different forms of autarchic acting on the educational level. Performances whether conditioned or conditioning by several aspects, amongst which are the type of population existent, the importance and identity of the various social performers involved in this theme, among other aspects.

Keywords: Parental Participation, Local Educational Skills, Education, Family Support, Family/School Cooperation.

ÍNDICE

	página
AGADECIMENTOS.....	i
RESUMO.....	iii
ABSTRAC.....	iv
INTRODUÇÃO GERAL.....	2
CAPÍTULO I - O PAPEL DA AUTARQUIA NA EDUCAÇÃO NO APOIO À FAMÍLIA.....	5
INTRODUÇÃO.....	6
1. OS MUNICÍPIOS EM PORTUGAL	8
1.1. Enquadramento legal.....	8
1.1.1 Legislação.....	10
1.2. O poder local e as escolas: que relações?	13
1.3. As autarquias e a transferência de competências: mais poder ou mais responsabilidade.....	16
1.4. Os Municípios e a implementação dos Serviços/Programas Sócioeducativos:.....	19
1.4.1. Componente de apoio à família	19
1.4.2. Atividades de enriquecimento curricular.....	21
1.5. Opinião das autarquias sobre as atividades.....	23
1.6. Opinião dos agrupamentos de escolas sobre as atividades.....	34
1.7. Projeto Educativo: Municipal e Escolar.....	40
1.7.1. Projeto Educativo Municipal.....	40
1.7.2. Porjeto Educativo Escolar.....	42
CONCLUSÃO.....	43
CAPÍTULO II - PARTICIPAÇÃO PARENTAL NA ESCOLA.....	44
INTRODUÇÃO.....	45
1. FAMÍLIA: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES	47
2. O PAPEL DOS PAIS NA EDUCAÇÃO	49
	v

3. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PARENTAL NA EDUCAÇÃO DOS SEUS EDUCANDOS.....	52
4. OBSTÁCULOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA.....	54
5. COLABORAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: CAMINHO PARA UM BOM DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA.....	56
6. ENQUADRAMENTO LEGAL DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA....	59
7. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO PARENTAL: UMA TIPOLOGIA DE ALVES-PINTO E TEIXEIRA.....	64
CONCLUSÃO	65

CAPÍTULO III - A PERSPETIVA DOS PAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA E A SUA RELAÇÃO

COM A ESCOLA.....	67
INTRODUÇÃO.....	68
1. O INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS.....	69
2. A AMOSTRA DO ESTUDO: Construção e características dos respondentes.....	71
2.1. Onde, quando e a quem foi distribuído o Instrumento Recolha de Dados...	71
2.2. Caracterização da amostra.....	72
2.2.1. Género.....	72
2.2.2 Idade.....	73
2.2.3. Habilitações académicas.....	74
2.2.4. Grau de educação ou ensino dos filhos.....	75
2.2.5. Localização da escola.....	76
2.2.6. Concelho a que a escola pertence.....	77
2.3. O que quisemos saber através do questionário aos pais.....	78
2.4. Procedimentos que adotamos na elaboração do questionário	79
3. OPINIÃO DOS PAIS SOBRE A COMPONENTE DE APOIO ÀS FAMÍLIA E AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR DOS FILHOS.....	81
3.1. Concelho a que pertencem os respondentes.....	81
3.1.1. Frequência das respostas.....	81
3.1.2. O Concelho segundo as habilitações dos respondentes.....	81
3.1.3. O Concelho segundo a localização da escola	82
3.1.4. O Concelho segundo o nível de ensino do filho.....	82

3.2. Opinião dos pais sobre as atividades da componente à família e as actividades de enriquecimento curricular dos filhos.....	83
3.2.1. Frequência das respostas (favorável e desfavorável).....	83
3.2.2. Indicador agregado favorável.....	83
3.2.3. Variações segundo o perfil dos respondentes	84
3.2.4. Opinião favorável sobre a componente de apoio à família e as actividades de enriquecimento curricular dos filhos segundo o grau de educação ou ensino frequentado pelos educandos.....	84
3.2.5. Indicador agregado desfavorável.....	85
3.2.6. Variações segundo o perfil dos respondentes.....	85
3.2.7. Opinião desfavorável sobre as actividades de enriquecimento curricular dos filhos segundo o grau de educação ou ensino frequentado pelos educandos.....	85
3.2.8. Opinião desfavorável sobre a componente de apoio à família e as actividades de enriquecimento curricular dos filhos segundo a localização da escola.....	86
3.3. PAIS INFORMADOS SOBRE O PERCURSO ESCOLAR DOS FILHOS ..	87
3.3.1. Frequência das respostas.....	87
3.3.2. Indicador Agregado	87
3.3.3. Variações segundo o perfil dos respondentes	88
3.3.4. Pais informados sobre o percurso escolar dos filhos.....	88
3.4. PAIS INFORMADOS SOBRE A ESCOLA DOS SEUS FILHOS/EDUCANDOS.....	89
3.4.1. Frequência das respostas.....	89
3.4.2. Indicador Agregado.....	89
3.4.3. Variações segundo o perfil dos respondentes.....	90
3.4.4. Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos segundo o género.....	90
3.4.5. Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos segundo a idade.....	91
3.4.6. Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos segundo o nível de ensino	91
3.5. PAIS PARCEIROS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS QUE DIZEM	

RESPEITO AOS FILHOS.....	92
3.5.1. Frequência das respostas.....	92
3.5.2. Indicador Agregado.....	92
3.5.3. Variações segundo o perfil dos respondentes	93
3.5.4. Pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos/educandos segundo o seu nível de ensino.....	93
3.6. PAIS PARCEIROS NA TOMADA DE DECISÃO NA ESCOLA	94
3.6.1. Frequência das respostas	94
3.6.2. Indicador Agregado	94
3.6.3. Variações segundo o perfil dos respondentes	95
3.6.4. Pais parceiros na tomada de decisão na escola segundo a localização da escola	95
ALGUMAS CONCLUSÕES.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
BIBLIOGRAFIA	103
LEGISLAÇÃO CONSULTADA	104
ANEXOS.....	106
ANEXO I	
Questionário.....	107
ANEXO II	
Entrevistas aos responsáveis políticos (Autarquias da Trofa e da Maia).....	112
ANEXO III	
Síntese das entrevistas aos responsáveis políticos (Autarquias da Trofa e da Maia)...	130
ANEXO IV	
Entrevistas aos subdiretores dos agrupamentos (Castro e Águas Santas).....	139
ANEXO VI	
Síntese das entrevistas aos responsáveis dos agrupamentos (Castro e Águas Santas)...	149

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Género	72
Tabela 2 - Habilitações Literárias	75
Tabela 4 – Grau de educação ou ensino dos filhos	75
Tabela 5 – Localização da escola	76

Tabela 6 – Concelho a que a escola pertence.....	77
Tabela 7 – Concelho a que pertencem os respondentes.....	81
Tabela 8 – O Concelho, segundo as habilitações dos respondentes	81
Tabela 9 – O Concelho, segundo a localização da escola	82
Tabela 10 – O Concelho, segundo o nível de ensino do filho	82
Tabela 11 – Frequência das respostas, segundo a opinião dos pais sobre as Atividades (favorável e desfavorável).....	83
Tabela 12 – Indicador agregado (opinião favorável dos pais sobre as atividades).....	83
Tabela 13 – variações segundo o perfil dos respondentes (opinião favorável dos pais sobre as atividades).....	84
Tabela 14 – Opinião favorável dos pais sobre as atividades, segundo o grau de educação ou ensino do filho.....	84
Tabela 15 – Indicador agregado desfavorável (opinião desfavorável dos pais sobre as atividades).....	85
Tabela 16 – Variações segundo o perfil dos respondentes (opinião desfavorável dos pais sobre as atividades).....	85
Tabela 17 – Opinião desfavorável dos pais sobre as atividades, segundo o grau de educação ou ensino do filho.....	86
Tabela 18 – Opinião desfavorável dos pais sobre as atividades, segundo a localização da escola	86
Tabela 19 – Frequência das respostas (pais informados sobre o percurso escolar Dos filhos)... ..	89
Tabela 20 – Indicador agregado (pais informados sobre o percurso escolar dos filhos)	87
Tabela 21 – Variações segundo o perfil dos respondentes (pais informados sobre o percurso escolar dos filhos)	88
Tabela 22 – Pais informados sobre o percurso escolar dos filhos	88
Tabela 23 – Frequência das respostas (pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos).....	89
Tabela 24 – Indicador agregado (pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos).....	89
Tabela 25 – Variações segundo o perfil dos respondentes (pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos)	90
Tabela 26 – Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos, segundo o	

gênero.....	90
Tabela 27 – Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos, segundo a idade.....	91
Tabela 28 – Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos, segundo o nível de ensino	91
Tabela 29 – Frequência das respostas (pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos).....	92
Tabela 30 – Indicador agregado (pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos).....	92
Tabela 31 – Variações segundo o perfil dos respondentes (pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos).....	93
Tabela 32 – Pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos, segundo o nível de ensino	93
Tabela 33 – Frequência das respostas (pais parceiros na tomada de decisão na escola).....	94
Tabela 34 – Indicador agregado (pais parceiros na tomada de decisão na escola).....	94
Tabela 35 – Variações segundo o perfil dos respondentes (pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos).....	95
Tabela 36 – Pais parceiros pais parceiros na tomada de decisão na escola, segundo a localização da escola	95

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico I – Composição da amostra, segundo o gênero.....	73
Gráfico II – Composição da amostra de pais, segundo a idade.....	74
Gráfico III – Composição da amostra de pais, segundo as habilitações literárias...	75
Gráfico IV - Composição da amostra de pais, segundo o grau de ensino do filho...	76
Gráfico V - Composição da amostra de pais, segundo a localização da escola.....	77
Gráfico VI - Composição da amostra de pais, segundo o Concelho.....	78

INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra-se no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, na área de especialização em administração educacional.

Pretendemos analisar à luz da problemática da descentralização da administração da educação, o modo como as autarquias locais implementaram os Programas, quer a componente de apoio à família, no âmbito do prolongamento do pré-escolar, quer as atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo do ensino básico.

Nos últimos trinta anos tem surgido legislação que confere mais atribuições e competências às autarquias locais, mas é sobretudo a partir da década de 90 que estas são chamadas a intervir de um modo mais ativo na organização e administração do sistema educativo, no contexto da territorialização das políticas educativas.

O desenvolvimento da intervenção educativa dos municípios tem acontecido não só em resultado de novas competências atribuídas pelo poder central, mas também, por iniciativas próprias, as quais, muitas vezes, estão enquadradas nas políticas educativas locais e/ou projetos educativos locais. A autonomia serve para alcançar metas que se encontram no projeto educativo a médio e longo prazo, funcionando como um documento de orientação para toda a comunidade educativa. (MARTINS, 1999, p. 15)

Atualmente, os municípios assumem um papel importante não só ao nível da construção, manutenção e apetrechamento do parque escolar (uma das competências educacionais mais antigas), mas também da oferta educativa, nomeadamente através da implementação do programa das atividades de enriquecimento curricular no primeiro ciclo do ensino básico. Este programa, criado e tutelado pelo Ministério da Educação, veio atribuir novas competências aos Municípios que se constituíram como entidades promotoras, ao nível da organização e gestão da oferta educativa/extracurricular. (cfr. Decreto- Lei nº 144/2008, de 28 de Julho)

É neste contexto, que surge a pertinência de efetuar uma descrição da diversidade dos processos de organização e gestão da oferta da componente de apoio à família e das atividades de enriquecimento curricular, assim como procurar saber se existe ou não articulação entre esta oferta extracurricular proporcionada pelas autarquias e a política educativa municipal e/ou o projeto educativo local.

A opção por este estudo foi determinada por razões de atualidade política e de motivação pessoal. Por um lado, o processo relativamente recente de descentralização de competências para os municípios na sequência do estabelecido no Decreto-lei supracitado que produziu efeitos em janeiro de 2009, veio demonstrar a fase de aceleração aparente do processo de descentralização, e nesse contexto, as atividades de enriquecimento curricular introduziram uma nova dimensão neste processo. Por outro lado, a experiência profissional adquirida ao longo de dez anos numa escola do concelho da Trofa, e mais recentemente num gabinete de apoio à educação da mesma autarquia, durante os últimos três anos, assistindo de perto à atribuição de novas competências nesta matéria, levou a que considerássemos pertinente efetuar uma reflexão sobre a temática da oferta educativa autárquica no âmbito da descentralização da administração da educação.

Neste sentido, este estudo foi feito em dois Concelhos vizinhos, Trofa e Maia. Os motivos que nos levaram a fazer esta opção, foram essencialmente as diferenças de extensão territorial, de população e, sobretudo, por serem dirigidos por Partidos Políticos diferentes. Note-se que o Município da Maia possui uma extensão territorial e populacional muito superior ao da Trofa.

Este trabalho é composto de três capítulos: no capítulo I trata-se do papel da autarquia no apoio à família no enquadramento escolar, introduzindo-se aqui os resultados das entrevistas realizadas às Autarquias e aos Agrupamentos de escolas dos

dois concelhos objeto do estudo; no capítulo II aborda-se a participação parental na escola e por último; no capítulo III apresenta-se a opinião dos pais sobre as atividades a cargo da autarquia e a sua perspetiva sobre a participação na escola, a partir dos dados recolhidos através de inquérito por questionário dirigido aos pais dos concelhos da Trofa, e da Maia.

Na página 96 apresentaremos as conclusões obtidas na nossa investigação e em seguida são explanadas algumas considerações que entendemos serem essenciais.

CAPÍTULO I

O PAPEL DA AUTARQUIA NA EDUCAÇÃO, NO APOIO À FAMÍLIA

INTRODUÇÃO

No Sistema político de organização administrativa central, o governo detém o poder público e a decisão de todas as decisões importantes, ou seja, numa centralização administrativa, que tende a reunir num centro único as iniciativas e a autoridade.

Na última década, as intervenções dos municípios na administração e gestão pública da educação aumentaram significativamente. Pouco a pouco, num contexto em que global e local se completam, assistimos a uma reorganização da educação que já não pode ser pensada apenas a partir do ponto de vista das escolas. Esta nova visão do bem comum, da descentralização formal e informal e da territorialização das políticas educativas, tornaram mais complexo o campo e fizeram emergir a importância da relação dos municípios com a educação. (MARTINS, 2007, p.2)

Porém, descentralizar para quê?

Descentralizar é dar mais poder às autarquias, para solucionar problemas de âmbito local, sendo o Ministério da Educação a instituição que reúne as melhores condições para iniciar esse processo, a partir do momento que inseriu as escolas nas comunidades e com a transferência para a administração local a gestão dos meios. (BAIXINHO, 2008^a, p.5)

Com o processo de descentralização será mais sensível responder objetivamente e mais rapidamente às situações que surgem a nível local, criar-se condições para que esses problemas sejam solucionados no local e pelos responsáveis locais. O poder central fica apenas com o que não pode ser feito pelos outros níveis periféricos inferiores.

É de salientar que o contrato celebrado entre a escola, Ministério de Educação, a Autarquia e, possivelmente, outros parceiros sociais, visa a definição de cláusulas que

proporcionem o progresso e a evolução do projeto educativo da escola ou agrupamento de escola. (cfr. TEIXEIRA, 2009, p.17)

Abordaremos esta temática neste capítulo da seguinte forma: primeiro daremos a conhecer o conteúdo do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho e os normativos legais sobre a transferência dos novos poderes para as autarquias; de seguida, falaremos sobre as relações entre o poder local e as escolas; depois refletimos sobre a transferência de competência para as autarquias, tentando perceber se esta lhes proporcionou mais poder ou mais responsabilidades; procuraremos, entender como foi feita a implementação dos serviços de apoio à família, quer na componente de apoio à família, quer nas atividades de enriquecimento curricular, no Município da Trofa e da Maia. Por fim refletiremos acerca da opinião das autarquias e dos agrupamentos de escolas sujeitos da nossa investigação sobre as atividades desenvolvidas no âmbito das transferências de competências supra referidas.

Ciente que a este nível, no campo da descentralização do poder central para o local, já foram sendo dados alguns passos, todavia é perfeitamente perceptível que o percurso a percorrer é ainda extenso.

1. OS MUNICÍPIOS EM PORTUGAL

1.1. Enquadramento legal

O Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho vem de algum modo reforçar e dotar as autarquias de competências para uma gestão mais qualificada, sendo o principal objetivo do Governo o reforço e a qualificação do poder local.

Após a definição do modelo de relacionamento financeiro, de acordo com a previsão do fundo social municipal, na Lei de Finanças Locais, torna-se fundamental iniciar uma efetiva descentralização de competências que perspetive a transformação estrutural das políticas autárquicas, nomeadamente em matéria de educação, e no quadro do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

As competências a transferir para os municípios, que constam do Decreto-Lei referido, resultam de uma concertação negocial entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A descentralização na Educação em Portugal tem como objetivo obter avanços claros e sustentados na organização e na gestão dos recursos educativos, na melhoria de qualidade das aprendizagens e na oferta de oportunidades mais amplas dos níveis de formação dos cidadãos.

Neste sentido, o Poder Central entendeu, por bem, repartir a administração e gestão das escolas pelos diversos intervenientes do processo educativo. Transferindo o poder do centro para âmbito local. (BAIXINHO, o.c., p. 6)

Segundo o Contrato de Execução, nas suas cláusulas 2ª, 3ª e 4ª, o Governo no Orçamento do Estado para 2008 ficou autorizado a transferir para os municípios as

dotações inscritas no orçamento dos ministérios, relativas às competências a descentralizar nos domínios da educação, designadamente no que respeita a encargos com pessoal não docente do ensino básico e às atividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

Nos termos do art.º 2º, nº1, do Decreto-Lei 144/2008, a partir do ano letivo de 2008/2009, as competências a transferir para os municípios, em matéria de educação, abrangeram as seguintes áreas:

- **Gestão do pessoal não docente:** O pessoal não docente das escolas básicas (pré-escolar e 1º, 2º e 3º ciclos) foi transferido para os municípios, cabendo a estes exercer competências em matéria de recrutamento, afetação e colocação de pessoal, gestão de carreiras e remunerações, bem como poder disciplinar, sem prejuízo do poder hierárquico da direção das escolas;
- **Ação social escolar:** São transferidas para os municípios as atribuições ao nível da implementação de medidas de apoio sócio-educativo, gestão de refeitórios, fornecimento de refeições escolares, seguros escolares e leite escolar aos alunos do ensino pré-escolar e dos segundo e terceiro ciclo;
- **Construção, manutenção e apetrechamento de estabelecimentos de ensino:** As atribuições de construção, manutenção e apetrechamento das escolas básicas são transferidas para os municípios;
- **Transportes escolares:** As atribuições em matéria de organização e de funcionamento dos transportes escolares do terceiro ciclo são transferidas para os municípios;

- **Educação pré-escolar da rede pública:** As atribuições em matéria de educação pré-escolar da rede pública transferidas para os municípios abrangem a gestão do pessoal não docente, a componente de apoio à família, nomeadamente o fornecimento de refeições e o apoio ao prolongamento de horário, a aquisição de material didático e pedagógico;
- **Atividades de enriquecimento curricular:** As atribuições em matéria de atividades de enriquecimento curricular do primeiro ciclo, designadamente o ensino do Inglês, o ensino de outras línguas estrangeiras, a atividade física e desportiva, o ensino da Música e outras expressões artísticas e atividades organizadas neste âmbito, são transferidas para os municípios. A tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores continuam a ser da competência do Ministério da Educação;
- **Residências para estudantes:** São transferidas para os municípios a gestão das residências para estudantes existentes no respetivo concelho, o que pressupõe a transferência do património e do pessoal das referidas residências.

Através de uma nova política sócioeducativa de proximidade às populações, designadamente na área da educação, procura-se reduzir as discrepâncias que subsistem na prestação do serviço educativo.

1.1.1. Legislação

- O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro de 2003, do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, regulamenta os conselhos municipais de

educação e aprova o processo de elaboração da carta educativa, transferindo competências para as autarquias locais.

Este decreto-lei assume a transferência de competências para os municípios na área da educação, nomeadamente dos ensinos pré-escolar e ensino básico. Fala-nos da Carta educativa, tratando-se de um instrumento crucial e exequível para a organização da rede escolar. Fala-nos também da transferência de competências atribuído ao conselho municipal, assim como da sua constituição. Este é constituído, entre outros pelo(a) Presidente de Câmara, que assume também a presidência. As suas competências passam pelas áreas de ação social escolar, da educação e do ensino não superior.

Estas medidas resultaram de uma ação conjunta entre o Governo e a Associação dos Municípios Portugueses. Este diploma veio apenas complementar as medidas adotadas na anterior legislação existente, designadamente os Decretos-Lei nº 77/84 de 08 de Março, o 299/84 de 05 de Setembro, o 399-A/84 de 28 de Dezembro e o 115-A/98 de 4 de Maio.

- O Decreto-lei nº 77/84, de 8 de Março estabelece o regime de delimitação e de coordenação das atuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos.
- O Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro de 1984, regula a transferência para os municípios das novas competências em matéria de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares.
- O Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro contém as normas relativas a transferência para os Municípios das novas competências em matéria de ação social escolar.

- O Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio, aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.
- O Decreto-lei n.º 147/97, de 11 de Junho, estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede nacional de educação pré-escolar pública e privada e define o respetivo sistema de organização e funcionamento.

A educação pré-escolar é muito importante na primeira etapa de qualquer criança entre os três anos e a idade de admissão no ensino básico. Neste sentido, o programa de expansão e de desenvolvimento da educação do pré-escolar, definido na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), tem por objetivo dar apoio às famílias, no que respeita à educação das crianças proporcionando-lhe condições básicas para o seu pleno desenvolvimento, no âmbito social e educativo. É de salientar que é primordial a qualidade deste ensino. Este diploma impõe ainda, o princípio de igualdade de oportunidades, sendo prioridade do Governo criar sinergias para ampliar a rede do pré-escolar, utilizando o investimento direto.

Atendendo às necessidades da família no prolongamento do horário escolar, tal como o bem-estar das crianças/jovens o Ministério da Educação entendeu criar atividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de atividades enriquecimento curricular no primeiro ciclo do ensino básico (O Despacho n.º 14460/2008), visando o bom crescimento das crianças/jovens e consequentemente o seu sucesso escolar. Essas atividades foram estabelecidas, em 1997, no regime geral da educação pré-escolar, criado pela, Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, e, em 2001, no Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro, o diploma que estabelece os princípios orientadores da organização e gestão curricular do ensino básico.

- A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, designada como Lei de Bases do Sistema Educativo veio delinear os aspetos fundamentais para que a educação da criança/jovem esteja assegurada.
- A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, veio definir o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.
- A Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos autárquicos.
- A Lei n.º 79 de 25 de Outubro, Lei das Finanças Locais, sendo só foi regulamentada pelo Decreto-Lei 208/82, de 26 de Maio.
- O Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, estabelece o regime de celebração de contratos-programa de natureza setorial ou plurissetorial.

1.2. O poder local e as escolas: que relações?

Com a democratização da sociedade portuguesa, em 1974, a escola pública tem sido palco de diversas políticas e ensaios, tendo como objetivo preparar cada indivíduo para, segundo as suas aptidões, assumir na sociedade o lugar onde mais de sente realizado e mais útil.

Ao longo de várias décadas, os sucessivos Governos patentearam boas intenções de encetar reformas educativas, legislando com o objetivo de anunciarem medidas inovadoras que iriam beneficiar o estado da educação. (ALVES-PINTO, 2002, p.7)

Os Governos foram passando, por vezes de forma mais célere do que o desejável, porém as escolas, essas, permaneceram e serviam de cenário à normatividade legislada. (Ibidem)

Neste afã de reformar, é fácil perceber que as boas intenções foram infecundas, isto, porque os vários Governos quando chegaram ao poder, em vez de

verificarem/avaliarem as medidas anteriormente tomadas, preferiram lançar, as suas próprias medidas, sem se aperceberem da confusão que se foi instalando no dia-a-dia dos profissionais da educação, em meio escolar. (ibidem)

Ao não existir um conceito estabelecido de avaliação das medidas de política educativa, as decisões que são tomadas, sem um acompanhamento adequado, acabam, sem dúvida, por produzir efeitos dissemelhantes dos que foram previamente anunciados. Uma vez que o mundo contemporâneo está cada vez mais complexo e exigente, em que as mudanças são cada vez mais profundas, torna-se cada vez mais imprescindível concertar uma política de proximidade com as escolas. (ibidem)

Deste modo, a escola deve produzir uma atitude de abertura, adotando um comportamento de adesão a novas ideias e a transformações de mentalidade, atitudes nos vários domínios em que se exerce a execução sócioeducativa.

Numa sociedade orientada por princípios de democracia requiere-se uma abertura à partilha de poderes e à participação de outros significativos, envolvendo-os e interagindo com eles na tomada de decisão. Evidentemente que nos referimos aqui aos representantes da comunidade local onde a escola está inserida. (cfr. TEIXEIRA, 2009, pp.8-9)

É certo que, ao longo dos anos, os diplomas legais têm estabelecido as regras da administração e gestão das escolas, teorizando uma progressiva participação/envolvimento do poder local na administração da educação. (EVANGELISTA, s/d, p.1) Todavia, se a complexa tarefa da administração das escolas deveria ser o foco central de quem tem pretensão de aprimorar a qualidade da educação em Portugal, contudo, em matéria de educação, não basta só legislar é necessário algo mais. (cfr. TEIXEIRA, 2002, p.127)

Com efeito, a escola é uma organização onde se encontram ideias e interesses contraditórios, interesses, esses, das famílias, dos docentes, dos alunos, dos funcionários, das autarquias e ainda nalguns casos de origem cultural e económicos da própria comunidade. (cfr., EVANGELISTA, o.c., p.2)

Deste modo, é de prever que este choque de interesses cause conflitualidade entre os membros/parceiros, gerando, naturalmente, constrangimentos mas, também oportunidades e apesar de o poder estar mais concentrado nos professores, que se encontram no órgão de direção, poderá existir uma partilha de administração das mesmas, no sentido de gerar consensos significativos para todos os parceiros educativos (ibidem)

Nesta linha de pensamento, tem sido desenvolvida uma descentralização muito retórica em que as autarquias locais são carregadas com competências mas sem os recursos económico/financeiros apropriados, por isso, têm resistido à implementação dessas competências. (ibidem)

Então, porque não se vislumbra um projeto descentralizador coerente e negociado? Nas escolas existe um clima de incerteza em relação à possível intromissão do poder local nos assuntos internos das mesmas. (ibidem)

Contudo, sabemos que há municípios que acabam por desenvolver e incrementar atividades com as escolas, ultrapassando, deste modo, as competências atribuídas formalmente pelo governo, nomeadamente projetos socioeducativos, recursos humanos, formação profissional, entre outros. (ibidem)

Com o intuito de criar mecanismos de combate à exclusão, às desigualdades, ao absentismo escolar, bem como ao abandono escolar, há municípios, que através dos departamentos da educação e ação social têm intervindo mais eficazmente na escola, combatendo esses problemas sociais, com projetos inovadores, facultando novas

possibilidades de escolhas às crianças/jovens e às suas famílias. Como exemplo disso referimos o projeto “Porto Feliz” da Câmara Municipal do Porto e o projeto “Os Mediadores Educativos” da Câmara Municipal de Gondomar. Estes projetos foram apresentados pelos respetivos Vereadores de Educação num debate nacional sobre educação, intitulado “Autonomia das Instituições Educativas e Novos Compromissos pela Educação”. (CNE, 2008, pp.91-101 e pp.103-110)

Na educação subsistem muitas ideias, conceitos e teorias, mas, refletindo e trabalhando os factos, há escolas que têm iniciativas concretas, inovadoras e dinâmicas em conjunto com outros atores sociais, no sentido de colmatar e superar problemas geradores de insucesso, agindo, então, não só no domínio meramente escolar mas também no domínio social. É sabido que problemas de ordem socio / económica e afetiva se refletem nas aprendizagens e no comportamento do aluno. (cfr., *ibid.*, p111)

Também o projecto “Porto Feliz” mereceu um comentário positivo da parte de um dos seus oradores, José Afonso Baptista, salientando o facto de possuir um carácter inovador e de muito interesse para o público-alvo, demonstrando como as autarquias podem ter um papel determinante nos novos caminhos da educação, evidenciando o quanto é crucial o envolvimento de novos atores na educação, podendo trazer melhorias muito significativas para a mesma. (*ibid.*, p.101)

1.3. As autarquias e a transferência de competências: mais poder ou mais responsabilidade?

O processo de autonomia das escolas teve a sua origem após o 25 de abril de 74, quando a democracia começa a refletir-se na política educativa nacional, e principalmente na última década dos anos 80, surgindo medidas do poder central, no

sentido de desconcentralizar e descentralizar no âmbito administrativo. (BAIXINHO, 2008^b), p.234)

Baseando-se nas reformas educativas que foram nascendo noutros países da Europa, Portugal foi implementando medidas, por sentir uma profunda necessidade de mudar, sendo a lei de bases do sistema educativo considerada o ponto central de todo esse processo. É também com esta lei que emerge a relação da escola com a comunidade educativa. Por tal, foi exequível concretizar medidas conducentes a descentralizar decisões que beneficiam o aparecimento de parceiros fortes e independentes no âmbito local. (ibidem)

A coadjuvação entre o poder central e o local, no que concerne à educação, adotou novas formas de participação, particularmente no que se refere a transportes escolares, à ação social escolar e à construção e manutenção das escolas. Constata-se, então, que o poder local passa a ter que intervir cada vez mais, na educação, liderando e planeando políticas educativas locais, ainda quando participa em iniciativas conjuntas, quando investe em técnicos, equipamentos e infraestruturas. (ibid., pp.234-235)

Entende A. BAIXINHO - e nós também assim o entendemos - que a transferência de competências do primeiro ciclo para os municípios foi um presente envenenado, assim como a transferência de competências no que respeita aos segundo e terceiro ciclo é espectral que assim o seja. (ibid., p.248)

Os muitos concelhos que assinaram o contrato de execução posteriormente viram-se a braços com anormalidades na construção de muitas escolas, pois estas possuíam materiais com efeitos cancerígenos, nomeadamente telhados com telhas de fibrocimento. Deste modo, para os substituírem por novos, foi necessário investir muito dinheiro nesse campo. Embora, o Governo tenha participado com uma verba, essa

não abrangia a totalidade da despesa, resultando dispêndios acrescidos para os Municípios, já por si muito endividados. (ibidem)

Por todo lado, os professores queixam-se da falta de condições e, por seu turno, os pais lamentam que as câmaras não pensem no bem estar dos alunos. (ibidem)

Na opinião do autarca da Câmara Municipal da Maia, que não assinou o contrato de execução, foi entendido como um presente envenenado, é seu parecer que este processo de transferências não trouxe mais poder às câmaras, trouxe, sim, mais responsabilidade. (cfr. Anexo II – E2)

Este e outros factos de transferência, não de poderes, mas de encargos para as autarquias leva A. FERNANDES, (1995, p.57) à interpretação de que a autarquia aparece como vulgar recurso financeiro e não como um parceiro, sendo mesmo colocada ao mesmo nível que outra qualquer entidade privada de prestação de serviços educativos. Ora isto, demonstra claramente que os normativos anteriores ainda que subliminarmente tenham a ideia de uma conceção centralizadora e estão imbuídos de uma certa reserva no que concerne às capacidades de intervenção do poder autárquico na educação.

Assim é legítimo afirmar que as autarquias são vistas apenas como responsáveis financeiramente, pelos edifícios, pelos equipamentos, pelos transportes escolares e apoio socioeducativo, mas, sem qualquer tipo de poder de gestão dos imóveis dos quais são proprietários. (Ibidem)

1.4. Os Municípios e a implementação dos Serviços/Programas Sócioeducativos:

1.4.1. Componente de apoio à família

Foi assinado, em Julho de 1998, um Protocolo de Cooperação, entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Segurança Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar. Este é o instrumento que garante as condições para a participação das autarquias neste domínio, de acordo com a Lei-quadro da Educação.

Na sequência do Protocolo de Cooperação, foi assinado em 1998 um Acordo de Cooperação, celebrado entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios. (SILVA, A., 2009, p.13; ANMP, 2007, p.5)

O Acordo de Cooperação define que as autarquias são responsáveis por:

1. Encargos com pessoal com funções de ação educativa em jardins de infância.
2. Componente de apoio à família – serviço de refeições (serviço disponível em todos os estabelecimentos do pré-escolar da rede pública).
3. Componente de apoio à família – serviço de prolongamento de horário. (SILVA, A., o.c., p.13; ANMP, o.c, p.6; OPLE, 2010, p.1)

No Orçamento do Estado de 2008, o Governo ficou incumbido de transferir para os municípios as verbas inscritas no Orçamento dos Ministérios referentes às competências educativas que estavam a ser descentralizadas

A Componente de apoio à família é um projeto de educação que visa proporcionar às crianças em jardim de infância um conjunto de apoios, atividades formativas e ocupacionais que permitam uma melhor otimização e gestão do seu tempo extra-escolar, através de atividades lúdicas, pedagógicas e didáticas. (SILVA, A., o.c., pp.12-13)

O objetivo fundamental da Componente de Apoio à Família é enriquecer o plano pedagógico escolar com um complemento ocupacional de qualidade. Com efeito, a política educativa mais recente teve em consideração a evolução do quadro social e familiar, nomeadamente, no que diz respeito à educação pré-escolar, pai e mãe trabalham fora de casa, o número de elementos na família tende a reduzir e os avós ainda estão empregados ou vivem longe. (cfr. *ibidem*)

Neste sentido, a Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro, Lei-quadro da Educação Pré-Escolar, no seu ponto 1, do artigo 12.º, determina que os estabelecimentos de educação pré-escolar devem adotar um horário apropriado para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, no qual sejam previstos períodos específicos para atividades educativas, de animação e de apoio às famílias, tendo em conta as necessidades das mesmas.

Em sequência, o Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Julho, regulamenta a flexibilidade do horário dos estabelecimentos de educação pré-escolar, de modo a responder às dificuldades das famílias.

As atividades de apoio à família integram todos os períodos que estejam para além das 25 horas letivas e que, de acordo com a lei, sejam definidos com os pais no início do ano letivo. (*ibidem*)

A Componente de Apoio à Família deverá continuar a ser fomentada através de um trabalho em parceria com as instituições particulares de solidariedade social ou com as associações de pais, autarquias ou os próprios Agrupamentos de Escolas, entidades às quais deve ser atribuída a possibilidade de promover atividades de preenchimento das pontas dos horários e dos períodos de interrupção de aulas, tendo em vista encontrar respostas diversificadas de acordo com as realidades locais.

1.4.2. Atividades de enriquecimento curricular

O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de outras atividades de enriquecimento curricular – correntemente designado de AEC – foi criado pelo Despacho da Ministra da Educação n.º 12.591, de 16 de Junho de 2006 e surge na sequência da experiência, desenvolvida no ano letivo de 2005/2006 com o Programa de Generalização do Ensino de Inglês nos terceiro e quarto ano de escolaridade. Este Programa insere-se na prioridade dada pelo Governo à melhoria das condições de ensino e aprendizagem no 1º Ciclo do Ensino Básico e encontra-se já no seu segundo ano de implementação. (ANMP, o.c, p.9)

As atividades de enriquecimento curricular pretendem cumprir o duplo objetivo de garantir a todos os alunos do primeiro Ciclo de forma gratuita, a oferta de um conjunto de aprendizagens enriquecedoras do currículo, ao mesmo tempo que se concretiza a prioridade enunciada pelo Governo de promover a articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio às famílias. (Ibidem)

A generalização das atividades de enriquecimento curricular no âmbito do primeiro ciclo do Ensino Básico (CEB), é não só encarada como estratégia de promoção do sucesso escolar, mas também como forma dos tempos de permanência das crianças nas escolas poderem responder adequadamente às necessidades das famílias. (cfr. Anexo II – E1 e E2)

O Despacho n.º 14460/2008 de 26 de Maio, define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino públicos e na oferta de atividades de enriquecimento curricular, considerando as autarquias locais entidades privilegiadas na promoção das atividades de enriquecimento curricular.

De acordo com o Despacho n.º 12.591, de 16 de Junho de 2006, o Programa de Generalização do Ensino do Inglês no terceiro e quarto anos e de outras atividades de enriquecimento curricular no primeiro Ciclo do Ensino Básico deve ser acompanhado por uma comissão constituída para o efeito, a Comissão de Acompanhamento do Programa (CAP), da qual fazem parte:

- O Diretor-Geral da direção geral da inovação e do desenvolvimento Curricular (DGIDC) e os diretores regionais de educação (DRE);
- Os representantes da associação nacional de municípios portugueses (ANMP);
- Os representantes da confederação nacional das associações de pais (CONFAP);
- Os representantes da associação portuguesa de professores de inglês (APPI);
- Os representantes da associação portuguesa de educação musical (APEM);
- Os representantes do conselho nacional das associações de professores e profissionais de educação física (CNAPEF) e
- Os representantes da sociedade portuguesa de educação física (SPEF), que têm vindo igualmente a participar nas atividades da componente de apoio pedagógica, conforme previsto no referido despacho.

O esforço que tem sido exigido às escolas e aos seus profissionais, às autarquias e aos restantes parceiros na promoção das atividades de enriquecimento curricular tem vindo a consolidar-se, nos anteriores dois anos letivos.

No quadro da nova conjuntura política, económica e financeira que Portugal atravessa, estas atividades estão a ser postas em causa e a serem (re)pensadas.

1.5. Opinião das autarquias sobre as atividades

As autarquias locais atravessam dificuldades financeiras elevadas, como foi dito pelos autarcas da Maia e da Trofa em entrevista que nos foi concedida (ver anexo II – E1 e E2).

A Câmara da Maia já nem sequer aderiu à transferência de competências, entendeu que deveriam aguardar por uma oportunidade que fosse mais benéfica para todos. A Câmara da Trofa foi menos prudente, estando presentemente a passar por sérios constrangimentos de carácter económico/financeiro.

- **O motivo de escolha dos Municípios em estudo**

Os municípios em estudo foram escolhidos pela proximidade, mas sobretudo pelo facto de terem características diferentes. Na Trofa a força política é o PS e na Maia é o PSD, naturalmente os seus princípios ideológicos e a forma de atuação também o são; enquanto a Trofa é uma autarquia recente com catorze anos de existência, a Maia, é uma autarquia com muitos anos de vida e por isso com uma experiência muito mais lata.

A Maia possui uma área de território com 83,14 km² de área e 140 859 habitantes (informação obtida junto da Câmara Municipal da Maia), com dezassete freguesias, já a vizinha Trofa tem apenas oito freguesias, uma área total de 71,71 Km², e 37 581 habitantes (informação obtida junto da Câmara Municipal da Trofa). Ambas pertencem à Área Metropolitana do Porto.

Foram também de interesse para a nosso estudo pelo facto de uma, a Trofa, ter assinado o contrato de execução, transferência de competências para as autarquias, enquanto que, a Maia não assinou por entender que “podia ser um presente envenenado” (ver anexo II entrevista E2). A Maia, embora estivesse preparada para assumir a

transferência de competências, decidiu primeiro realizar um estudo, contratando uma universidade para o efeito, que posteriormente foi remetido para análise do Ministério da Educação, mas que até agora não obteve qualquer tipo de resposta sobre o mesmo.

- **Decisão política adotada**

No que concerne ao município da Trofa convém referir que a decisão de celebrar o contrato de execução, em 2008, foi da responsabilidade do anterior executivo. Segundo o Dr. Manuel Silva, coordenador da divisão da educação da Câmara Municipal da Trofa, não tendo conhecimento dos motivos que levaram a tal decisão, julga que no momento, tal decisão foi vista como uma oportunidade da autarquia poder atuar de forma mais eficaz sobre o sistema educativo, numa altura em que as transferências financeiras acordadas permitiam cobrir as responsabilidades contraídas. (ver anexo II - E1)

Na Câmara da Maia no entanto continuaram com as responsabilidades de que já eram detentores, nomeadamente pelo pessoal não docente, da Educação Pré-escolar, através da colocação de assistentes operacionais (auxiliares da acção educativa e de assistente técnicos), assim como de animadores culturais. (ver anexo II - E2)

Na opinião do representante da autarquia da Trofa, com a transferência do pessoal não docente, as câmaras, de uma certa forma, aumentaram o seu poder sobre as escolas, pois «quem paga manda», porém, na realidade, quem exerce esse poder sobre o pessoal não docente é o diretor do agrupamento, este representante, e responsável da divisão da educação, vai mesmo mais fundo na questão quando afirma que há alguma ambiguidade no exercício do poder sobre os funcionários o que gera, por vezes, problemas, o que não é bom nem para os funcionários, nem para as instituições (ver anexo II - E1).

Na Câmara da Maia, o Sr. Vereador afirma que “(...) se se realizar a transferência de todo o pessoal não docente do ensino básico o trabalho deve ser feito sempre em parceria com os agrupamentos de escolas”, e entende que essa experiência servirá para aumentar as responsabilidades e as preocupações e não tanto o poder (ver anexo II - E2).

Em ambas as autarquias o recrutamento do pessoal não docente é feito através de concurso público cumprindo sempre a legislação em vigor.

- **Estratégias educativas adotadas**

- **Componente de Apoio à Família/Serviço de Apoio à Família**

Quando a Câmara Municipal da Trofa celebrou contrato com o Ministério da Educação, em 2008, assumiu-se como promotora da componente de apoio à família. A Maia, já possuía este serviço desde o ano letivo de 1999/2000 nos jardins de infância. Numa fase inicial estabeleceu protocolos com as associações de pais, mas desde 2007/2008 que assumiu a gestão integral da componente de apoio à família.

Na Trofa, a decisão de assinar o contrato de execução, teve a intenção, de proporcionar uma Escola a tempo inteiro, permitindo o desenvolvimento integral das crianças, facilitar a vida aos pais trabalhadores e aproveitar a oportunidade oferecida pelo governo.

Na Maia, o que motivou a autarquia a promover as atividades e o apoio dado às famílias e à escola, mesmo sem contrato de execução assinado, foi uma aposta na educação das crianças do Concelho e pelo facto de conhecer a realidade socioeconómica das famílias facilmente percebe que as vinte e cinco (25) horas semanais de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar eram insuficientes para dar resposta às necessidades das famílias em que pai e mãe trabalham. Por isso,

entendeu que fazia todo o sentido criar nas escolas um outro tipo de resposta para as mesmas. Nesta perspetiva, aos poucos foram construindo esta vontade de criar um serviço nas escolas públicas do Concelho que apoiasse as famílias na difícil tarefa de conciliar a vida familiar com a profissional. Finalmente conseguiram pôr em prática a ideia e proporcionar a todas as crianças das escolas da Maia, através do serviço de apoio à família, não só para a Educação Pré-escolar mas também para os alunos do primeiro ciclo do ensino básico (no início ano letivo 2010/2011).

▪ **Balanço sobre as atividades**

A Autarquia da Trofa faz um balanço positivo das atividades desenvolvidas, em termos de resultados para as crianças e famílias, contudo, do ponto de vista financeiro, elas trouxeram pesados encargos para a Câmara Municipal, pois as transferências do Ministério da Educação não chegam para cobrir os custos com a componente de apoio à família, ficando muito aquém do esperado.

A Autarquia da Maia, no que respeita a esta iniciativa, tem vindo a dar uma resposta na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos às crianças e suas respetivas famílias.

▪ **Constrangimentos sentidos na sua implementação**

Quer na Trofa, quer na Maia os constrangimentos prendem-se essencialmente com factores económico/financeiros. No caso da Trofa, pode salientar-se a demora que existiu e existe no envio das verbas a transferir pelo Ministério da Educação. No caso da Maia os poucos constrangimentos sentidos passam pela inexistência de um espaço exclusivo para a componente de apoio à família em algumas escolas, o que obriga à utilização da sala de atividades.

Em ambos os concelhos estas atividades decorrem todas no espaço físico da escola. Na Maia, principalmente pretendem rentabilizar os recursos disponíveis na escola (biblioteca escolar, ginásio, refeitório e espaço exterior) e nas interrupções letivas procuram dinamizar algumas visitas de estudo. Tendo como preocupação, sempre que possível, que a componente de apoio à família decorra em espaço alternativo às salas de atividades, em espaço próprio ou recorrendo a salas com funções polivalentes.

No concelho da Trofa, o parque escolar está a sofrer obras de requalificação, como tal não possui espaços próprios para estas iniciativas, tendo, assim, as atividades de se desenvolverem na maioria dos casos, nas áreas onde decorrem as atividades curriculares.

▪ **Horário praticado**

O horário praticado nestas modalidades, Concelho da Trofa é entre as 15.30 horas e as 17.30 horas. Para alguns pais este horário não é satisfatório, devido ao seu horário laboral, que vai para além do horário convencionado, obrigando, os mesmos, a que assumam responsabilidades no acolhimento e no prolongamento, levando as associações de pais a criarem serviços de atividades de tempos livres (ATL).

Na Maia, o acolhimento tem início às 7:30h e prolonga-se até às 9:00h uma vez que as crianças iniciam as atividades curriculares nesse horário. O prolongamento do mesmo tem início às 15:15 horas e estende-se até às 19:00 horas. Nas interrupções letivas e no mês de julho assumem o horário completo das 7:30h às 19:00h. Este horário satisfaz e vai de encontro às necessidades das famílias/pais, caso contrário não faria sentido existir. Embora, a Autarquia reconheça, que poderá haver uma ou outra situação a descoberto, porém não é possível responder a todas as especificidades familiares.

▪ **Parcerias**

A Trofa optou por contratar uma empresa para dinamizar as atividades de apoio à família. Neste sentido, os seus animadores sobre a supervisão das educadoras, são responsáveis pela elaboração do plano de atividades, havendo, contudo, um responsável na divisão da educação por acompanhar a componente de apoio à família.

Na Maia não existe qualquer tipo de parceria, sendo a autarquia responsável pela colocação de pessoal qualificado para o efeito. O plano de atividades é elaborado pelos animadores culturais contratados pela Autarquia para dinamizarem as atividades junto das crianças. Este plano é discutido e supervisionado pelas Educadoras de Infância que trabalham nesse mesmo estabelecimento de ensino. Este é igualmente avaliado e validado pela Autarquia. Algumas atividades, em especial as referentes às interrupções letivas, são propostas pela Autarquia, mas assume-se que o trabalho realizado em parceria e comunicação entre autarquia e escola é fundamental. Para tal é feita uma articulação entre as duas entidades, através de um coordenador, funcionário da Autarquia, no que concerne a este serviço, sendo este responsável por coordenar a componente de apoio à família.

▪ **Números de alunos inscritos**

No ano letivo 2010/2011 estavam inscritos nas atividade de apoio à família cerca de quinhentos e trinta e quatro (534) alunos na Trofa, enquanto, que na Maia na Educação Pré-escolar, têm mil quatrocentos e sete (1407) crianças a almoçar e dentro destas oitocentos e setenta (870) também solicitaram o acolhimento e o prolongamento, neste Concelho, ao nível do primeiro ciclo existem cerca de quatro mil (4000) crianças e mil quinhentos e quarenta (1540) estão inscritos no serviço de apoio à família.

▪ **Problemas ocorridos**

Em ambas as autarquias até agora não têm ocorrido problemas. O autarca da Maia afirma mesmo que o balanço que fazem da componente de apoio à família é bastante positivo. Anualmente, realizam um inquérito de satisfação junto dos encarregados de educação, coordenação da escola e animadores culturais com o intuito de auscultarem a opinião de todos. No ano letivo passado, segundo nos informou o vereador da educação entrevistado, quarenta e três por cento (43%) dos encarregados de educação avaliavam a componente de apoio à família com um «Muito Bom», tendo sido enfatizada a excelente relação que as crianças estabelecem com os animadores culturais e auxiliares de ação educativa.

▪ **Adesão das escolas às atividades e gastos com as mesmas**

Relativamente ao nível de adesão das escolas em relação a estas atividades quer na Trofa, quer na Maia, a componente de apoio à família é parte integrante da escola e do seu projeto pedagógico. Enquanto que na primeira gastam, mais ou menos, quinze mil euros por mês (15.000.00€/mês), ficando por ano letivo por cerca de noventa mil euros (90.000.00€/ano), na segunda, entre pessoal não docente, isto é, animadores culturais e auxiliares de ação educativa, material de desgaste, lúdico pedagógico, saídas, deverá rondar um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000.00€/ano).

— **Atividades de Enriquecimento Curricular**

No que respeita às atividades de enriquecimento curricular que o Governo também quis transferir para as autarquias as duas câmaras aceitaram a celebração do contrato para a promoção das mesmas. No caso da Maia, encarou-se este acordo como

um grande desafio que venceram ao colocar de pé um programa de âmbito concelhio em poucos meses.

A câmara da Trofa aderiu a esta iniciativa aquando da celebração do contrato de execução em 2008 e apesar de desconhecerem os motivos que levaram os seus antecessores a assinarem o mesmo, é seu entendimento que o que esteve na origem da celebração deste, foi a promoção da escola a tempo inteiro. Na autarquia da Maia foi principalmente movida por colocar sempre em primeiro lugar o superior interesse das crianças e dos munícipes. Acredita que esta medida contribui para a formação integral das crianças, ao mesmo tempo auxilia as famílias na gestão do seu tempo. Neste sentido, os pais sabem que as crianças estão num local seguro – a escola – e acompanhados de profissionais qualificados – os professores.

▪ **Balanço sobre as atividades**

Apesar do grande esforço que foi feito, por parte da autarquia da Maia, para suportar uma parte dos custos, uma vez que o financiamento não é suficiente, o saldo tem sido muito positivo. Também na autarquia vizinha, o balanço no que diz respeito a este novo encargo é considerado positivo.

▪ **Constrangimentos sentidos na sua implementação**

Em ambos os casos o tipo de constrangimentos que sentiram ou sentem na implementação desta modalidade prende-se com a colocação de professores, havendo uma forte necessidade de se criarem mecanismos que os fixem, e o paradoxo do custo benefício com a necessidade de se flexibilizar os horários.

▪ **Horário praticado/Espaço utilizado**

Nos dois Municípios estas atividades decorrem todas no espaço físico da escola, sendo que na Trofa os espaços usados por estas são os mesmos das atividades curriculares, entre as 9.00-10.30 horas e/ou 16.00-17.30 horas. Na Maia funcionam entre as 9:00-10:30 horas no período da manhã e entre as 15:45-17:30 horas, no período da tarde.

O representante da autarquia da Trofa defende que o horário praticado em parte satisfaz as necessidades da família/pais, sobretudo o horário da tarde, pois a maioria dos pais são trabalhadores, embora o horário não cubra toda a mancha de indisponibilidade dos pais. Na Maia, o autarca diz que o horário satisfaz as necessidades, principalmente se aliarem esta medida ao serviço de apoio à família.

▪ **Quais as disciplinas lecionadas**

Quer numa, quer na outra podemos encontrar o Inglês, a Música e Atividades de Física e Desportiva. Na Maia, os alunos podem ainda usufruir de Informática. Seguindo as indicações/orientações do Ministério de Educação o plano de atividades é elaborado, na Trofa, pelo grupo de cada área que propõem aos agrupamentos, que o analisam e o aprovam. Na Maia, o mesmo é elaborado em conjunto pela equipa de coordenação do programa de atividades de enriquecimento curricular da autarquia, a equipa de professores e os respetivos agrupamentos.

▪ **Número de alunos inscritos**

Os alunos inscritos na Trofa são aproximadamente mil quinhentos e oitenta (1580) alunos, 100% dos matriculados nas escolas do Concelho. No Concelho vizinho,

cerca de quatro mil e quinhentos (4500) alunos. Nenhuma das autarquias costuma estabelecer protocolos com parceiros.

▪ **Problemas ocorridos**

É de salientar que, na Trofa, as atividades de enriquecimento curricular têm corrido sem problemas, apenas uma ou outra situação pontual. O maior constrangimento tem sido a rotação de docentes, hoje minorada com as condições oferecidas pela autarquia tendo em vista a sua permanência. Na Maia, os problemas que mais se têm sentido passam pelo financiamento do programa.

▪ **Gastos com esta modalidade**

No ano letivo 2010/2011, o Município da Maia estimou movimentar um milhão e quinhentos mil euros (1 500 000,00€/ano), no que respeita à Câmara da Trofa não foi possível estimar o valor que a autarquia está a ter com esta modalidade.

▪ **Um novo papel das autarquias em matéria de educação**

As duas autarquias são de opinião que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação. Segundo o Dr. Manuel Silva, coordenador da Divisão da Educação, permitiu-lhes um maior envolvimento na promoção do sucesso escolar, na realização da escola a tempo inteiro, no desenvolvimento do Projeto Educativo Municipal. Já o Dr. Nogueira de Carvalho, Vereador da Educação na autarquia da Maia, é de opinião que estas novas competências permitiram uma aproximação da autarquia às escolas, obrigando-a a ser mais participativa, corresponsabilizando-a mais na construção de uma escola a tempo inteiro e de uma escola que é de todos e para todos.

▪ **Desenvolvimento de outros projetos junto das escolas**

Uma e outra autarquia possuem e desenvolvem junto das escolas outro tipo de projetos. A Trofa trabalha com grupos de dificuldades de aprendizagem, faz avaliação e intervenção psicológica, e desenvolve vários projetos, nomeadamente «musicoterapia» para as crianças com necessidades educativas especiais do pré-escolar, «fruta escolar», «inglês no pré-escolar», «despertar para os sons» no pré-escolar e «animação para a leitura» no primeiro ciclo.

A Maia desenvolve projetos no âmbito da Saúde Escolar e também no combate ao abandono e absentismo escolar com o projeto «Maia Não Desiste», que tem como objetivo geral combater o abandono/absentismo escolar de forma a minimizar os riscos da exclusão que lhe são inerentes, tornando-o num instrumento para a construção de oportunidades e possibilidades de integração social. Dessa forma, pretende promover a progressão escolar e formativa dos alunos sinalizados neste projeto em estreita colaboração com os conselhos executivos dos agrupamentos escolares e das escolas não agrupadas, e com outras entidades relevantes para a resolução do problema, recorrendo sobretudo ao papel determinante do próprio aluno e da sua família.

▪ **Envolvimento das escolas noutras atividades educacionais**

As duas autarquias costumam envolver as escolas noutras atividades educacionais relacionadas com diversas áreas. Há ainda que evidenciar os outros apoios que as duas proporcionam às famílias: na Trofa e na Maia são fornecidos aos alunos livros escolares para todos os que frequentam o primeiro ciclo, material pedagógico, transporte escolar (casa/escola e vice-versa) e transporte para visitas de estudo e refeições. Na Maia existe ainda o serviço de apoio à família já referenciado anteriormente.

▪ **Documentos orientadores de política educativa utilizados**

Podemos encontrar nas duas autarquias documentos orientadores da política educativa, mais concretamente a carta educativa, que em ambos os casos se encontra em revisão, e o projeto educativo municipal, que se encontra em construção.

▪ **Atividades levadas ao Conselho Municipal de Educação**

As iniciativas promovidas pelas Câmaras no âmbito das atividades a que nos vimos referindo foram analisadas e discutidas no Conselho Municipal de Educação, nos dois casos.

▪ **Passagem das escolas secundárias para a alçada das autarquias**

O Município da Trofa encara esta hipótese como uma questão em aberto, pois na opinião do coordenador da divisão da educação, exigirá algum estudo, reflexão e concertação principalmente no aproveitamento do processo de revisão da carta educativa e de elaboração do projeto educativo Municipal. Tudo dependerá das políticas que o governo vier a definir, mas é uma hipótese que não deve ser colocada de lado. Também para a autarquia da Maia o facto é visto apenas como uma hipótese.

1.6. Opinião dos agrupamentos de escolas sobre as atividades

Ao analisarmos os discursos dos entrevistados do Agrupamento de Castro, sub-diretor, Dr. Sérgio Oliveira, e do Agrupamento de Águas Santas, adjunta do diretor, Dr^a Alberta Rocha, podemos identificar um leque diversificado de experiências/momentos considerados benéficos do ponto de vista do desenvolvimento educativo, nos dois agrupamentos, no sentido de existir mais especificação na implementação e no

acompanhamento feito ao serviço de apoio à família e às atividades de enriquecimento curricular.

▪ **Modo como foi encarado a passagem do pessoal não docente para as autarquias**

No que concerne à recente passagem da gestão do pessoal não docente para a alçada das câmaras, o agrupamento de Castro encarou esta medida de forma positiva, tendo em conta que esta situação poderia ajudar a resolver situações de falta de pessoal e algumas situações relacionadas com as questões salariais das próprias funcionárias. A Dr^a Alberta Rocha, adjunta do director e responsável pelo pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, vê com bons olhos a passagem, pois a autarquia da Maia tem um bom desempenho no setor educativo, sendo mesmo da opinião que quanto maior a proximidade geográfica, melhores são as relações.

▪ **Transferência do pessoal não docente: mais poder para as autarquias(?)/constrangimentos sentidos**

Ambos os agrupamentos consideram que esta transferência do pessoal não docente não veio aumentar o poder das autarquias sobre as escolas. Relativamente a tipos de constrangimentos ocorridos com a transferência de competências para a autarquia, o do Dr. Sérgio Oliveira, sub-diretor do Agrupamento de Castro, considera como constrangimento o facto de ainda não ter sido encontrada uma solução para a questão da diferença salarial para as funcionárias que exercem exatamente a mesma atividade laboral.

— **Componente de Apoio à Família (CAF)**

Em ambos os agrupamentos existe nas escolas a componente de apoio à família. Os dois agrupamentos consideram que estas atividades trouxeram benefícios para as famílias, particularmente para as crianças. Todas as atividades decorrem dentro do espaço físico das escolas, dos dois agrupamentos.

▪ **Horário praticado**

O horário praticado nesta modalidade, componente de apoio à família funciona, no Castro, após o horário de atividades letivas, isto é a partir das 15:00 horas. Apenas num jardim esta componente é disponibilizada antes da atividade letiva. No que respeita a Águas Santas o horário do apoio à família é das 7:30 horas às 9:00 horas e das 17:30 hoas às 19:00 horas. Ambos os lados entendem que este horário é satisfatório e resolve a maioria dos problemas das famílias.

▪ **Plano de atividades**

Ambos os agrupamentos são da opinião que as escolas participam na elaboração do plano de atividades. O Dr. Sérgio Oliveira, do Agrupamento de Castro, vai mais longe afirmando que as escolas têm obrigação de colaborarem na elaboração das propostas de atividades que se desenvolvem durante este horário. Não só participarem na elaboração da proposta como também supervisionarem o seu funcionamento (horário próprio das educadoras).

▪ **Alunos inscritos**

Os alunos inscritos nesta modalidade, no agrupamento de Castro, perfazem um total de cento e setenta (170). Enquanto, que no agrupamento de Águas Santas são cerca de cento e trinta (130).

▪ **Problemas ocorridos**

Os dois dirigentes consideram que os problemas que, por vezes, ocorrem no âmbito destas atividades são decorrentes do funcionamento das mesmas. Apoiam e vêm com bons olhos esta modalidade, embora considerem necessitar de melhorar alguns aspetos.

— **Atividades de Enriquecimento Curricular**

▪ **Constrangimentos sentidos**

Em ambos os casos existem nas escolas do primeiro ciclo atividades de enriquecimento curricular. O agrupamento de Castro considera que este serviço veio beneficiar, quer escolas, quer autarquia, porém sente a existência de alguns constrangimentos no que respeita a estas atividades relativamente ao horário do seu funcionamento. Destaca o facto de que as escolas ficaram a ganhar em organização/estruturação das atividades, mas perderam no que diz respeito aos tempos nobres da aprendizagem, sobretudo quando estas atividades coincidem com o primeiro tempo da manhã. O Agrupamento de Águas Santas sente que houve alguns benefícios para as escolas/famílias, que passaram a usufruir de um horário mais alargado, tal como, de apoio nos transportes escolares e refeições.

▪ **Horário praticado/Espaço utilizado**

Todas as atividades, nos dois agrupamentos, decorrem dentro do espaço físico da escola. No Castro, o horário está flexibilizado. As atividades decorrem no último bloco da tarde (90m' das 16:00 horas às 17:30 horas) ou duas vezes por semana ao início da manhã (das 9:00 horas às 10.30 horas). Quanto a Águas Santas o horário praticado para estas atividades funciona duas vezes por semana das 9:00 horas às 11:00 horas e três vezes por semana das 15:30 hora às 17:30 horas.

Importa destacar que o horário praticado no Agrupamento do Castro vai de encontro às necessidades das famílias, tendo em conta que as crianças beneficiam também do transporte escolar. Em Águas Santas o horário praticado em algumas situações não cobre todas as necessidades e os pais têm sempre de ter outras pessoas ou serviços que tomem conta das crianças.

▪ **Disciplinas lecionadas**

Quer no agrupamento do Castro, quer no agrupamento de Águas Santas as matérias lecionadas são: Música, Atividade Física e Desportiva, Inglês e Apoio ao Estudo.

▪ **Plano de atividades**

O plano das atividades de enriquecimento curricular, no Castro é articulado entre professores titulares de turma e os professores das disciplinas do primeiro ciclo correspondentes em reunião no início do ano letivo. Existe ainda um programa geral realizado pelos professores do Concelho da Trofa, em determinada área que no entanto, tem que ser ajustada ao projeto educativo de cada agrupamento. No que respeita a

Águas Santas quem elabora o plano de atividades é a Câmara Municipal, sendo mais tarde aprovado, ou não, pelo agrupamento.

▪ **Alunos inscritos/constrangimentos sentidos**

Nestas atividades estão inscritos, no Castro, duzentos e setenta e dois (272) alunos (a totalidade dos alunos do agrupamento), enquanto que no outro agrupamento são cerca de quinhentos (500). No âmbito destas atividades, os únicos constrangimentos sentidos prendem-se com a colocação de professores e especificamente no agrupamento do Concelho da Trofa, quando existe necessidade de substituição de professores em determinada área, têm-se notado muitas dificuldades, o que perturba o normal funcionamento das atividades letivas e das atividades de enriquecimento curricular.

▪ **Novas competências: um novo papel para as autarquias**

Ambos os dirigentes dos agrupamentos consideram que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação, mais especificamente no que diz respeito à organização destas atividades. Todavia, o do Agrupamento de Castro observa que em relação aos horários há uma contradição entre o que defende a autarquia, com a escola a tempo inteiro, e o que defende a escola, não devendo ser subjugadas atividades letivas às de enriquecimento curricular.

▪ **Envolvimentos das escolas noutros projetos/atividades**

Segundo o dirigente do Castro, a autarquia da Trofa propõe atividades e projetos dirigidos às escolas do primeiro ciclo e jardins de infância. Porém, julga que existe ainda um desfasamento acentuado nos tempos em que esses projetos são apresentados

às escolas e nos tempos propícios à sua integração no plano anual de atividades. Por sua vez, a dirigente de Águas Santas afirma que existem projetos nas áreas da saúde e ambiente.

Os dois líderes dos agrupamentos declaram que as escolas costumam envolver-se noutras atividades educacionais que a autarquia desenvolve. No primeiro caso são aceites, desde que sejam consideradas pertinentes e se enquadrem no âmbito do projeto educativo de Agrupamento e possam ser inscritas atempadamente no plano anual de atividades. Relativamente ao segundo caso envolvem-se em praticamente todas as que são promovidas pela autarquia.

1.7. Projeto Educativo: Municipal e Escolar

1.7.1. Projeto Educativo Municipal (PEM)

Neste trabalho, abordamos «o projeto educativo local» por considerarmos ser fundamental a construção de um instrumento de trabalho desta natureza, que revele a preocupação dos agentes educativos locais de organizarem e gerirem os recursos que o Concelho oferece. Por outro lado, poderá ser a forma de reunir os atores envolvidos, gerando consensos de interesses e objetivos, procurando deste modo otimizar o sistema educativo local.

Tendo por base o Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, no seu artigo 4º, nº 1, cabe ao conselho municipal de educação (CME) decidir, especialmente, sobre matéria respeitante à educação a nível local, concertar uma política educativa local, passando pela elaboração e atualização da carta educativa, cabe-lhes ainda ajustar as distintas modalidades de ação social escolar às carências locais, especificamente no que diz respeito aos apoios sócio-educativos, à rede de transportes escolares e à alimentação.

Relativamente a medidas de desenvolvimento educativo, no campo do apoio a crianças/jovens com necessidades educativas especiais, ao conselho municipal de educação compete o planeamento de atividades de complemento curricular, da qualificação escolar e profissional dos jovens e da promoção de ofertas de formação ao longo da vida, da evolução do desporto escolar, do apoio a iniciativas no âmbito cultural, artístico, desportivo, de proteção do ambiente e de educação para a cidadania, o desenvolvimento de programas e ações de prevenção e segurança dos espaços da escola, assim como os seus acessos; a intervenção na qualificação e requalificação do parque escolar.

Neste sentido, o conselho municipal de educação é o órgão que coordena toda a intervenção da autarquia na escola. O planeamento e uma estrutura organizada ajudam os atores educativos a definirem o seu plano de ação. Portanto, a existência do projeto educativo local é fundamental. No verdadeiro sentido da palavra, o projeto explica e explicita a conexão entre o que realmente existe e o que se deseja alcançar num futuro próximo, assegurando desta forma a sua exequibilidade e capacidade de continuidade numa possível conjuntura de duvidade. (SILVA, E., 1999, pp.64-67)

Uma vez que o projeto educativo tal como o projeto da empresa, constitui um esforço de mobilizar indivíduos em redor de interesses e das normas de pertença do grupo, (cfr. TEIXEIRA, 1995, p.155) não faz qualquer sentido este estar desligado do desenvolvimento da comunidade educativa, composta por famílias/pais, docentes e alunos, tal como funcionários, autarcas, entre outros parceiros, comprometidos no propósito de educar a geração mais nova.

O projeto educativo municipal permite aos docentes e alunos das escolas públicas do município inserir um conjunto de projetos em áreas como: artes, património, leitura, ambiente, saúde, segurança, cidadania, desporto, entre outras.

Integra também uma oferta de programas de apoio regulares, em que se insere o importante investimento no apoio às associações de pais e encarregados de educação das escolas da rede pública, enquanto parte integrante da comunidade educativa.

1.7.2. Projeto Educativo Escolar

O Decreto-Lei nº 115-A/98 de 4 de Maio de 1998, artigo 3.º, nº 2, diz-nos que o projeto educativo é o instrumento do processo de autonomia das escolas. O mesmo Decreto-Lei, a), define projeto educativo como sendo um “documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.”

Trata-se de um documento onde é definida uma política de escola em múltiplos sentidos, tornando-se necessário saber o que se quer ou onde se quer chegar, partindo de situações que toda a comunidade escolar sabe, que são os diagnósticos consecutivos, as caracterizações consecutivas, o reconhecimento dos meios que possuímos ou não possuímos, sendo assim imprescindível exigir e produzir. (MARTINS, 1999, pp. 13-14)

Também para FORMOSINHO (1999, p.20), projeto educativo é um instrumento dinâmico que deve configurar a política educativa de escola. Embora, as escolas não estejam todas no mesmo estágio, por um lado, umas estão ainda em fase de construção, outras já estão construídas, por outro lado, ainda, outras têm um corpo docente fixo, podendo estar estagnadas, outras haverá, que ainda estão em fase de afirmação. Assim sendo, os reptos que são colocados a cada escola serão sempre desiguais.

Para TEIXEIRA (o.c., p.55) o projeto educativo surge como um instrumento essencial de uma certa autonomia de uma escola, podendo funcionar como um recurso

essencial da construção de uma escola mais eficaz, servindo como um instrumento orientador da política educativa da escola.

CONCLUSÃO

Conceber uma estratégia é a ferramenta fundamental que as escolas têm ao seu dispor para enfrentarem as adversidades e condicionalismos próprios da mudança que caracterizam presentemente a nossa sociedade. (SILVA, E., o.c., p.96)

A construção de meios eficazes capazes de alicerçar a escola pública numa comunidade, exige que os elementos que intervêm na mesma, o façam de modo organizado, estruturado, com regras e objetivos definidos e planeados em conjunto entre todos os seus atores escolares.

O planeamento de uma estratégia para a escola é circunstância fundamental de uma concretização eficiente dos seus desígnios, tendo em conta os condicionalismos circundantes. A gestão estratégica assume -se como sendo um método de direção, estruturação e controlo de todas as transações relacionadas com a realização dos objetivos anteriormente antecipados e ao mesmo tempo garantir a interposição consciente dos atores escolares. (Ibidem)

No momento em que a escola, a autarquia e a família, planearem em conjunto as estratégias para alcançar o sucesso educacional das crianças/jovens, teremos conseguido finalmente a mudança tão esperada da transição de uma escola tradicional para uma escola constituída pela comunidade educativa.

CAPÍTULO II

PARTICIPAÇÃO PARENTAL NA ESCOLA

Introdução

Atualmente, deparamo-nos com uma sociedade que não aceita, de modo algum, uma escola estagnada no tempo, mas, pelo contrário, exige uma escola dinâmica, proativa e com abertura à comunidade em geral.

Deste modo, deseja-se uma escola que proporcione uma cultura de participação, uma escola, que desenvolva um ambiente e um espaço de partilha com a família, sendo estes os principais responsáveis pela educação dos seus filhos, e o meio envolvente. Nesta perspetiva, todos cooperariam para o bom desenvolvimento e formação individual de cada criança/jovem, contribuindo para que possam tornar-se em cidadãos mais conscientes e abertos a uma sociedade mais justa e eficaz. Sabendo que este tipo de escola que é instituída pela Lei de Bases (Lei nº46 / 86, de 14 de Outubro) impõe, cada vez mais, uma transformação do Sistema de Ensino Tradicional.

Sabendo que a escola existe, porque nela existem os alunos, não é possível, deste modo, desconhecer a rede de interações na qual estes mesmos alunos estão envolvidos. Neste sentido, surge-nos, na primeira linha, o lugar que cabe aos pais/encarregados de educação. Por tal, devem ser aliados/parceiros da escola e dos professores na construção de um sistema escolar e educativo dos seus filhos/educandos mais eficaz e gerador de sucesso. (cfr. ALVES-PINTO e TEIXEIRA, 2003, p.13)

Partindo do pressuposto que a escola é um lugar onde se permutam vivências, saberes, onde todos os seus intervenientes participam e vivem uma boa parte da sua vida, é indispensável que cada um dos seus atores se sinta efetivamente fazendo parte da escola, tentando perceber que percursos percorre a escola ou se espera que percorra, para alcançar o sucesso imprescindível à realização de todos os seus participantes. (ibidem)

Desta forma, começamos por tratar a família como sendo uma instituição, um espaço socializante que ensina, prepara e apoia as crianças/jovens, apesar de esse mesmo espaço, ao longo dos últimos tempos, ter sofrido transformações significativas na forma como as crianças/jovens são educadas, quanto às imagens e conceitos da família.

Posteriormente, abordaremos a escola como uma organização que é detentora de uma estrutura própria, onde todos os seus intervenientes possuem um estatuto e papéis específicos que correspondem às posições que cada um ocupa no seio da organização. (ALVES-PINTO, 1995, p.113) Sem esquecer que a escola é também um espaço de interação, evocaremos as formas de participação de um dos seus atores, os pais, e isto porque compreender a ação dos que contribuem para a construção da escola leva-nos, assim, a conhecer melhor quais os papéis e estatutos assumidos pelos mesmos na interação com outros parceiros educativos, assim como as normativas organizacionais que orientam essa interação e o contributo de cada um para a prossecução das atividades da escola. É na conjugação destes factores que surge a definição do papel/função destes intervenientes, assim como o seu modo de estarem e na escola.

Abordaremos também a importância da participação parental na educação dos seus filhos/educandos, tal como os obstáculos na relação família/escola. Depois pronunciar-nos-emos acerca da colaboração família/escola, como sendo um caminho para o bom desenvolvimento da criança.

Salientaremos ainda alguns normativos legais que conferem legitimidade aos pais para cooperarem com a escola dos seus filhos. Por último, apresentar-se-á uma tipologia de TEIXEIRA.

1. FAMÍLIA: CONCEITOS E TRANSFORMAÇÕES

A família pode ser pensada sob diversos aspetos, tal como: uniformidade doméstica - assegurando as condições essenciais de natureza material para a sua sobrevivência -, instituição, referência e local de segurança, elemento educador, responsável pela transmissão de determinados valores, imagens e representações, um conjunto de laços de parentesco, um grupo de afinidade, variados graus de convivência e proximidades, entre outros. Existe uma multiplicidade de formas e sentidos da palavra família, edificada com o contributo das várias ciências sociais e podendo ser pensada e repensada sob os diferentes enfoques através dos distintos referenciais académicos. (WILLIAMS, 2010, p.19)

Num estudo realizado nos anos de 1971 a 2001 entendeu-se que a família, na sua construção tem sofrido diversas mudanças, nomeadamente no que respeita ao núcleo familiar. Segundo esse estudo, muitos de nós, ao longo da nossa existência, passaremos por diferentes etapas como: coabitar, casar, separar e ter filhos de modo independente. Também, e de acordo com o mesmo ensaio, nos anos 2000, as etapas de vida são caracterizadas pela sua diversidade, continuidade e mudança, havendo uma multiplicidade de estruturas familiares no que respeita à sua conjugalidade e parentalidade, ainda que a maioria das famílias com filhos seja um casal, portanto um núcleo familiar clássico. Embora, possamos encontrar outro tipo de estrutura, designadamente família monoparental, unipessoal, separações parentais, famílias nucleares, famílias mais reduzidas e uma percentagem elevada de mães trabalhadoras. (Ibid., pp. 20-23)

As alterações dos modelos familiares transportam assim uma nova conceção da educação que influenciam o tipo de relação intra familiar.

Tradicionalmente, a mulher trabalhava em casa, realizando tarefas domésticas e educava os filhos, com tempo devido às necessidades familiares, mas “(...) esta situação é cada vez mais rara em Portugal” (ALVES-PINTO, 2003, p.31), porque é fundamental o salário da mulher para as despesas domésticas. (WILLIAMS, o.c., pp. 20-23)

As práticas familiares são fluídas, servem para responder a algo, e são geradoras de mudança, ou seja, a própria noção de práticas familiares evidencia as interações quotidianas com todos aqueles que nos estão mais próximos. Atualmente as práticas familiares distanciam-se dos limites definidos anteriormente, como sendo a co-residência, o casamento, etnia e imposições que, num determinado espaço de tempo descreveram, a família dita nuclear branca, heterossexual, do homem provedor. Na atualidade as nossas redes de afeto não se constituem unicamente pelo sangue ou pelo casamento, mas pelo contrário, são construídas por nós, no tempo e no espaço, sendo estas imbuídas por energias mais extensas, nomeadamente o emprego, a globalização, normas sociais e conspeção do certo e do adequado. (ibidem)

As transformações sofridas ao longo dos tempos nos modelos familiares são uma consequência de outras mudanças na sociedade, nomeadamente económicas, sociais, culturais e demográficas. Estas produzirão interferência nas relações familiares, como por exemplo a participação da mulher no mundo do trabalho. (ibid., p.19)

Com efeito se o trabalho da mulher, por um lado, lhe permite obter um salário que ajudará nas despesas familiares e um investimento profissional, por outro lado, acarreta também menos tempo para se ocupar de educação com os filhos e dos cuidados a ter com os mesmos. (ALVES-PINTO, o.c, pp.34-35)

Apesar, das relações íntimas entre adultos serem de grande importância, não é menos importante a relação existente entre filhos e pais, principalmente nos cuidados que os primeiros necessitam, assim como, também, é relevante o convénio e os laços

estabelecidos com outros parentes e amigos. Todas estas relações são primordiais na ação de cuidar e a grandeza das tarefas diárias são especialmente úteis na preservação da vivência familiar e das relações pessoais. (WILLIAMS, o.c., p.26)

A família é, sem dúvida, muito importante na formação e educação das crianças/jovens, funcionando como um pilar essencial na sua vida e nas suas vivências.

De acordo com o estudo referenciado anteriormente, no âmbito geral são as mulheres que cuidam e zelam pela família, não o fazem por obrigação, mas segundo o que pensam ser o mais acertado, ante o contexto onde se inserem. (íbidem)

Também ALVES-PINTO, considera que ainda é a mulher que assume maioritariamente a responsabilidade pela educação do seu educando, tendo como preocupação inteirar-se do seu percurso educacional, principalmente na infância. (o.c., p.32)

2. O PAPEL DOS PAIS NA EDUCAÇÃO

A Escola, como qualquer organização, possui uma estrutura própria, onde as pessoas na sua relação com os outros ocupam posições definidas, às quais estão associados determinados papéis, isto é, estatutos e papéis específicos correspondentes às posições detidas pelos vários intervenientes na organização escola.

Mas o que se entende por estatuto?

C. ALVES-PINTO (1995, p.151) considera que “o estatuto num determinado contexto cultural aponta para um conjunto de atributos, que, por sua vez, sancionam certas expectativas de comportamento da parte dos outros”. Efetivamente, quando um

indivíduo ocupa uma determinada posição na organização, haverá sempre por parte dos outros determinadas expectativas quanto ao seu comportamento.

Do estatuto detido por um membro da organização decorrem um conjunto de papéis. C. ALVES-PINTO (o.c., p.151) define papel como um conjunto organizado de condutas, atitudes e procedimentos “(...) que correspondem à leitura que determinada cultura faz das expectativas (...)” que se tem sobre o indivíduo que usufrui de uma certa posição no seio de uma organização.

Por isso, o conceito de papel situa-se na interação dos atores como um processo dinâmico entre o que se espera (comportamento esperado de alguém que ocupa determinada posição) e a ação (comportamento - resposta a essas expectativas). Nesta interação ocorrem ajustamentos mútuos, que ao longo do tempo evoluem em coerência com a cultura organizacional (ibidem).

Situando-nos no espaço de interação que é a escola, e procurando compreender a ação dos que aí intervêm, é indispensável conhecer o(s) seu(s) estatuto(s) e os papéis a ele(s) associados. Todavia, uma mesma pessoa, na comunidade pode integrar diversas instituições sociais, como pai, professor, autarca e dirigente desportivo, entre outros. Assim o importante é salientar que não se deve “(...) confundir o conjunto de papéis que decorrem de uma multiplicidade de estatutos que o [indivíduo passa a ter quando] é membro de diferentes organizações ou sistemas de interação”. (ibid, p.152)

Os pais/encarregados de educação na escola tradicional devem essencialmente preocupar-se em estar informados sobre o percurso escolar dos seus educandos, acompanhando-os e participando em atividades na escola dos mesmos. Conseguindo de algum modo perceber a evolução dos seus filhos, os seus interesses e conhecimentos no âmbito académico. Devendo também ser protagonistas de iniciativas que beneficiem o relacionamento com a escola e sobretudo que valorizem o aluno.

3. A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO PARENTAL NA EDUCAÇÃO DOS SEUS FILHOS/EDUCANDOS

A participação para além de ser um direito de todos é mais do que isso, é, sobretudo, um dever que permitirá a construção da verdade. (GUERRA, 2005, p. 117)

Nesta lógica, todos os pais/encarregados de educação devem participar na organização de forma consistente e proativa, construindo bons alicerces para que os seus filhos cresçam e se desenvolvam em plenitude. Podendo fazê-lo em conjunto com os docentes, trilhando novos caminhos de acesso à aprendizagem. Os pais que se envolvem e se interessam pelo percurso académico dos seus filhos têm fortes probabilidades de compreenderem os objetivos dos docentes e das escolas, passando a ser mais colaborantes, participativos e a favor das mudanças apresentadas. (DAVIES, 2003, p.79)

Neste ponto de vista, a escola é uma realidade social porque, para além da estrutura física, é um espaço de ações desenvolvidas por pessoas que se encontram num sistema de interação orientado por determinados estatutos, papéis e regras de funcionamento, podendo ser formal ou informal (ALVES - PINTO, 1995, p.146).

Portanto, ao abordar a participação na escola é indispensável compreender que esta é regida por normativos próprios, dos quais uma grande parte são elaborados nos órgãos centrais e regionais do Ministério de Educação, que orientam e influenciam a ação escolar.

Estudos comprovam que a cooperação entre pais e professores tem resultados muito benéficos, ou seja, contribui para uma evolução positiva da criança/jovem ao nível do vocabulário, no que concerne a hábitos sociais mais aceitáveis e de estudo mais adequados. Relativamente aos pais ajuda-os a melhorar a sua auto-imagem e auto-

confiança. No que respeita aos docentes, estes lucram com parceiros/aliados na educação dos seus alunos. (ALVES-PINTO, 1995, p.115)

C. ALVES-PINTO (1995) e M. TEIXEIRA (1995) exploram a participação dos atores na escola, mas distinguem-se na forma como abordam o conceito de participação: para C. ALVES-PINTO (ibid., pp.159-160), qualquer comportamento de maior ou menor envolvimento, colaboração, implicação, ou mesmo desinvestimento e passividade, são formas estratégicas que os atores escolhem para participar na escola; enquanto que para M. TEIXEIRA (o.c., pp.162-164) as pessoas optam por participar, quando se envolvem - implicam a realização das tarefas escolares, mesmo quando defendem posições antagónicas, com diferentes perspetivas dos objetivos e tarefas, ou optam por não participar, quando apresentam dispersão, desinvestimento, descrença e passividade face às situações de trabalho e face à escola.

Assim, C. ALVES-PINTO (o.c., p.160), partindo do princípio que qualquer comportamento implica ação, considera que toda a pessoa que pertence a uma organização a todo o momento está a participar na vida da organização, porque, as pessoas na organização assumem a condição de atores uma vez que elaboram estratégias para concretizar objetivos. Daí que a sua participação possa revestir diversas modalidades em função dos ganhos, perdas que a pessoa, ator antevêja como resultado da sua participação. Por isso mesmo, participar na organização não deixa de ser uma estratégia racional dos atores, e, por isso, a não participação é, também, uma modalidade de participação. Em suma, mesmo quando se pensa que não se está a participar, afinal estamos, a escolher um modo particular de participação.

Para TEIXEIRA (o.c., p.162), a posição de ALVES-PINTO (o.c., p.160), quanto à forma como cada ator se situa na organização, é uma perspetiva utilitarista, onde cada indivíduo pauta a sua ação e para cada situação numa relação de custos/benefícios de

acordo com os interesses pessoais. A autora considera tal atitude questionável, pois peca por ser muito reducionista em relação ao grau de complexidade das relações humanas.

Ainda que considerando pertinentes as perspetivas apresentadas por ALVES-PINTO, TEIXEIRA distingue participação (na forma convergente ou na forma divergente) de não participação (abandono ou apatia), salientando que o professor como ator pode decidir preferencialmente por participar ou não participar, entende também que é pela participação que o professor exterioriza a sua maneira de ser, pensar e agir na relação com os outros e na relação consigo próprio e é nesta interação que a escola funciona como ferramenta de auxílio para a construção ou destruição de si próprio (o.c., p.162).

Pensar a escola sob o ponto de vista de uma organização implica que se pense também, nas pessoas que a constituem, que trabalham e cooperam na consecução de objetivos comuns e nas relações que estabelecem entre si, pois, “uma organização é um conjunto de indivíduos que interagem. O que fizerem com as suas relações definirá o que é a organização”. (ibidem)

Neste contexto, é importante conhecer como os diversos intervenientes no processo educativo desenvolvem a ação educativa, assim como a forma como interagem e cuidam das suas relações, sendo ambas as ações cruciais para o bom funcionamento da organização escolar. Por isso, também se espera que se interessem e participem mais ativamente na escola, dando opinião e tendo voz ativa na tomada de decisão em assuntos que dizem respeito ao seu educando.

A participação dos pais na escola dos seus educandos é um factor fundamental, sendo estes os primeiros responsáveis pela educação dos seus filhos/educandos, são também o pilar familiar que sustenta todos os seus membros. Deste modo, espera-se que

sejam os principais protagonistas na vida escolar dos seus filhos. (cfr.ALVES-PINTO, 1995, p.114)

Assim, também é esperável por parte dos professores que facilitem essa participação dos pais/encarregados de educação, porque, os professores têm a chave para abrir portas entre os dois mundos, a de casa e a da escola, facilitando ao aluno condições próprias ao seu bom desenvolvimento. (ibid., pp.114-115)

Torna-se, portanto, essencial que os docentes e encarregados de educação se reúnam, falem e partilhem ideias, opiniões e conhecimentos. (ibid., p.115)

O que temos assistido nos últimos tempos é que a criança funciona como mensageira entre dois mundos opostos (PERRENOUD, 1995, p.94)

Na verdade “(...) família e escola são duas instituições convidadas a cooperar numa sociedade escolarizada”. (ibid., p.90)

4. OBSTÁCULOS NA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

Muitos conflitos gerados nas escolas são notícia porque, de algum modo, são especulação dos meios de comunicação social para aumentar as audiências. Noticiam-se e exibem-se na televisão as situações de conflitos devido ao mau comportamento de determinados alunos, porém, há também os conflitos causados pela administração e gestão das escolas, por comportamentos de alguns docentes e também por relações conflituosas entre professores e pais, mas estes conflitos raramente ou nunca são noticiados. (cfr. GUERRA, o.c., p. 117)

As interações desenvolvidas entre família e escola estão relacionadas, quer com as estratégias das duas instituições, quer com o comportamento do aluno. Este age segundo os seus interesses, estratégias de ocultação e/ou desocultação tirando partido da

sua dupla pertença, aos universos familiar e escolar, sendo parceiro interessado e influente nos complicados jogos de poder numa organização ou mesmo numa comunidade. (GUEDES, 2003, pp.98-99)

Com efeito, não só ao aluno mas também quer pais e professores têm pontos de vista dissemelhantes, no que concerne à forma como as famílias devem colaborar/participar na educação, pelo que a relação escola família nem sempre é fácil ou pacífica (MUSITU, 2003, p.158)

Geralmente as famílias demonstram interesse em colaborar com as escolas e estas consideram fundamental a implicação e comprometimento dos pais na educação dos seus filhos. Então a colaboração resulta de um esforço conjunto produzido com o intuito de proporcionar aos educandos meios, mecanismo e ferramentas para alcançarem o sucesso escolar. (ibid, p.152-158)

Mas outras situações há em que os impedimentos, obstáculos e condutas dissuasivas com o intuito de fazer mudar de opinião ou de intenção o outro, o que dificulta a relação de cooperação entre pais e professores. (ibid., p.58)

Se pelo contrário os pais optarem por uma participação mais vasta em relação ao que os professores esperam, isto originará conflito de ideias e de poderes entre as instituições. (ibid., p.59)

Para que tal situação não aconteça, entende-se que os pais tenham uma participação mais ativa, nomeadamente na tomada de decisão relativamente à vida escolar, devendo existir muito diálogo, no sentido de se criarem os consensos necessários.

5. COLABORAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: CAMINHO PARA UM BOM DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

A família e a escola encontram-se estreitamente envolvidas na educação das crianças/jovens. Os aspectos pelos quais são responsáveis e a forma como essa responsabilidade é partilhada, vai mudando de acordo com os tempos, com a cultura de participação que se vai fomentando em cada uma das escolas e conforme o cenário político.

D. DAVIES (2003, pp.73-75) desenvolveu um estudo, no sentido de analisar e promover a colaboração da família, da comunidade e da escola, apoiando-se no conceito de responsabilidade partilhada. Porém, para que este conceito não passe apenas de uma oratória inútil, julga-se imprescindível criar meios próprios e atitudes para a promoção da colaboração, nomeadamente normativos legais que permitam uma verdadeira cooperação entre os membros mais interessados na aprendizagem e percurso escolar dos educandos.

De acordo com o autor, nas comunidades mais desenvolvidas, as relações entre família e escola, entre pais e professores, sempre foram muito intrincadas, polémicas e por vezes muito desordenadas. Logo essas parcerias só serão exequíveis com o apoio e interesse dos docentes. (ibid., p.75)

Nesta linha de pensamento, embora a escola seja a principal responsável pelo êxito dos alunos em meio escolar, esta não pode assumir tal fardo sozinha. Assim sendo, é fundamental que envolva outros responsáveis, nomeadamente os pais/encarregados de educação que devem intervir no escolar, interagindo com toda a comunidade educativa, visando a harmonia e bem-estar do seu filho/educando. (VIEIRA, 2003, p.293)

Assim, é esperável que os professores facilitem essa participação dos pais/encarregados de educação. Para que tal aconteça será necessário os professores

assumirem novos papéis, implicando definirem uma nova personalidade e profissionalismo, adotarem uma estratégia onde se preveja uma abertura e flexibilidade para a mudança, proporcionando, assim aos pais uma escola com um espírito de colegialidade e cooperação. (ESTRELA, 2001, p.138)

A cooperação entre pais e professores e as relações entre ambos sempre foram factor de muita controvérsia. Ao longo da história do sistema educativo português, estas relações têm gerado muita polémica e muita discussão, por um lado, temos os professores que culpam os pais de serem responsáveis pelos problemas dos seus filhos. Por outro lado, os pais culpabilizam os docentes pelo insucesso e indisciplina dos seus filhos. (LIMA, 2002, p.7)

Esta complexa discórdia começou a evidenciar-se mais significativamente em Portugal, aquando da democratização da gestão e administração escolar, pós 1974. (Ibidem)

Presentemente, com a presença dos pais/encarregados de educação nos novos órgãos de direção e gestão das organizações escolares, no que concerne ao relacionamento com os professores, assume novos contornos. Por vezes, estamos perante dois mundos culturais completamente diferentes, que outrora raramente se cruzavam, porque apesar de os normativos legais não só consentirem, mas mesmo impedem a participação parental em determinados órgãos da escola, não significa que frequentemente esta aconteça numa perspectiva de pacífico consenso. Assistimos, sim, regularmente à presença de dois universos, por vezes distintos e desconhecidos, com linguagem, experiências de vida e formas diferentes de atuação. (ibidem)

Efetivamente, nunca antes de 1974 os docentes sentiram o espaço escolar tão vulnerável à intrusão de terceiros. Por seu turno, os pais/encarregados de educação nunca sentiram antes de modo tão vinculado o peso da responsabilidade e, ao mesmo

tempo, de insegurança intrínseca ao novo contexto, em que lhes é solicitado e exigido muito mais do que aquilo que lhes é dado. Assim como também não lhes é fornecido qualquer tipo de orientação ou informação mais precisa, facultando-lhes a sua ação e intervenção no seio da organização. (ibid., pp.7-8)

De acordo com opinião de alguns autores, a abertura da escola aos pais, que iniciou na década de 90, trouxe desenvolvimentos promissores, porém poderá trazer ainda novas tensões e conflitos, embora não devam ser encarados como uma consequência de má organização, mas, sim, como um factor de exuberância democrática (ibid., p.9), onde todos são chamados a intervir e a interagir em prol de um bem comum, o bom desenvolvimento, quer cultural, quer educacional da criança/jovem. Este sentido de ‘cumplicidade partilhada’ é sobretudo um processo de construção através de uma consciente união persistente e paciente, feita com vontade e nunca um produto que advém de uma imposição legal, por isso, torna-se portanto, fundamental que professores e pais conversem e compartilhem ideias, opiniões e conhecimentos. (TEIXEIRA, 1995, p.115)

De acordo com PERRENOUD, a família e a escola são duas instituições condenadas a cooperarem numa sociedade escolarizada e, dependendo das boas comunicações produzidas entre elas, está a compreensibilidade do funcionamento e a transformação dos sistemas de ensino. (o.c., p.90)-

6. ENQUADRAMENTO LEGAL DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA

O enquadramento legal sobre o envolvimento dos pais na vida da escola, começou a desenhar-se a partir de 1974 integrando-se no movimento de democratização da sociedade portuguesa, possibilitado pela revolução de Abril de 1974. O Decreto-Lei n.º 735-A/74 regula os órgãos de gestão das escolas oficiais dos ensinos preparatório e secundário, consagra o importante papel das associações de pais e encarregados de educação, embora não defina claramente esse papel, limitando-se a referir que os conselhos diretivos manterão estreitos contactos de cooperação com as associações de pais, em assuntos de interesse comum. Pela importância, essencialmente simbólica, merece referência o Decreto-Lei n.º 769-A/76, que permite a participação, sem direito a voto, dos encarregados de educação, nos conselhos de ano ou de turma (em assuntos de natureza disciplinar); no entanto, apenas um encarregado de educação podia participar, sendo indicado pela respetiva associação. Deve aqui referir-se que, naquele ano, existiam muito poucas associações de pais em Portugal, o que significa, antes de mais que, considerado o território nacional e, considerando também que aquele reconhecimento de participação só produzia efeitos nas escolas do então ensino preparatório e secundário, o papel das famílias era pouco significativo.

Alguns meses mais tarde é promulgada a primeira Lei das Associações de Pais, a Lei n.º 7/77, que lhes atribui, no seu art.º 1.º, o direito de dar parecer sobre as linhas gerais da política de educação nacional e da juventude e sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino. Se, por um lado, esta lei reconhece um direito importante aos pais, por outro, obriga a que, para que se possam constituir as respetivas associações, seja imprescindível percorrer todo o processo burocrático e oneroso,

referente à constituição das associações. Além disso, este normativo fica sujeito a posterior regulamentação por parte do Ministério da Educação, ou seja, é o Estado a definir as condições de atuação dos pais, primeiros e principais responsáveis pela educação, o que revela uma forma de participação orgânica, mas pouco democrática, o que não deixa de ser estranho, numa época em que os movimentos de base assumiam papéis muito significativos na sociedade portuguesa. Provavelmente, terão perdido aqui, os pais, uma boa oportunidade de, também eles, a par de outros que não enjeitaram a ocasião, se assumirem como parceiros indispensáveis do Estado, numa área tão sensível como a Educação, tendo ainda em consideração que esta lei apontava para a participação dos pais na macro política educativa.

O Decreto-Lei 553/80 (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo), segundo o qual o Estado reconhece a liberdade de aprender e ensinar, incluindo o direito dos pais à escolha e à orientação do processo educativo dos filhos. Parece-nos ser relevante na medida em que pode constituir, como efetivamente tem acontecido, a forma de os pais se associarem, por exemplo, em cooperativas de ensino, como forma de garantirem a orientação educativa que pretendem para os seus filhos.

Pelo importante papel que tem desenvolvido na promoção de uma educação de qualidade, é de referir a criação do Conselho Nacional de Educação, em 1982, pelo Decreto-Lei 125/82, no qual os pais podem ter um representante.

A revisão da Constituição da República, realizada em 1982, constitui um recuo no que diz respeito à participação dos pais na escola, já que no seu art.º 77.º, referente à participação democrática no ensino, prevê que apenas os professores e os alunos tenham o direito de participar na gestão democrática das escolas.

A legislação que prevê a participação dos pais na escola tem, de facto, sofrido diversos avanços e recuos, oscilando entre uma maior ou menor relevância que lhes é

atribuída por parte do legislador. Assim, em 1984, o Decreto-Lei n.º 315/84 torna extensivo a todos os graus e modalidades de ensino, o disposto na Lei das Associações de Pais, aqui já referida. Regista-se um avanço na legislação.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86) representa um avanço muito significativo, no que diz respeito à participação dos pais na escola, apesar das diferentes interpretações. Ao estabelecer, no seu art.º 45.º que a administração e gestão das escolas se deve orientar por princípios de democraticidade e de participação de todos os implicados no processo educativo, não vislumbramos onde possa surgir a dúvida do direito de representação dos pais integrarem esses órgãos de escola, já que por envolvidos no sistema educativo podemos entender todos aqueles que, ou por motivo da sua profissão, os professores, ou por serem os sujeitos obrigatoriamente presentes no quotidiano do ato escolar em si, os alunos, ou porque, são os principais responsáveis pela educação dos filhos/educandos, os pais. Aquele princípio só não era claro para quem continuava apostado em manter os pais à margem do processo educativo.

Em 1989, é promulgado o Decreto-Lei n.º 43/89 (lei da autonomia das escolas), o qual reconhece aos pais o direito de reclamarem do processo de avaliação dos filhos; prevê igualmente que devem ser ouvidos nos casos de infrações disciplinares graves, bem como informados acerca dos serviços de apoio sócioeducativo.

O Despacho 239/ME/93 tem por finalidade a atualização da legislação sobre as associações de pais, nas escolas onde ainda não se encontra em funcionamento o regime de administração e gestão previsto no Decreto-lei n.º172/91; mais concretamente, nos jardins de infância e nas escolas do primeiro ciclo, as associações de pais ou, na sua ausência, os pais eleitos, passam a ter um representante, com direito a voto, no Conselho Pedagógico e no Conselho Escolar. O mesmo despacho prevê ainda que a direção do estabelecimento de ensino crie efetivas condições para o funcionamento da

associação de pais e facilite, quer o processo de inscrição dos pais na associação, quer a comunicação desta com os encarregados de educação. Com este normativo estende-se ao 1.º ciclo a forma de participação dos pais, já em vigor nos restantes ciclos. A partir daqui os pais estão representados em todo o sistema de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário.

O Despacho Normativo n.º 27/97 regulamenta a participação dos órgãos de administração e gestão dos jardins-de-infância e das escolas dos ensinos básico e secundário no novo regime de autonomia e gestão dos estabelecimentos de ensino. Interessa-nos referir que, no seu art.º 3.º preconiza que o conselho consultivo será presidido pelo presidente do órgão pedagógico e, na sua composição, deve ser salvaguardado o princípio da paridade entre docentes e não docentes, designadamente representantes dos pais, do pessoal não docente, refletindo a especificidade da comunidade local em que a escola se encontra inserida.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos. É importante a referência à responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa, na valorização dos diversos intervenientes no processo educativo, designadamente professores, pais, estudantes, pessoal não docente e representantes do poder local. A participação dos pais está garantida nos diversos órgãos, exceto no Conselho Executivo.

O Decreto-Lei n.º 270/98 faz o enquadramento da convivência e disciplina nas escolas (regime disciplinar). No seu art.º 3.º refere que a escola deve promover a participação da comunidade escolar no processo de elaboração do regulamento interno, mobilizando para o efeito alunos, docentes, pessoal não docente, pais e encarregados de

educação». Todo o art.º 8.º deste decreto é consagrado à intervenção dos pais, pelo que transcrevemos as partes principais:

- O direito e o dever de educação dos filhos compreendem a capacidade de intervenção dos pais no exercício dos direitos e a responsabilidade no cumprimento dos deveres dos seus educandos na escola e para com a comunidade educativa;
- O poder/dever de educação dos filhos implica o exercício dos seguintes direitos e deveres:
 - a) Informar-se, ser informado e informar a comunidade educativa sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos e comparecer na escola por sua iniciativa e quando para tal for solicitado;
 - b) Colaborar com os professores no âmbito do processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos;
 - c) Articular a educação na família com o trabalho escolar;
 - d) Cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente através da promoção de regras de convivência na escola;
 - e) Responsabilizar-se pelo cumprimento do dever de assiduidade dos seus educandos;
 - f) Conhecer o regulamento interno da escola.

A Lei n.º 24/99 faz a primeira alteração do Decreto-Lei n.º 115-A/98 nomeadamente, altera a forma de eleição dos representantes dos pais, a qual deverá ser realizada em Assembleia Geral de Pais e altera ainda a definição dos períodos em que os encarregados de educação ou os seus representantes participam na vida escolar, devendo ser ouvidos previamente.

7. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA: UMA TIPOLOGIA DE ALVES PINTO E TEIXEIRA

Os estudos, cujos objetivos se prendem com a identificação e compreensão dos tipos de participação parental que ocorrem nas e com as escolas, têm vindo a desenvolver-se nos últimos tempos de forma mais acentuada.

Apresentaremos, brevemente, uma tipologia de ALVES PINTO e TEIXEIRA que as autoras operacionalizaram num conjunto de questões que nos serviram de base para o estudo que realizamos e que se apresenta no capítulo seguinte. A tipologia, apresentada por TEIXEIRA (2003, pp.180) reporta-se, naturalmente aos pais que vão à escola, e admite que os tipos e as categorias utilizadas para analisar os tipos de participação são as seguintes: pais informados, pais colaboradores e pais parceiros.

Note-se que a nossa pergunta de partida tem implícita a necessidade de entender o tipo de participação dos pais na escola que, de algum modo, lhes permite avaliar as atividades desenvolvidas pelas Autarquias em ambiente escolar, questão central do nosso estudo.

Embora, a legislação permita a participação dos pais em vários órgãos da escola, nomeadamente: Conselho de Turma, Conselho Pedagógico e Assembleia-geral, é do conhecimento, mais ou menos, que não existe uma vontade generalizada de cooperação e parceria ao nível da educação dos educandos, quer por parte dos professores, quer por parte dos pais. (TEIXEIRA, 2003, p.178)

Entre escolas e entre turmas existem diferenças na forma de comunicar e de se relacionarem pais e professores. Enquanto que uns pais participam em reuniões, sempre que convocados, vão à escola frequentemente para se informarem sobre o percurso escolar dos seus filhos, outros não se interessam e não aparecem na escola, mesmo

quando são chamados. Assim sendo, o melhor contacto que se possa estabelecer entre família e escola é através da criança/jovem. (PERRENOUD, 1995, p.89)

Segundo TEIXEIRA, (o.c., p.178), existe, alguma persistência por parte de muitos professores em pensarem nos pais como autênticos parceiros escolares, preferindo ter com os mesmos uma relação mais de ouvintes daquilo que lhes pretendam transmitir, de auxiliares no trabalho de casa dos seus filhos e da sua colaboração em atividades decididas e organizadas pela escola. Porém, se há famílias que aceitam esta subalternização outros não querem de modo algum ver limitado o seu direito à participação apenas a estas iniciativas, não admitindo sequer intromissão da escola nesta matéria e gostariam de ter um papel mais ativo na gestão e administração da mesma.

CONCLUSÃO

Presentemente nas nossas escolas vivem-se tempos muito controversos, tendo em conta as diversas reformas educativas que se têm produzido e implementado, por vezes, num curto espaço de tempo.

Porém, é um dado adquirido a vantagem de pais e escola trabalharem em conjunto para o sucesso escolar dos seus filhos/educandos, sem esquecer que, quer a uma, quer à outra cabe-lhes a difícil tarefa de educar integralmente as crianças e jovens.

Para que seja exequível alcançar o êxito, a excelência e igualdade será necessário devolver autonomia e poder à comunidade educativa, isto é às autarquias, às famílias, aos alunos, aos docentes, através de uma partilha de gestão e administração conjunta com isenção de burocracias, poderão dar um sentido mais comunitário às escolas públicas. Para que tal aconteça será preciso que o Ministério da Educação queira

efetivamente partilhar esse poder que possui sobre as escolas, será preciso também que os políticos tenham mais confiança nas famílias, nas autarquias, nos docentes, entre outros. (MARQUES, 1993, pp.7-8)

Deste modo, família, escola e autarquia completam-se beneficiando da cooperação, envolvendo-se em relações de interação e participando no processo educativo.

Aos pais e encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder e dever de orientarem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual e moral dos mesmos. No entanto, se puderem contar com a colaboração de toda a comunidade educativa tudo ficará mais facilitado.

CAPÍTULO III

A PERSPETIVA DOS PAIS SOBRE AS ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA E A SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

INTRODUÇÃO

Perante a problemática que nos propusemos desenvolver e tentando dar resposta à nossa pergunta de partida “Qual o Papel das Autarquias na Educação, no Apoio à Família?”, elaboramos um questionário (ver anexo I) com o qual pretendemos recolher dados que nos permitam compreender e obter algumas respostas à temática do nosso estudo.

Deste modo iremos, nesta terceira parte começar por explicitar: o instrumento de recolha de dados da amostra do estudo; construção e características dos representantes, de onde, quando e a quem foi distribuído o Instrumento de Recolha de Dados (IRD), a caracterização da amostra (por género, idade, habilitações académicas, grau de educação ou ensino do filho, localização da escola e Concelho a que pertence). Apresentamos ainda o que procuramos saber com o inquérito aos pais/encarregados de educação, assim como os procedimentos que adoptamos na elaboração do questionário.

Referindo ainda os objetivos do nosso estudo e as referências que nos serviram de base para a preparação das questões apresentadas.

Por fim procedemos à análise das respostas e à discussão dos resultados obtidos, apresentando as variações de opinião mais significativas encontradas.

1. O INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

Com o intuito de conhecer o modo como a componente de apoio à família e as atividades de enriquecimento curricular foram implementadas, assim como a sua forma de funcionamento, tornou-se pertinente realizar um estudo.

Neste sentido, quisemos saber através de um dos principais protagonistas envolvidos, a família, a sua opinião no que respeita a ambas as modalidades.

Procurámos, ainda, compreender as relações das famílias com a escola para o que nos socorremos da tipologia de TEIXEIRA (2003), já referida no capítulo anterior: **pais informados, pais colaboradores e pais parceiros.**

Ao nível dos pais informados a autora distingue os pais informados sobre o percurso escolar e sobre a escola dos filhos. (o.c., p.181)

Ao nível dos pais colaboradores a autora considera duas possibilidades (não disjuntas): colaboração em atividades e sugestões sobre a sua organização e sobre a própria organização da escola. (ibid, p.182)

Ao nível dos pais parceiros são considerados três níveis: intervenção na resolução dos problemas da escola, participação em tomadas de decisão sobre assuntos que dizem respeito aos filhos e participação nas decisões que dizem respeito à escola. (ibid, p. 183)

A tipologia de TEIXEIRA serviu de base a uma das perguntas colocadas no nosso questionário do seguinte modo:

Pais informados	sobre o percurso escolar dos filhos	Costuma informar-se sobre a adaptação e as aprendizagens do seu filho.
		A escola preocupa-se em informar os pais sobre a evolução da criança.
	sobre a escola	Informa-se sobre o que se passa na escola do seu filho.
		A escola preocupa-se em dar-lhe informação sobre o que se passa na escola.
Pais colaboradores	em atividades da escola	É pedido aos pais que colaborem em atividades da escola.
		Colabora em atividades do projeto educativo
	dando sugestões	Dá sugestões quando se discute a organização das atividades da escola.
		Os pais são solicitados a dar sugestões para uma melhor organização da escola.
Pais parceiros	na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos	A escola decide muitos assuntos das crianças com os pais.
		Participa nas decisões tomadas na escola que dizem respeito ao seu filho.
	na tomada de decisão sobre organização da escola	Costuma participar nas decisões de organização da escola
		A escola decide questões da sua organização com os pais

Adaptado de TEIXEIRA (2003)

2. A AMOSTRA DO ESTUDO: Construção e Características dos Inquiridos

2.1. Onde, quando e a quem foi distribuído o instrumento de recolha de dados (IRD)

O instrumento de recolha de dados foi distribuído nos Concelhos da Trofa e Maia, entre Março e Junho de 2011, em jardins de infância e escolas básicas, na zona norte do país (distrito do Porto), havendo desde o começo a preocupação de distribuir os questionários:

- em jardins e escolas situados no centro da sede do Concelho, em zona urbana e rural;
- em jardins e escolas com dimensões grandes e pequenas;
- a pais/encarregados de educação com formação diversa.

Os questionários foram distribuídos pelos pais através do professor(a) titular de turma e a todos eles foram dadas as devidas informações e cuidados a ter para que não existissem dúvidas nem qualquer tipo de constrangimentos – todos se prontificaram e colaboraram na distribuição e recolha dos mesmos numa base de ajuda/colaboração e de forma gratuita.

Existiu desde sempre uma forte preocupação em ocultar a autora dos questionários, evitando que as respostas fossem influenciadas por esse factor. Todavia a uma dada altura, os professores envolvidos, nomeadamente no Agrupamento de Castro, sentiram necessidade de conhecerem e de perceberem claramente o objetivo principal do trabalho e foram todos devidamente esclarecidos com uma visita personalizada às escolas do Agrupamento.

Foi ainda nossa opção passar o questionário em escolas primárias com jardim de infância integrado.

Foram distribuídos sensivelmente 800 questionários, sendo apenas entregues/recolhidos 499, que constituíram a nossa amostra.

2.2. Caracterização da Amostra

A nossa investigação realizou-se nos jardins de infância e escolas básicas do primeiro ciclo pertencentes ao Agrupamento Vertical de Escolas do Castro, Agrupamento Vertical e Agrupamento Vertical de Escolas de Águas Santas, Concelhos da Trofa e Maia respetivamente. A sua pertinência prendeu-se com o facto de percebermos o tipo de participação dos pais na escola do filho/educando.

De seguida apresentamos as características (por sexo, idade, habilitações literárias, localização da escola e nível de ensino do filho) da nossa amostra.

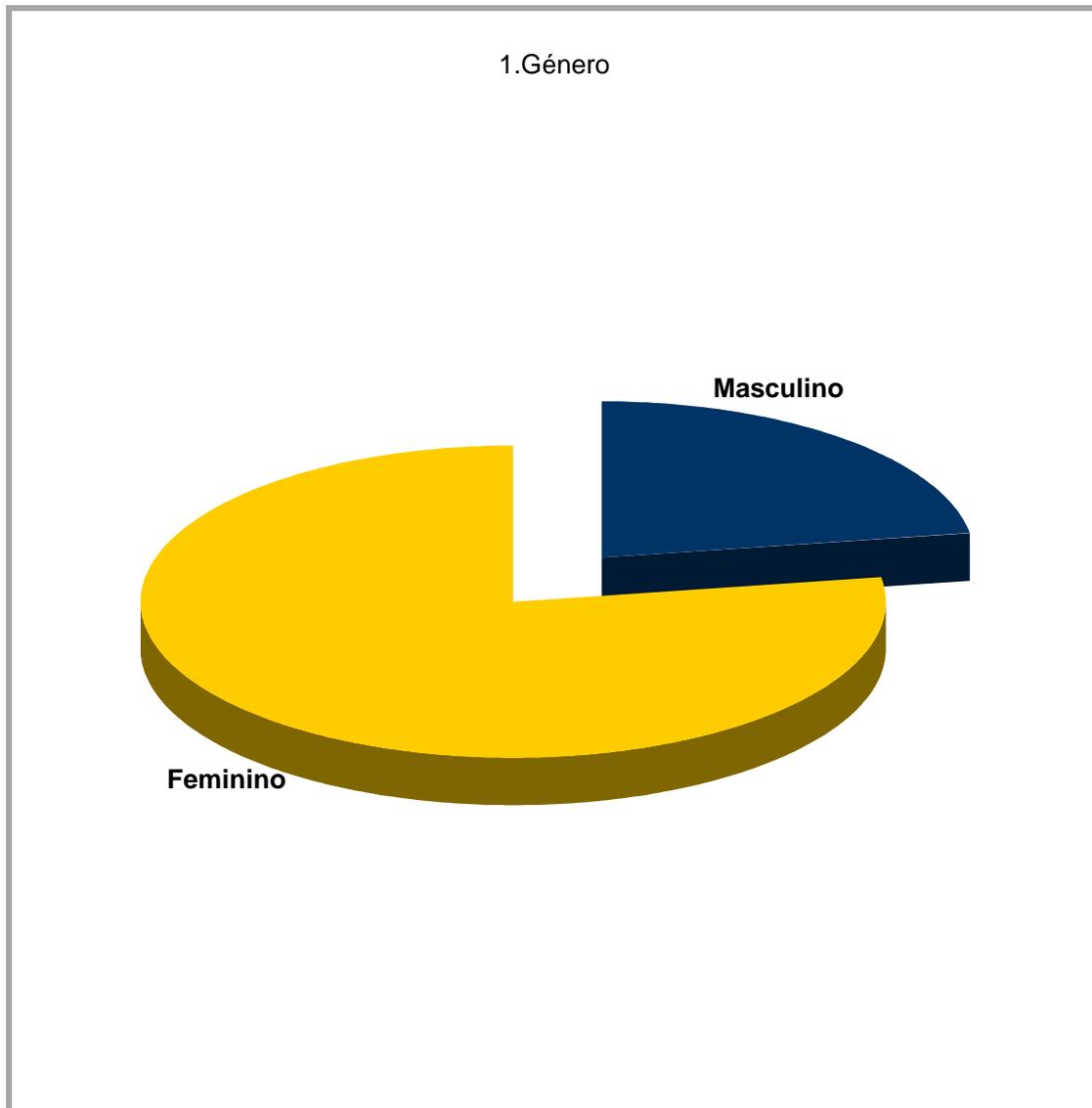
2.2.1. Género

A amostra de pais é constituída maioritariamente por mulheres o que nos leva a supor que as mães são as que mais contacto têm com a escola, pois são elas aqui as mais representadas.

Género	Frequência	%
Masculino	133	22,4%
Feminino	460	77,6%
Totais	593	100,0%

Moda - Feminino

Gráfico I – Composição da amostra, segundo o Género

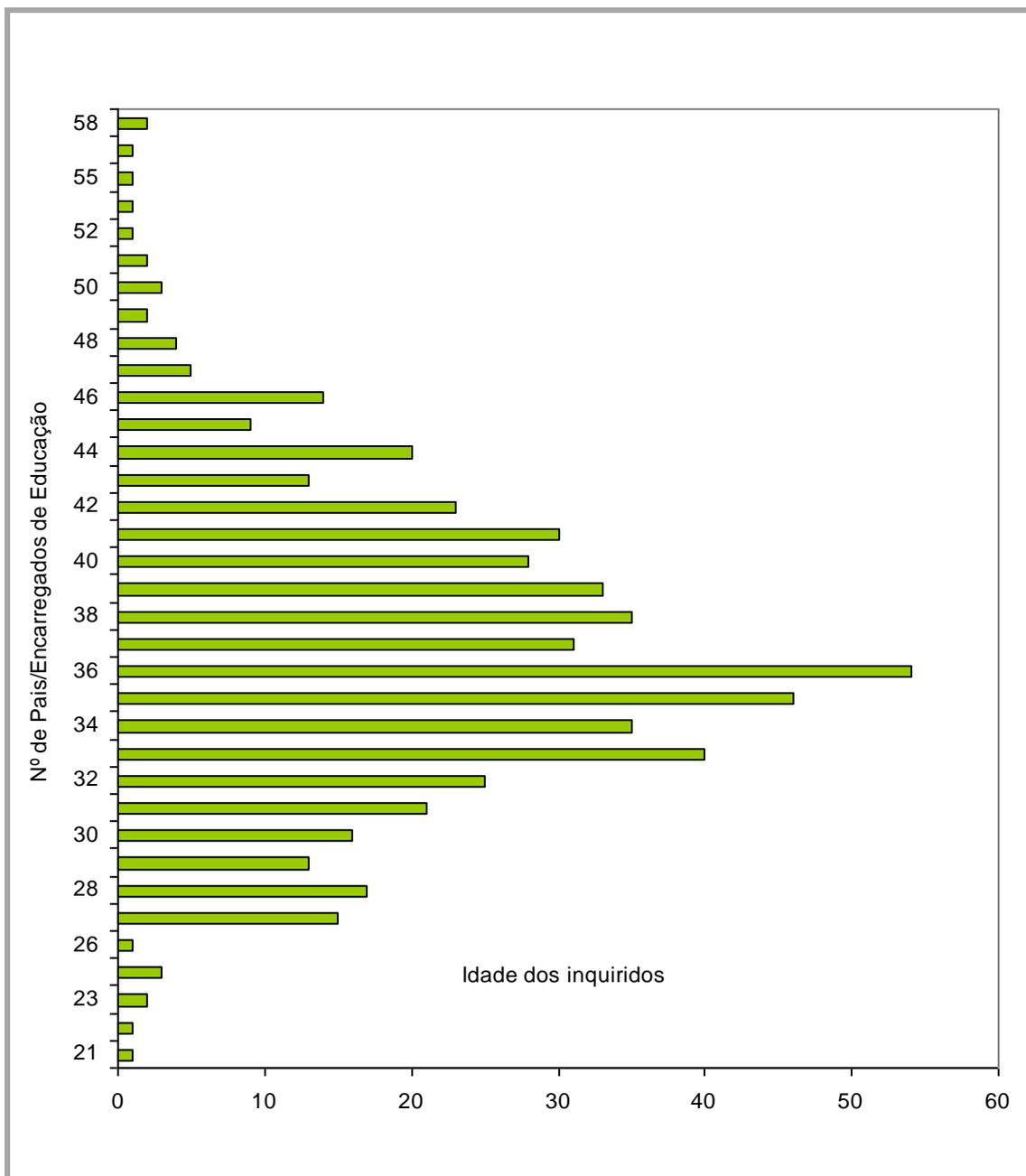


2.2.2 Idade

Tendo por base os resultados apresentados no quadro seguinte a maioria dos inquiridos situam-se na faixa etária dos trinta e seis anos, embora tenham variado entre os vinte e um e os cinquenta e oito anos.

Apresentamos de seguida o gráfico com a frequência das respetivas idades.

Gráfico II – Composição da amostra de pais, segundo a idade



Moda – 36 Média – 34 Mediana - 36

2.2.3. Habilitações académicas

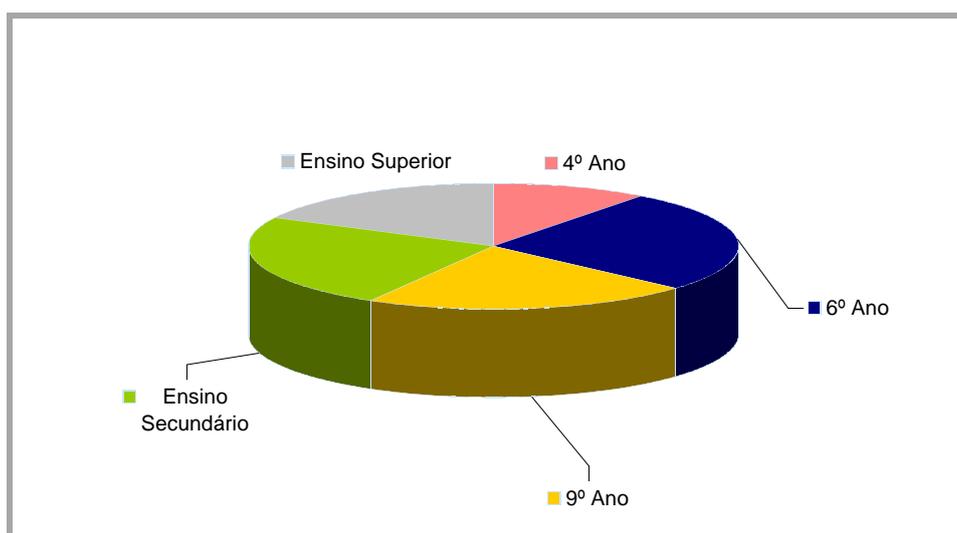
Quisemos saber quais as habilitações académicas da nossa amostra, pois consideramos que o facto de os pais pertencerem a grupos sociais de menor ou maior nível de habilitações, poderá ser fundamental para o nosso estudo, visto que este factor poderá conduzir a variações de opinião significativas.

De acordo com o quadro abaixo a maioria dos inquiridos possui o 6º ano de escolaridade. No entanto é exequível verificar que existe uma percentagem considerável de pais com ensino secundário e curso superior.

Habilitações	Frequência	%
4º ano de escolaridade	61	10,3%
6º ano de escolaridade	155	26,2%
9º ano de escolaridade	129	21,8%
Ensino secundário	142	24,0%
Curso superior	104	17,6%
Totais	591	100,0%

Moda – 6º Ano de Escolaridade

Gráfico III – Composição da amostra de pais, segundo as habilitações literárias



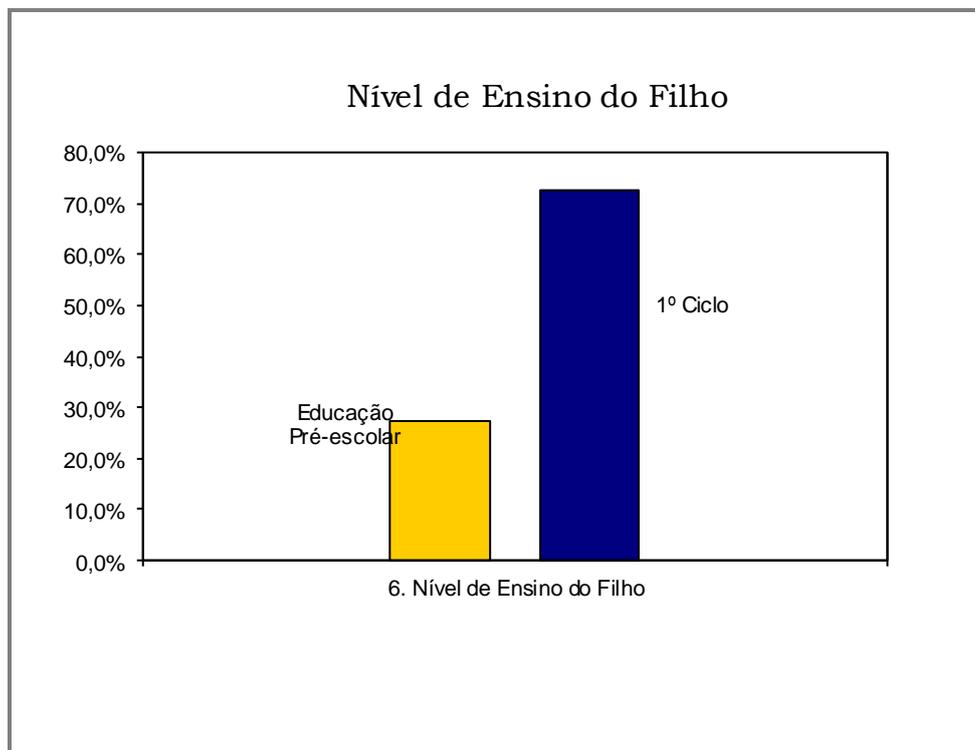
2.2.4. Grau de educação ou ensino dos filhos

Através do quadro seguinte constatamos que o nível de ensino dos filhos/educandos dos inquiridos frequenta o primeiro ciclo do ensino básico.

Nível de Ensino do Filho	Frequência	%
1 – Educação Pré-escolar	161	26,9%
2 – 1º Ciclo	432	72,2%
Totais	598	100,0%

Moda – 1º Ciclo

Gráfico IV – Composição da amostra de pais, segundo o grau de ensino do filho



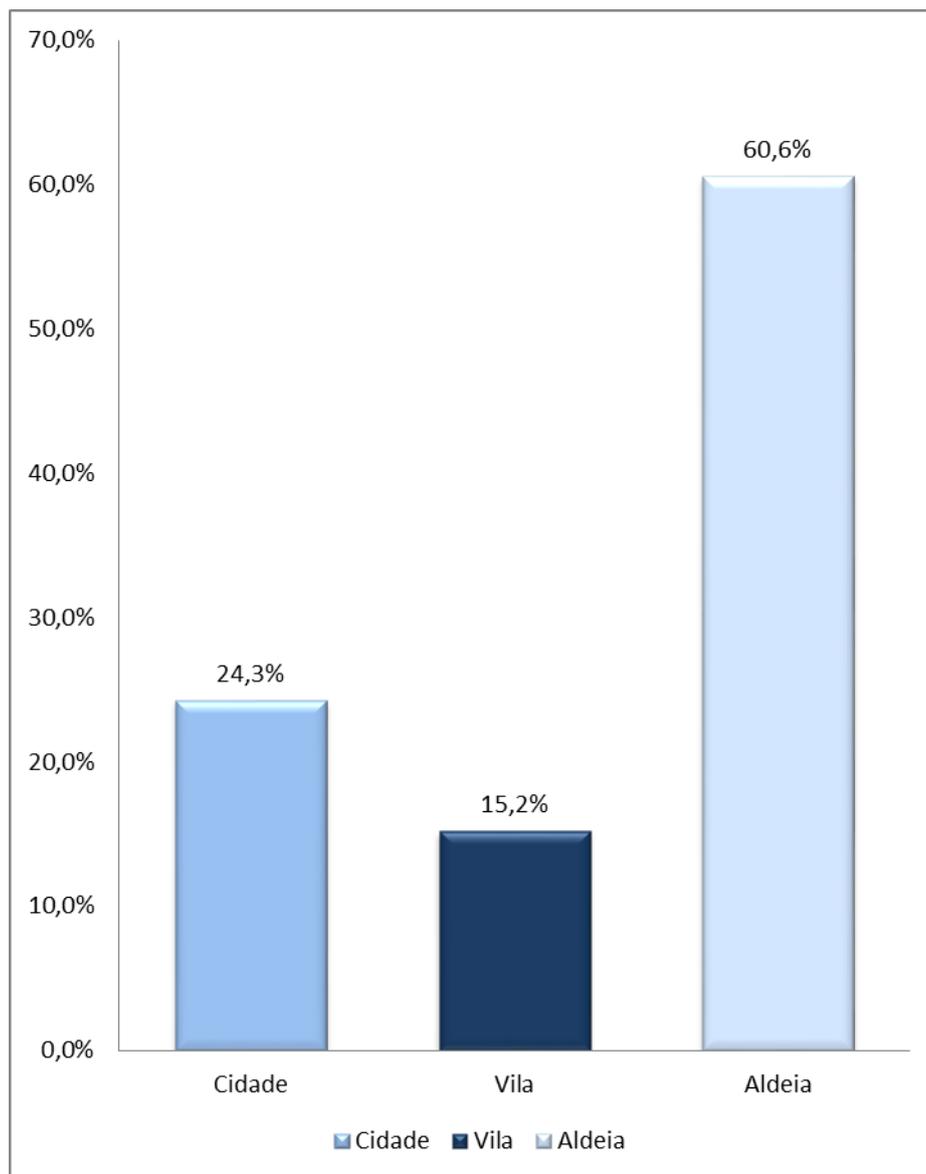
2.2.5. Localização da escola

Tendo como base o quadro seguinte é possível verificarmos que a maioria dos filhos/educandos dos respondentes frequentam uma escola situada na Aldeia.

Localização da escola	Frequência	%
1 – Cidade	139	24,3%
2 – Vila	87	15,2%
3 - Aldeia	347	60,6%
Totais	573	100,0%

Moda – Aldeia

Gráfico V – Composição da amostra de pais, segundo a localização da escola



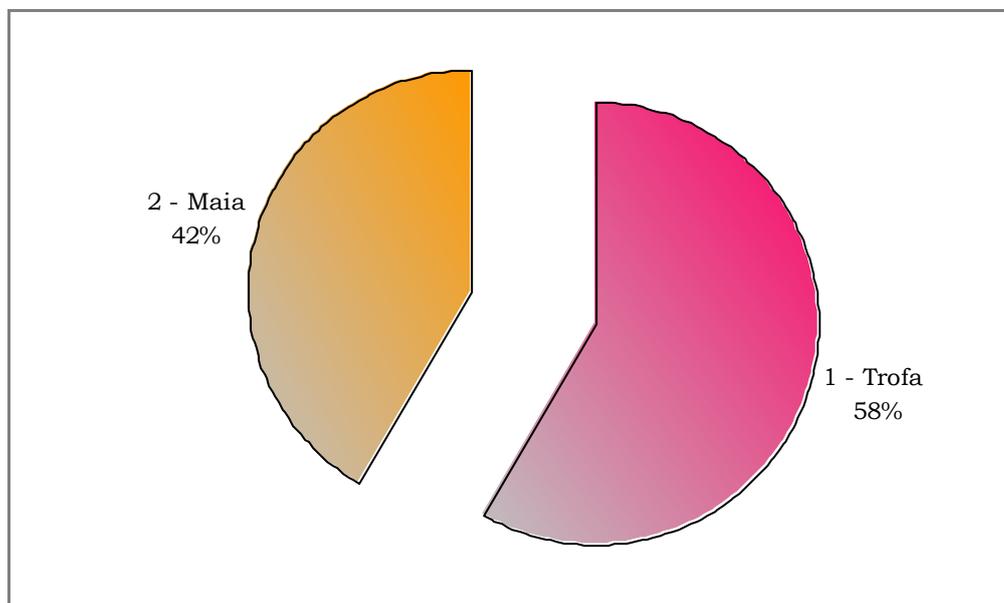
2.2.6. Concelho a que a escola pertence

De acordo com a leitura do quadro que se segue a maioria dos respondentes são residentes no Concelho da Trofa.

Concelho	Frequência	%
1 - Trofa	349	58,4%
2 - Maia	249	41,6%
Totais	598	100,0%

Moda – Trofa

Gráfico VI – Composição da amostra de pais, segundo o Concelho



2.3. O que procuramos saber com o questionário aos pais

No que se refere ao questionário o que pretendemos saber com a questão quatro qual os conhecimentos académicos dos respondentes.

Com a questão 7 (incluindo a 7.1 e 7.2), procuramos saber se na escola dos filhos/educandos existem atividades de apoio à família, se frequenta e qual o horário praticado.

Para além disso foi também importante saber qual a opinião que os pais têm sobre as atividades, pelo que elaboramos a questão 7.3, considerando que estas podem ser um bom apoio à família, funcionando como um local de aprendizagem, socialização de bem-estar para a criança e desenvolvimento de autonomia.

As questões 8 e 9 foram elaboradas tendo em conta uma tipologia de Manuela TEIXEIRA descrita anteriormente.

Com a questão 10 (incluindo a 10.1 e 10.2) pretendemos saber se na escola do filho/educando existem atividades de enriquecimento curricular, se frequentam e qual o horário praticado.

Na 10.3 tentamos perceber qual a frequência com que os filhos frequentam as atividades de enriquecimento curricular.

Por último, na questão 10.4, quisemos saber porque motivo os filhos não frequentam as atividades de enriquecimento curricular.

2.4. Procedimentos que adotamos na elaboração do questionário

Recordando a questão de partida que consideramos para o nosso estudo: Qual o papel das autarquias na educação, no apoio à Família?, acrescentamos outras questões que dizem respeito à relações pais/escola, como já referimos.

Para a elaboração dos nossos questionários fomos levados a refletir sobre determinados conceitos, nomeadamente o conceito de participação e de outros que dele advêm como sejam a colaboração, cooperação, parceria e envolvimento. Para tal foi necessário debruçar-nos sobre a opinião de vários autores que nos poderiam esclarecer mais sobre o assunto e nos poderiam servir de base para a construção dos nossos questionários. De entre esses autores, a que nos referimos na primeira parte desta dissertação destacaremos TEIXEIRA, ALVES-PINTO, DON DAVIES, VIEIRA, MUSITU e GUEDES, autores, estes, que colaboram no livro “Pais e Escola – parceria para o sucesso” (2003), PERRENOUD no livro “Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar” (1995), P. SILVA e S. STOER (2005).

Os questionários foram tratados através de um programa estatístico do ISET, procedemos à determinação das frequências das respostas dadas pelos inquiridos e à análise das variações significativas depois de cruzarmos as variáveis pertinentes.

Salientamos que algumas questões são apresentadas em indicadores parcelares, que são, posteriormente agregados a fim de possibilitar uma leitura mais adequada aos nossos objetivos.

Tendo como objetivo principal obter respostas fiáveis, tivemos o cuidado de utilizar uma linguagem simples para poder ser compreendida por todos. Nos questionários entregues aos pais tentamos que as questões apresentadas fossem de fácil compreensão uma vez que temos consciência de que as habilitações dos pais podem ser muito diversificadas.

Na apresentação dos mesmos às escolas e aos pais, houve ainda o cuidado de alertar para o anonimato, permitindo aos respondentes o preenchimento sem qualquer receio, possibilitando, deste modo, maior liberdade de expressão das suas opiniões.

De acordo com os manuais de investigação, para elaborar o questionário foi tido em conta o seguinte (cfr. TEIXEIRA, 1993, pp.37-38):

- não efetuar perguntas que induzissem a uma determinada resposta;
- quando foi elaborado o enunciado em que se pedia aos pais que emitissem a sua opinião, colocamos diversas opções, de modo a que se pronunciassem “discordo”, “nem concordo nem discordo” e “concordo”;
- procuramos uma linguagem acessível a todos;
- recorremos a perguntas abertas e fechadas tendo em conta as informações que pretendíamos obter;
- tivemos também a preocupação de colher o mesmo tipo de informação através de perguntas diferentes.

3. OPINIÃO DOS PAIS SOBRE AS ATIVIDADES DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR DOS SEUS FILHOS

3.1 Concelho a que pertencem os respondentes

3.1.1 Frequência das respostas

Concelho	Nº de respondentes	%
Trofa	349	58,4%
Maia	249	41,6%

Como é possível verificar a frequência das respostas incidu maioritariamente no Concelho da Trofa.

3.1.2. O Concelho segundo as habilitações dos respondentes

Habilitações	[4º Ano; 6º Ano]	[9º Ano; Ensino secundário]	[Curso superior]	
Concelho				TOTAL
Trofa	156 72,2%	150 55,4%	39 37,5%	345 58,4%
Maia	60 27,8%	121 44,6%	65 62,5%	246 41,6%
TOTAL	216 100,0%	271 100,0%	104 100,0%	591 100,0%

Graus de liberdade = 2

χ^2 observado = 36,72

Probabilidade observada = 0,00

No quadro acima pode verificar-se que os pais do Concelho da Trofa assumem maioritariamente possuir habilitações ao nível do 4º e 6º ano, enquanto que os pais do Concelho da Maia dizem, em maioria, possuir um curso superior.

3.1.3. O Concelho segundo a localização da escola

Localização da escola	Aldeia	Vila	Cidade	
Concelho				TOTAL
Trofa	53 38,1%	12 13,8%	278 80,1%	343 59,9%
Maia	86 61,9%	75 86,2%	69 19,9%	230 40,1%
TOTAL	139 100,0%	87 100,0%	347 100,0%	573 100,0%

Graus de liberdade = 2

χ^2 observado = 163,41

Probabilidade observada = 0,00

No Concelho da Trofa os pais que responderam ao nosso questionário têm os filhos a frequentar escolas que se localizam na cidade. Por seu turno, os pais do Concelho da Maia, têm os seus filhos em escolas que se situam em vilas ou aldeias.

3.1.4. O Concelho segundo o nível de ensino do filho

Nível de Ensino do Filho	Educação Pré-escolar	1º Ciclo	
Concelho			TOTAL
Trofa	117 72,7%	228 52,8%	345 58,2%
Maia	44 27,3%	204 47,2%	248 41,8%
TOTAL	161 100,0%	432 100,0%	593 100,0%

Graus de liberdade = 1

χ^2 observado = 18,27

Probabilidade observada = 0,00

De acordo com o quadro anterior é possível verificar que os pais do Concelho da Trofa que responderam ao nosso questionário têm os filhos, maioritariamente, a frequentar a Educação pré-escolar, enquanto que no Concelho da Maia a grande maioria dos filhos dos nossos respondentes frequenta o primeiro ciclo.

3.2. Opinião dos Pais sobre as atividades da Componente de Apoio à Família e as atividades de Enriquecimento Curricular dos Filhos

3.2.1. Frequência das respostas (favorável e desfavorável)

	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Total
São um bom apoio à família	1,3%	10,3%	88,4%	467
Ajudam no desenvolvimento	2,8%	17,2%	80,0%	464
O horário devia ser alargado	30,3%	49,7%	20,0%	445
A criança cansa-se de ficar tanto tempo na escola	41,0%	36,4%	22,6%	434

O quadro anterior permite verificar que uma expressiva maioria dos respondentes assume concordar com as atividades da componente de apoio à família e de enriquecimento curricular.

Construiremos, de seguida os respetivos indicadores agregados para estudo posterior das possíveis variações significativas com as características do perfil dos respondentes.

3.2.2. Indicador Agregado favorável

Opinião favorável sobre as atividades		
Discordo 2	1	0,2%
3	4	0,9%
4	33	7,4%
5	76	17,2%
Concordo 6	329	74,3%
Totais	443	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [4,5] e [6,6], dado o número irrelevante das respostas 2 e 3.

3.2.3. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	1	2	2	2	1
χ^2 observado	0,98	1,06	2,03	3,45	9,97
Probabilidade observada	0,32	0,59	0,36	0,18	0,00

Como o quadro anterior permite verificar, apenas se regista variação significativa de opiniões segundo o grau de educação ou ensino frequentado pelos educandos.

3.2.4. Opinião favorável sobre as atividades da componente de apoio á família e as atividade de enriquecimento curricular dos filhos segundo o grau de educação ou ensino frequentado pelos educandos

Como o quadro seguinte permite verificar são os pais dos alunos da educação pré-escolar que assumem ter uma opinião mais favorável sobre as atividades, ainda que uns e outros assumam maioritariamente ter uma opinião favorável.

Nível de Ensino do Filho	Educação Pré-escolar	1º Ciclo	TOTAL
Opinião favorável sobre as atividades			
Concordo pouco [4,5]	19 14,8%	90 29,2%	109 25,0%
Concordo [6,6]	109 85,2%	218 70,8%	327 75,0%
TOTAL	128 100,0%	308 100,0%	436 100,0%

Graus de liberdade = 1 χ^2 observado = 9,97 probabilidade observada = 0,00

Esta variação resulta, eventualmente, da preocupação dos pais do pré-escolar não terem a quem deixar os filhos, sendo estes ainda muito pequenos.

3.2.5. Indicador Agregado desfavorável

Opinião desfavorável sobre as atividades			
Discordo	2	60	14,1%
	3	109	25,6%
Nem concordo nem discordo	4	174	40,8%
Concorda	5	63	14,8%
	6	20	4,7%
Totais		426	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [2,3], [4,4] e [5,6].

3.2.6. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	2	4	4	4	2
χ^2 observado	0,85	1,27	10,71	10,71	2,17
Probabilidade observada	0,65	0,87	0,03	0,00	0,34

Como o quadro acima permite verificar, apenas se registam variações significativas de opinião segundo as habilitações académicas dos pais/encarregados de educação e a localização da escola

3.2.7. Opinião desfavorável sobre as atividades da componente de apoio á família e às atividade de enriquecimento curricular dos filhos segundo o grau de educação ou ensino do filho

Como é possível verificar são os pais com o com habilitações mais elevadas quem assume uma opinião menos desfavorável.

Habilitações	[4º Ano; 6º Ano]	[9º Ano; Ensino secundário]	Curso superior	TOTAL
Opinião desfavorável sobre actividades				
Discordo [5,8]	15 09%	29 11%	17 21%	61 12%
Nem concordo nem discordo [9,10]	106 64%	153 58%	48 60%	307 60%
Concordo [11,12]	45 27%	80 31%	15 19%	140 28%
TOTAL	166 100%	262 100%	80 100%	508 100%

Graus de liberdade = 2

χ^2 observado = 9,32

Probabilidade observada = 0,01

3.2.8. Opinião desfavorável sobre as actividades da componente de apoio á família e as atividade de enriquecimento curricular dos filhos segundo a localização da escola

Como pode verificar-se no quadro abaixo, são os pais dos educandos cujas escolas se situam em vilas que manifestam uma opinião mais favorável.

Localização da escola	Aldeia	Vila	Cidade	TOTAL
Opinião sobre actividades				
Discordo [5, 8]	29 24,4%	5 7,8%	26 11,7%	60 14,8%
Nem concordo nem discordo [9, 10]	56 47,1%	27 42,2%	129 58,1%	212 52,3%
Concordo [11, 12]	34 28,6%	32 50,0%	67 30,2%	133 32,8%
TOTAL	119 100,0%	64 100,0%	222 100,0%	405 100,0%

Graus de liberdade = 4

χ^2 observado = 21,08

Probabilidade observada = 0,00

3.3. Pais informados sobre o percurso escolar dos filhos

3.3.1. Frequência das respostas

	Raramente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Total
A escola preocupa-se em informar s/ a evolução da criança	2,4%	5,8%	44,4%	47,4%	586
Os pais informam-se s/ adaptação e aprendizagens do seu filho	2,2%	3,4%	38,3%	56,0%	587

O quadro acima demonstra que a maioria dos respondentes assumem-se informar-se sobre a evolução, adaptações e aprendizagens do seu educando.

Construiremos, de seguida o Indicador Agregado para estudo posterior das possíveis variações significativas com as características do perfil dos respondentes.

3.3.2. Indicador Agregado

Pais informados sobre o percurso escolar dos filhos		
Poucas vezes	2	0,9%
	3	0,7%
	4	2,1%
	5	5,9%
Algumas vezes	6	25,0%
	7	30,6%
Muitas vezes	8	34,9%
Totais	581	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [2,5], [6,7] e [8,8].

3.3.3. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	2	4	4	4	2
χ^2 observado	0,90	5,70	0,05	5,06	9,32
Probabilidade observada	0,60	0,22	0,11	0,28	0,01

Como o quadro anterior permite verificar, apenas se regista variação significativa de opiniões segundo o grau de educação ou ensino frequentado pelos educandos.

3.3.4. Pais informados sobre o percurso escolar dos filhos

A análise da tabela permite-nos constatar que são os pais do primeiro ciclo que assumem informar-se mais sobre o percurso escolar dos seus filhos/educandos, o que pode explicar-se pelo facto de a partir do 1º ciclo a aprendizagem se tornar mais exigente e orientada para um percurso académico mais responsável.

Nível de Ensino do Filho	Educação Pré-escolar	1º Ciclo	TOTAL
Pais informados sobre o percurso escolar dos filhos			
Poucas vezes [2,5]	23 14,7%	32 7,6%	55 9,5%
Algumas vezes [6,7]	90 57,7%	233 55,2%	323 55,9%
Muitas vezes [8,8]	43 27,6%	157 37,2%	200 34,6%
TOTAL	156 100,0%	422 100,0%	578 100,0%

Graus de liberdade = 2

χ^2 observado = 9,32

Probabilidade observada = 0,01

3.4. Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos

3.4.1. Frequência das respostas

	Raramente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Total
8.A - Os Pais informam-se sobre o que se passa na escola	1,4%	3,9%	47,9%	46,8%	587
8.H - A escola preocupa-se em dar informações sobre o que se passa	5,6%	11,4%	45,7%	37,2%	588

No quadro acima é possível verificarmos que uma elevada maioria dos inquiridos assume informar-se algumas ou muitas vezes sobre o que se passa na escola; relativamente à preocupação da escola em informar os pais mantém-se a mesma tendência mas com menor intensidade.

De seguida construiremos, o Indicador Agregado para estudo posterior das possíveis variações significativas com as características do perfil dos respondentes.

3.4.2. Indicador Agregado

Pais informados sobre a escola			
Poucas vezes	2	3	0,5%
	3	4	0,7%
	4	28	4,8%
	5	55	9,4%
Algumas vezes	6	177	30,4%
	7	179	30,7%
Muitas vezes	8	137	23,5%
Totais		583	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [2,5], [6,7] e [8,8].

3.4.3. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	2	4	4	4	2
χ^2 observado	6,10	9,28	3,62	5,25	6,16
Probabilidade observada	0,05	0,05	0,46	0,26	0,05

De acordo com o quadro é possível verificar que se registam variações significativas de opinião segundo o género, a idade e o grau de educação ou ensino frequentado pelos educandos.

3.4.4. Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos segundo o género

Como se pode verificar no quadro seguinte são as mães que mais assumem informar-se sobre a escola, o que já era esperável, visto que tradicionalmente e em muitas situações na atualidade, geralmente é a mulher que assume as maiores responsabilidades pela educação dos filhos, principalmente na infância, tomando também a seu cargo a tarefa de levar os filhos à escola.

Diferentes estudos demonstram que em Portugal quem mais assume a relação família/escola e com quem a escola mais comunica é, sem dúvida, a figura feminina – a mãe (cfr. ALVES-PINTO, 2003, p.3)

Sexo	Masculino	Feminino	TOTAL
Pais informados sobre a escola			
Poucas vezes [2,5]	21 16,2%	69 15,4%	90 15,6%
Algumas vezes [6,7]	89 68,5%	264 58,9%	353 61,1%
Muitas vezes [8,8]	20 15,4%	115 25,7%	135 23,4%
TOTAL	130 100,0%	448 100,0%	578 100,0%

Graus de liberdade = 2

χ^2 observado = 6,10

Probabilidade observada = 0,05

3.4.5. Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos segundo a idade

O quadro seguinte permite-nos verificar que são os pais de idade intermédia que mais assumem informar-se sobre a escola.

Pais informados sobre a escola	Idade	[21,34]	[35,40]	[41,50]	TOTAL
Poucas vezes [2,5]		34 18,5%	23 10,3%	26 21,3%	83 15,7%
Algumas vezes [6,7]		108 58,7%	141 62,9%	70 57,4%	319 60,2%
Muitas vezes [8,8]		42 22,8%	60 26,8%	26 21,3%	128 24,2%
TOTAL		184 100,0%	224 100,0%	122 100,0%	530 100,0%

Graus de liberdade = 4

χ^2 observado = 9,28

Probabilidade observada = 0,05

3.4.6. Pais informados sobre a escola dos seus filhos/educandos segundo o nível de ensino

São novamente os pais do primeiro ciclo que mais assumem informar-se muito frequentemente sobre a escola

Pais informados sobre a escola	Nível de Ensino do Filho	Educação Pré-escolar	1º Ciclo	TOTAL
Poucas vezes [2,5]		34 21,5%	56 13,3%	90 15,5%
Algumas vezes [6,7]		92 58,2%	264 62,6%	356 61,4%
Muitas vezes [8,8]		32 20,3%	102 24,2%	134 23,1%
TOTAL		158 100,0%	422 100,0%	580 100,0%

Graus de liberdade = 2

χ^2 observado = 6,16

Probabilidade observada = 0,05

3.5. Pais colaboradores em atividades da escola

3.5.1. Frequência das respostas

	Raramente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Total
8.D - É pedido aos pais que colaborem em atividades da escola	5,0%	7,4%	54,0%	33,7%	585
8.K – Os pais colaboram em atividades do projeto educativo	24,6%	25,3%	38,9%	11,3%	586

O quadro acima demonstra que a maioria dos respondentes assumem ser colaboradores em atividades da escola do seu educando.

Construiremos, de seguida o Indicador Agregado para estudo posterior das possíveis variações significativas com as características do perfil dos respondentes.

3.5.2. Indicador Agregado

Pais colaboradores em atividades da escola		
Poucas vezes 2	19	3,3%
3	22	3,8%
4	83	14,3%
Algumas vezes 5	143	24,7%
.....6	171	29,5%
Muitas vezes 7	104	18,0%
.....8	37	6,4%
Totais	579	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [2,4], [5,6] e [7,8].

3.5.3. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	2	4	4	4	2
χ^2 observado	1,81	5,01	4,14	6,03	0,70
Probabilidade observada	0,40	0,29	0,36	0,20	0,71

Como o quadro anterior permite verificar que não se registaram variações estatisticamente significativas com o perfil dos respondentes o que nos permite dizer que existe uma homogeneidade de opiniões entre os pais colaboradores em atividades da escola.

3.6. Pais colaboradores dando sugestões

3.6.1. Frequência das respostas

	Raramente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Total
8. L- Os Pais costumam dar sugestões quando se discute a organização das atividades da escola	29,2%	28,7%	35,7%	6,5%	586
8. F- Os Pais são solicitados a dar sugestões para melhor organização da escola	18,4%	19,2%	46,7%	15,6%	582

No quadro acima é possível verificarmos que uma elevada maioria dos inquiridos assume dar sugestões algumas vezes quando solicitados; relativamente, e no que concerne, à preocupação dos pais em darem sugestões mantém-se a mesma tendência mas com menor intensidade.

De seguida construiremos, o Indicador Agregado para estudo posterior das possíveis variações significativas com as características do perfil dos respondentes.

3.6.2. Indicador Agregado

Pais colaboradores dando sugestões			
Poucas vezes	2	56	9,7%
	3	56	9,7%
	4	125	21,6%
Algumas vezes	5	136	23,5%
.....6		139	24,0%
Muitas vezes	7	48	8,3%
.....8		18	3,1%
Totais		578	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [2,4], [5,6] e [7,8].

3.6.3. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	2	4	4	4	2
χ^2 observado	2,65	2,42	4,41	3,32	1,89
Probabilidade observada	0,27	0,66	0,35	0,51	0,39

Tal como, aconteceu com a dimensão pais colaboradores em atividades da escola também nesta dimensão não se registaram variações estatisticamente significativas apontando-se de novo para uma homogeniedade de opiniões expressas pelos pais colaboradores dando sugestões.

3.7. Pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos

3.7.1. Frequência das respostas

	Raramente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Total
8.C - A escola decide muitos assuntos das crianças c/ os pais	4,7%	11,6%	52,7%	31,1%	579
8.G - Participação dos Pais nas decisões s/ os filhos	8,3%	12,9%	46,8%	31,9%	587

No quadro anterior pode verificar-se que a maioria dos respondentes assumem ser algumas ou muitas vezes parceiros da escola na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos, principalmente quando são questionados sobre o facto de a escola decidir muitos assuntos das crianças com os pais.

Construiremos a seguir, o Indicador Agregado para estudo posterior das possíveis variações significativas com as características do perfil dos respondentes.

3.7.2. Indicador Agregado

Pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos			
Poucas vezes	2	13	2,3%
	3	11	1,9%
	4	46	8,0%
Algumas vezes	5	74	12,9%
	6	198	34,5%
Muitas vezes	7	144	25,1%
	8	88	15,3%
Totais		574	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [2,4] [5,6] e [7,8].

3.7.3. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	2	4	4	4	2
χ^2 observado	1,16	3,90	7,57	10,34	0,69
Probabilidade observada	0,34	0,88	0,06	0,34	0,04

Segundo o quadro acima descrito podemos verificar que apenas se regista variação significativa de opiniões segundo o grau de educação ou ensino dos filhos.

3.7.4. Pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos/educandos segundo o nível de ensino

De acordo com a leitura do quadro, os pais que mais assumem participar na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos são os pais do primeiro Ciclo.

São os pais que mais assumem informarem-se sobre a escola possivelmente pelo facto do grau de exigência ser mais relevante.

Nível de Ensino do Filho	Educação Pré-escolar	1º Ciclo	TOTAL
Pais parceiros na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos			
Poucas vezes [2,4]	25 16,3%	45 10,8%	70 12,3%
Algumas vezes [5,6]	78 51,0%	194 46,4%	272 47,6%
Muitas vezes [7,8]	50 32,7%	179 42,8%	229 40,1%
TOTAL	153 100,0%	418 100,0%	571 100,0%

Graus de liberdade = 2

χ^2 observado = 9,32

Probabilidade observada = 0,01

3.8. Pais parceiros na tomada de decisão na escola

3.8.1. Frequência das respostas

	Raramente	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Total
8.E - Os pais têm participação nas decisões de organização na escola	29,8%	28,8%	33,9%	7,5%	584
8.I - A escola decide c/ os pais	15,5%	21,8%	46,3%	16,4%	574

No quadro anterior é passível observar que a maioria dos inquiridos assume poucas ou raras vezes participar na tomada de decisão na escola, ainda que maioritariamente assumam que a escola assume algumas ou muitas vezes decisões com os pais.

Construiremos a seguir, o Indicador Agregado para estudo posterior das possíveis variações significativas com as características do perfil dos respondentes.

3.8.2. Indicador Agregado

Pais parceiros na tomada de decisão na escola			
Poucas vezes	2	58	10,2%
	3	59	10,4%
	4	111	19,5%
Algumas vezes	5	126	22,1%
	6	140	24,6%
Muitas Vezes	7	56	9,8%
	8	20	3,5%
Totais		570	100,0%

Para efeito do estudo das eventuais variações consideramos os seguintes intervalos [2,4] [5,6] e [7,8].

3.8.3. Variações segundo o perfil dos respondentes

	Género	Idade	Habilitações académicas	Localização da escola	Grau de Educação ou ensino dos filhos
Graus de liberdade	2	4	4	4	2
χ^2 observado	1,16	3,90	7,57	10,34	0,69
Probabilidade observada	0,56	0,42	0,11	0,04	0,71

No quadro anterior podemos verificar que apenas se regista variação significativa de opiniões segundo a localização da escola.

3.8.4. Pais parceiros na tomada de decisão na escola segundo a localização da escola

Segundo o quadro abaixo os pais que mais assumem tomar parte na tomada de decisão na escola são os pais, cuja escola se localiza em aldeias, o que se pode compreender pela maior proximidade às escolas dos filhos-

Localização da escola	Cidade	Vila	Aldeia	TOTAL
Pais parceiros na tomada de decisão na escola				
Poucas vezes [2,4]	67 50,8%	34 39,1%	119 36,3%	220 40,2%
Algumas vezes [5,6]	52 39,4%	44 50,6%	156 47,6%	252 46,1%
Muitas vezes [7,8]	13 9,8%	9 10,3%	53 16,2%	75 13,7%
TOTAL	132 100,0%	87 100,0%	328 100,0%	547 100,0%

Graus de liberdade = 4

χ^2 observado = 10,34

Probabilidade observada = 0,04

ALGUMAS CONCLUSÕES

Perante os resultados obtidos na análise de dados dos questionários distribuídos, podemos verificar que alguns são bastante significativos. Em forma de síntese podemos dizer que a amostra de pais é constituída maioritariamente por mulheres. A maioria dos inquiridos situam-se na faixa etária dos trinta e seis anos, embora tenham variado entre os vinte e um e os cinquenta e oito anos. A maior parte dos pais possui o 6º ano de escolaridade, havendo no entanto uma percentagem de pais muito significativa com o ensino secundário e o ensino superior.

Constatamos que existe uma expressiva maioria dos inquiridos que dizem concordar com as atividades oferecidas pela autarquia (Componente de Apoio à Família e Atividades de Enriquecimento Curricular).

Podemos averiguar também que são os pais dos alunos da educação pré-escolar que assumem ter uma opinião mais favorável sobre essas atividades, embora também os pais dos alunos do 1º ciclo assumam maioritariamente ter uma opinião favorável.

São os pais com habilitações mais elevadas quem assume uma opinião mais desfavorável, no que concerne às atividades.

Verificou-se também que são os pais dos educandos cujas escolas se situam em vilas que manifestam uma opinião mais favorável sobre as atividades.

Servindo-nos da tipologia de TEIXEIRA (1995, pp.175-208), sobre a questão da participação encontramos três formas de participação: pais informados, pais colaboradores e pais parceiros, abordada na página 71.

Seguindo esta tipologia e utilizando as questões pertinente podemos tirar algumas conclusões que se apresentam de seguida:

Na tentativa de verificar se os pais se informam sobre a evolução, adaptações e aprendizagens do seu educando, concluímos que os pais assumem de uma forma muito significativa informar-se.

Quisemos saber se os pais se informavam sobre o percurso escolar dos seus filhos/educandos e daqui, podemos concluir que são os pais do primeiro ciclo que assumem informar-se mais.

Relativamente ao facto dos pais se informarem sobre o que se passa na escola, concluímos que a maioria dos respondentes assume informar-se algumas e muitas vezes. Quanto à questão relativa à preocupação da escola informar os pais, pudemos verificar que os nossos respondentes assumem que escola também se preocupa muitas vezes em informar os pais, embora com menor intensidade.

Foi possível ainda verificar que são os pais de idade intermédia que mais assumem informar-se sobre a escola, sendo também novamente os pais dos alunos do primeiro ciclo que mais assumem informar-se muito frequentemente sobre a escola.

Verificamos, também, que é a mãe quem, normalmente vai mais vezes à escola, como era esperável.

Quisemos saber se os pais são colaboradores em atividades da escola, onde a maioria dos respondentes assumem ser colaboradores em atividades da escola do seu educando.

Sendo possível ainda verificar que não se registaram variações estatisticamente significativas com o perfil dos respondentes, o que nos permite dizer que existe uma homogeneidade de opiniões entre os pais colaboradores em atividades da escola.

Foi ainda possível verificar que existe uma elevada maioria dos inquiridos que assumem dar sugestões algumas vezes quando solicitados.

Relativamente, e no que concerne, à preocupação dos pais em darem sugestões mantém-se a mesma tendência mas com menor intensidade.

No que concerne à questão pais colaboradores dando sugestões, tal como, aconteceu com a dimensão pais colaboradores em atividades da escola também nesta dimensão não se registaram variações estatisticamente significativas apontando-se de novo para uma homogeniedade de opiniões expressas pelos pais colaboradores dando sugestões.

Quisemos saber também se os pais são parceiros da escola na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos e pudemos constatar que os pais assumem ser algumas vezes ou muitas vezes parceiros da escola, fundamentalmente quando questionados sobre o facto de a escola decidir muitos assuntos das crianças/jovens com os pais.

Foi possível ainda concluir que são os pais, cujos os filhos frequentam o primeiro ciclo, que mais assumem participar na resolução de problemas que dizem respeito aos filhos.

Podemos também concluir que os pais assumem-se ser poucas ou raras vezes parceiros na tomada de decisão na escola, ainda que maioritariamente assumam que a escola assume algumas vezes ou muitas vezes tomar decisões com os pais.

No que concerne à questão se os pais participam na tomada de decisão da escola, verificamos que, os pais que mais assumem tomar parte na tomada de decisão da escola, são os pais cuja escola se localiza em aldeias, o que poderá compreender-se pela maior proximidade à escola dos filhos.

Em síntese poderíamos dizer que os nossos respondentes dizem informar-se minimamente sobre o percurso escolar dos filhos, assim como da escola que frequentam; são pouco colaboradores nas atividades; a sua disponibilidade é reduzida, e

são parceiros na resolução de problemas na escola, só no que diz respeito aos seus educandos.

Apesar das respostas não serem muito favoráveis poderão desvendar-se alguns sinais de mudança que há muito era esperada, pois, quando todos os atores envolvidos conseguirem desenvolver meios que ofereçam à criança/jovem condições plenas para o seu desenvolvimento harmonioso, então os princípios básicos da Educação, ensinar, educar e instruir (LBSE) terão sido alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conscientes de que a escola não pode continuar a responsabilizar-se sozinha pela educação dos seus alunos, torna-se, pois, necessário envolver aqueles que estão mais próximos desses mesmos alunos, os pais. (VIEIRA, 2003, p.293)

Os pais são as pessoas mais próximas e como tal podem e devem colaborar com a escola, no sentido de criar condições para que a criança/jovem cresça num ambiente escolar capaz de lhe fornecer o que mais precisa para conseguir alcançar, o seu sucesso educacional. Pois, melhor que ninguém, os pais conhecem o seu filho e podem ajudar a encontrar o que é mais importante para a criança/jovem. (cfr. TEIXEIRA, 1995, p.178)

Para tal é necessário que exista uma boa colaboração entre a escola e a família, de modo a permitir ajudar a criança/jovem a desenvolver-se de uma forma harmoniosa tentando ultrapassar, na medida do possível as dificuldades/problemas que vão surgindo no dia a dia.

Quaisquer que sejam as formas de envolvimento e colaboração dos pais na escola do(s) educando(s) serão certamente úteis e de grande ajuda para o bom desenvolvimento das mesmas.

Mas, para que essa participação/colaboração funcione é necessário que a família e a escola trabalhem em conjunto para o mesmo objetivo. A participação/colaboração implica envolvimento de todas as partes intervenientes, estabelecendo uma relação de confiança e parceria.

Nos últimos anos as Autarquias passaram a ter um papel relevante no apoio às famílias através dos serviços prestados às crianças em meio escolar.

O tema “Qual o Papel das Autarquias na Educação, no apoio às Famílias?”, é um tema que, particularmente, suscitou muito interesse, sendo o motor principal deste estudo. Neste sentido, em 2011, sob a orientação da Professora Maria Manuela Teixeira,

realizamos um trabalho de investigação, cujo desígnio consistia em apurar efetivamente qual o papel que as autarquias desempenham na educação, junto das escolas, sobretudo no apoio que dão às famílias.

Os dados obtidos foram importantes, porque indicam objetivamente os serviços que ambas as autarquias, em estudo, Trofa e Maia, oferecem, na escola, aos alunos e às respetivas famílias. Sendo esses serviços prestados em horário pós escolar, mais concretamente no jardim de infância, a componente de apoio à família, no primeiro ciclo as atividades de enriquecimento curricular, o serviço de refeição, que abrange todas as crianças do pré-escolar e primeiro ciclo e o serviço de transporte para os alunos do primeiro ciclo.

Embora, sabendo que o Concelho da Trofa aderiu e assinou a transferência de competências para as autarquias em matéria de educação, contrariamente o Concelho da Maia, precavendo-se mais e salvaguardando algumas situações, preferiu deixar para mais tarde essa transferência de competências. No entanto, isso não foi impedimento para apoiar a escola, os alunos e as suas famílias. Criando em todas as escolas do Concelho um serviço de apoio à família, facilitando a permanência das crianças/jovens nos estabelecimentos de ensino, em horários em que a família se encontra a trabalhar, garantindo, deste modo, a segurança, educação e o bem estar das mesmas.

Neste mesmo estudo abordamos também o modo como os pais participam na escola dos seus filhos, que tipo de contributo dão na educação dos seus educandos, cujos resultados estão descritos nas páginas 97 e seguintes, deste trabalho.

Foi possível concluir que algumas vezes os pais são chamados à escola para participarem/colaborarem em iniciativas da escola e mesmo para tomarem decisões em conjunto com os professores, embora neste campo ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

Manuela Teixeira em 2003 também realizou um estudo cujo o tema era “A Participação dos Pais na Escola – perspectivas de Pais e Professores”, abordando o modo como pais e professores analisam a relação família-escola a partir da perspectiva da participação, assim como as formas de participação e como essa mesma participação se revela, onde se esclarece as perspectivas dos pais e professores, é também analisado o modo como esta participação sucede a partir da iniciativa dos pais e da iniciativa da escola. Os resultados que obteve permitiram que a autora concluísse também que existem meios possíveis de intervenção parental futura nas escolas. (TEIXEIRA, o.c., p.179)

Comparando dos dois estudos, podemos dizer que, quer o estudo realizado em 2003, pela Professora Manuel Teixeira, quer o estudo elaborado por nós em 2011, e que se apresentou neste trabalho, tiveram resultados aproximados.

Parece possível concluir que existe uma predisposição parental razoável para a participação/colaboração na escola do(s) seu(s) educando(s). Começando também a antever-se, por parte da escola, uma tendência para abrir as portas da escola à comunidade local, principalmente aos pais.

Estes, por seu turno, começam a ser vistos como parceiros essenciais na resolução de muitos problemas respeitantes aos seu(s) filho(s).

BIBLIOGRAFIA

- ALVES-PINTO, C., (1995), **Sociologia da Escola**, Lisboa, McGraw-Hill.
- ALVES-PINTO, C. e TEIXEIRA, M., (org.), (2003), **Pais e Escola – Parceria para o sucesso**, Porto, Edições ISET, pp.13-19.
- ALVES-PINTO, C., (2008), *Da Complexidade da Socialização Escolar*, in C. Alves-Pinto (org.), **Alunos na Escola – imagens e interacções**, Porto, Edições ISET, pp.17-78.
- BATISTA, (2008), *Os Mediadores Educativos em Gondomar*, in CNE, Debate Nacional Sobre Educação - **Autonomia das Instituições Educativas e Novos Compromissos, pela Educação**, polic., pp.103-111.
- DAVIES, D., (2003), *A Colaboração Escola-Família-Comunidade: uma perspectiva americana*, in C. Alves-Pinto e Manuela Teixeira (org.) **Pais e Escola – Parceria para o Sucesso**, , Porto, Edições ISET, pp.71-94.
- FERNANDES, A. S. (1994), “*Educação e o Poder Local*”, in Revista CNE, nº 18, **Educação, Comunidade e Poder Local**, polic., pp.45-63.
- ESTRELA, T. (2001), *Questões de Profissionalidade e Profissionalismo Docente*, in Manuela Teixeira (org.), **Ser Professor no Limiar do Século XXI**, Porto, Edições ISET, pp.113-142.
- GUEDES, L. (2003), *Redes Comunicacionais na Escola EB2,3: Interacções entre Professores e Pais*, in, C. Alves-Pinto e Manuela Teixeira (org.), **Pais e Escola – Parceria para o Sucesso** Porto, Edições ISET, pp.95-140.
- GUERRA, M. S. (2005), *Participar é aprender a conviver*, in M. S. Guerra, (Coord.) **Aprender a conviver na escola**, Porto, Ed. ASA, pp. 117-132, polic.
- LIMA, J., (org.), (2002), *Cooperação entre Pais e Professores contornos de uma questão Controversa*, in Lima, J., **Pais e Professores – um desafio à Cooperação**, Porto, ASA Editores, pp.7-21.
- MARQUES, R., (1993), **A Escola e os Pais – como Colaborar**, Lisboa, Texto Editora.
- MUSITU, (2003), *A Bidireccionalidade das Relações Família-Escola*, in C. Alves-Pinto e Manuela Teixeira (org.), **Pais e Escola – Parceria para o Sucesso**, Porto, Edições ISET, pp.141-174.
- PERRENOUD, F., (1995), **O ofício do Aluno e Sentido do Trabalho Escolar**, Porto, Porto Editora.
- TEIXEIRA, M. (1995), **O Professor e a Escola – Perspectivas Organizacionais**, Lisboa, Mcgraw.

- TEIXEIRA, (2003), *A Participação dos Pais na Escola*, in C. Alves-Pinto e M. Teixeira (org.), **Pais e Escola – Parceria para o Sucesso**, Porto, Edições ISET, pp.175-208.
- TEIXEIRA, M. (2009), **Autonomia da Escola – os discursos, a legislação e as práticas**, Porto, ISET.
- WILLIAMS, F., (2010), “*Entender as Mudanças*”, in **Repensar as Famílias**, Cascais, Editor Principia, pp. 19-36.
- WILLIAMS, F., (2010), “*As Políticas e a Política das Famílias em Mudança*”, in **Repensar as Famílias**, Cascais, Editor Principia, pp. 37-57.
- WILLIAMS, F., (2010), *Repensar as Famílias: Repensar os Cuidados*”, in **Repensar as Famílias**, , Cascais, Editor Principia, pp. 101-119.
- VIEIRA, (2003), *Relação Escola-Família: Uma Educação Participada*, in. C. Alves-Pinto e M. Teixeira (org.),, **Pais e Escola – Parceria para o Sucesso**, Porto, Edições ISET, pp.201-315.

SÍTIOS DA INTERNET CONSULTADOS:

- ANMP, (2007), Transferências de Competências Educação, disponível em <http://www.anmp.pt/anmp/age/cong/17/educacao.pdf>, consultado em 29 de julho de 2012.
- BAIXINHO, (2008^a), Educação e Autarquias. Lógica de Acção do Poder Autárquico Face ao Poder Central e aos Micropoderes Locais, in VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e práticas, UNLFCSH, disponível em <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/510.pdf>, consultado em 29 de julho de 2012, pp.3-13
- BAIXINHO, (2008^b), Educação e Autarquias em Portugal Lógicas de Acção do Poder Autárquico Face ao Poder Central e aos Micropoderes Locais, in EccoS revista científica, jan.-jun., ano 2010, nº 001, disponível em http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v10n1/eccosv10n1_3h13.pdf, consultado em 29 de julho de 2012, pp.234-235; p.248.
- CONTRATO DE EXECUÇÃO (2008), disponível em <http://www.cm-tomar.pt/NR/rdonlyres/00019d4d/auqkkgbjzlerlukmgqkehubiqmjjiyygl/ContratodeExecucao.pdf>, consultado em 29 de julho de 2012.
- CNE, (2008), Autonomia das Instituições Educativas e Novos Compromissos, pela Educação - Debate Nacional Sobre Educação, polic., pp.91-101 e pp.103-110.
- EVANGELISTA, (s/d), A Participação do Poder Local na Administração da Educação – A Relação Escola-Autarquia, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/5305572/A-Participacao-do-Poder-Local-na-Administracao-da-Educacao-A-Relacao-EscolaAutarquia>, consultado em novembro 2009, pp.1-2.

FORMOSINHO, (1999), **Autonomia, Participação e Territorização**, in (Coord.) de J. Machado e G. Campinho, Escola e Projecto, disponível em <http://www.cfae-braga-sul.rcts.pt/publica/Escola%20%20Projecto.pdf>, consultado em 23 de agosto de 2011, pp.19-20.

MARTINS, (1999), **Uma Mudança Para Melhor**, in (Coord.) de J. Machado e G. Campinho, Escola e Projecto, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17575/1/Escola%20e%20Projecto.pdf>, consultado em 23 de agosto de 2011, pp.9-16.

MARTINS, (2007), O Papel dos Municípios na Construção das Políticas Educativas, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21556>, Consultado em 23 de agosto de 2011, p. 2 e pp. 10-18.

OPLÉ (Observatório das Políticas Locais de Educação), (2010), Transferência de Competências Educativas Para os Municípios -Contratos de Execução (previstos no Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho), disponível em [http://www.observatoriople.gov.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=19&fileName=transferencia_competencias_contrato_exec.pdf](http://www.observatoriople.gov.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=19&fileName=transferencia_competencias_contrato_exec.pdf), consultado em 29 de julho de 2012.

SILVA, Ana, (2009), disponível em <http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/204/1/TME%20405.pdf>, consultado em 29 de julho de 2012.

SILVA, E., (1999), **Gestão Estratégica e Projecto Educativo**, in (Coord.) de J. Machado e G. Campinho, Escola e Projecto, disponível em <http://www.cfae-braga-sul.rcts.pt/publica/Escola%20%20Projecto.pdf>, consultado em 23 de agosto de 2011, pp.63-100.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA:

- Lei n.º 7/77 de 1 de Fevereiro (Primeira Lei das Associações de Pais)
- Lei nº79 de 25 de Outubro
- Decreto-Lei 553/80 (Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo) de 21 de Novembro
- Decreto-Lei 125/82 de 22 de Abril
- Decreto-lei nº 77/84, de 8 de Março
- Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de Setembro
- Decreto-Lei n.º 315/84 de 28 de Setembro
- Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de Dezembro
- Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro– LBSE
- Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de Fevereiro (lei da autonomia das escolas)
- Decreto-lei n.º172/91 de 10 de Maio
- Despacho 239/ME/93 de 25 de Novembro
- Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro de, Lei Quadro da Educação Pré-Escolar
- Despacho Normativo n.º 27/97 de Junho

- Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Julho
- Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio
- Decreto-Lei n.º 270/98 de 1 de Setembro
- Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro
- Lei n.º 24/99 de 22 de Abril
- Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
- Decreto -Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro
- Despacho n.º 12.591, de 16 de Junho de 2006
- Despacho n.º 14460/2008 de 26 de Maio
- Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho

ANEXOS

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

Este Questionário destina-se a um estudo sobre as Actividades de Enriquecimento Curricular e de Apoio às Famílias. Para tal é muito importante conhecer a opinião dos pais dos alunos que frequentam a educação pré-escolar ou o 1º ciclo sobre estas actividades. Desde já agradecemos o tempo dispensado no preenchimento do presente questionário.

1. Sexo: Masculino Feminino

2. Idade _____ anos

3. Quais são os seus estudos

(assinale com x o que corresponde ao seu caso)

4º ano de escolaridade

6º ano de escolaridade

9º ano de escolaridade

Ensino Secundário

Curso Superior

4. Qual a sua profissão? _____

5. A escola que o seu filho frequenta situa-se numa:

(assinale com o que corresponde ao seu caso)

Cidade

Vila

Aldcia

6. O seu filho/educando frequenta: (assinale com o que corresponde ao seu caso)

Educação Pré-escolar

1º Ciclo

7. Na escola do seu filho existem actividades de Apoio à Família (prolongamento de horário)?

Sim

Não

7.1. Se respondeu sim à pergunta anterior, o seu filho frequenta essas actividades?

Sim

Não

7.2. Qual o horário praticado para essas actividades

___ B

___ C

___ D

___ E

___ F

___ G

___ H

___ I

___ J

7.3. Que opinião tem sobre as actividades?

(assinale com para cada caso o que corresponde melhor à sua opinião)

	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	
A - São um bom apoio à família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ K
B - O horário em que decorrem devia ser alargado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ L
C - O meu filho/educando cansa-se de ficar tanto tempo na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ M
D - Ajudam ao desenvolvimento da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ N

8. Relativamente à escola do seu filho?

(em frente de cada frase assinale com a quadrícula que corresponde à sua opinião)

	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente	
A. Informa-se sobre o que se passa na escola do seu filho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ O
B. A escola preocupa-se em informar os pais sobre a evolução da criança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ P
C. A escola decide muitos assuntos das crianças com os pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ Q
D. É pedido aos pais que colaborem em actividades da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ R
E. Costuma participar nas decisões de organização da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ S
F. Os pais são solicitados a dar sugestões para uma melhor organização da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ T
G. Participa nas decisões tomadas na escola que dizem respeito ao seu filho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ U
H. A escola preocupa-se em dar-lhe informação sobre o que se passa na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ V
I. A escola decide questões da sua organização com os pais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ W
J. Costuma informar-se sobre a adaptação e as aprendizagens do seu filho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ X
K. Colabora em actividades do Projecto Educativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ Y
L. Dá sugestões quando se discute a organização das actividades da escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	___ Z

9. Costuma ... (assinale com a quadrícula que corresponde à sua opinião relativamente a cada uma das afirmações).

	Raramente ou nunca	Poucas vezes	Alguna s vezes	Muitas vezes	Sempre ou quase sempre	
A. Apoiar actividades ligadas aos serviços de apoio às famílias (prolongamento de horário) na escola do seu filho / educando	<input type="checkbox"/>	___ AA				
B. Informar-se sobre as actividades que o seu filho desenvolve na componente de apoio à família	<input type="checkbox"/>	___ AB				
C. Participar nas actividades organizadas pela Autarquia que envolvem o seu filho / educando	<input type="checkbox"/>	___ AC				

Se o seu educando frequenta o Jardim de Infância terminou aqui o seu questionário. Obrigada pela sua participação.

Se o seu filho frequenta o 1º ciclo, por favor continue a responder

10. Na escola do seu filho existem Actividades de Enriquecimento Curricular?

- Sim
- Não

10.1 Se respondeu sim, o seu filho participa nessas actividades?

- Sim
- Não

10.2. Qual o horário praticado nas Actividades de Enriquecimento Curricular

10.3. Se o seu filho participa nessas actividades com que frequência participa?
(assinale com o que corresponde)

- Raramente
- Poucas vezes
- Algumas vezes
- Muitas vezes
- Sempre ou quase sempre

10.4. Se o seu filho **não frequenta as actividades de complemento curricular, qual o motivo?**
(assinale com o que corresponde ao seu caso)

— AI

- O horário das actividades não lhe é conveniente
- O seu filho tem outras actividades fora da escola
- O seu filho frequenta um ATL / sala de estudo
- Prefere que o seu filho vá para casa
- Outro motivo

Qual? _____

Obrigada pela sua colaboração

ANEXO II

ENTREVISTAS AOS RESPONSÁVEIS POLÍTICOS

(AUTARQUIAS DA TROFA E DA MAIA)

Entrevista n.º 1 (E1)

Autarquia da Trofa

No âmbito das novas competências atribuídas às autarquias, no que concerne à Componente de Apoio à Família e às Atividades de Enriquecimento Curricular, da responsabilidade das Câmaras, estando a decorrer, já, há algum tempo surge uma necessidade de efectuar um estudo sobre o funcionamento das actividades referenciadas. Por isso lhe solicito esta entrevista.

O entrevistado é o Coordenador da Educação da Câmara da Trofa, Dr. Manuel da Silva Rodrigues

Pergunta 1: Recentemente a gestão do pessoal não docente passou para a alçada das câmaras, como é que a sua autarquia encarou esta medida?

Resposta 1: Convém recordar que a decisão de celebrar o contrato de execução, em 2008, foi da responsabilidade do executivo anterior. Por esse motivo a resposta a esta questão não pode ser dada, sob pena de se estar a fazer processos de intenções. Contudo, pensa-se que na altura tal foi visto como uma oportunidade da Câmara Municipal poder actuar de forma mais eficaz sobre o sistema educativo, numa altura em que as transferências financeiras acordadas permitiam cobrir as responsabilidades contraídas.

Pergunta 2: Acha que esta transferência do pessoal não docente veio, de algum modo aumentar o poder das autarquias sobre as escolas?

Resposta 2: De certa forma sim, pois “quem paga manda”. Contudo, na prática, os funcionários são geridos e avaliados pelo Director do Agrupamento, o que lhe confere real poder e limita o da Câmara Municipal. Há alguma ambiguidade no exercício do poder sobre os funcionários o que é gerador, por vezes de problemas, o que não é bom nem para os funcionários, nem para as instituições.

(Se sim...)

Pergunta 2b: Como?

Resposta 2b: A autarquia pode através da formação dada ao pessoal não docente contribuir para o desenvolvimento do Projeto Educativo Concelhio.

Pergunta 2c: De que modo é feito o recrutamento desse pessoal?

Resposta 2 c: Cumprindo a legislação em vigor, através de concurso público, embora também recorrendo a Contratos de Emprego Inserção.

Pergunta 3: A autarquia aderiu às competências ao nível da componente de Apoio às Famílias que o Governo quis transferir?

Resposta 3: Sim, a Câmara Municipal da Trofa celebrou contrato com o Ministério da Educação, em 2008, assumindo-se como promotora da Componente de Apoio à família.
(Se a autarquia aderiu...)

Pergunta 3a: Quais as razões dessa adesão?

Resposta 3a: Esta foi uma decisão da responsabilidade do executivo anterior e por isso não se pode falar por ele. Contudo, contribuir para a Escola a Tempo Inteiro, e desta forma para o desenvolvimento integral das crianças, facilitando a vida aos pais trabalhadores, aproveitando a oportunidade dada pelo governo, terá sido a razão da celebração do contrato com o Ministério da Educação.

Pergunta 3b: Que balanço faz acerca desta nova função?

Resposta 3b: O balanço em termos de resultados para as crianças e famílias é necessariamente positivo. Contudo, do ponto de vista financeiro, trouxe pesados encargos para a Câmara Municipal, pois as transferências do Ministério da Educação não chegam para cobrir os custos com a CAF, ficando muito aquém do desejado.

Pergunta 3c: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem na implementação desta modalidade?

Resposta 3c: A nível financeiro, pode salientar-se a demora que existiu no envio das verbas a transferir pelo Ministério da Educação.

Pergunta 4: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta 4: Sim, na sua maioria, nos espaços onde decorrem as atividades curriculares.

(Se não)

Pergunta 4a: Onde decorrem?

Resposta 4 a: _____

(Se existem atividades de apoio à Família)

Pergunta 5: Qual é o horário praticado no apoio à Família?

Resposta 5: Entre as 15.30 e as 17.30 horas

Pergunta 5a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta 5 a: Para alguns pais não, devido ao horário de trabalho que vai para além do horário estipulado, obrigando a que assumam responsabilidades no acolhimento e no prolongamento.

Pergunta 5b: Quem faz o plano de atividades?

Resposta 5b: A empresa contratada que dinamiza as actividades, sobre a supervisão das educadoras. Havendo, contudo, um responsável na divisão da educação por acompanhar a componente de apoio à família.

Pergunta 5c: Quantos alunos têm inscritos no Apoio à Família?

Resposta 5 c: 534 alunos.

Pergunta 5d: Para essas atividades costumam estabelecer protocolos com parceiros?

Resposta 5d: Sim.

(se sim)

Pergunta 5d1): Quem são esses parceiros?

Resposta 5d1: Com empresas que desenvolvem as atividades de dinamização da CAF, contratadas pelo Município.

Pergunta 6: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas nas atividades na Componente de Apoio à Família?

Resposta 6: Não têm ocorrido problemas.

Pergunta 7: Qual o nível de adesão das escolas em relação a estas atividades?

Resposta 7: Todas as escolas têm Componente de Apoio à família.

Pergunta 8: Pode dar-me uma estimativa dos gastos que a autarquia está a ter com esta modalidade?

Resposta 8: Mais ou menos quinze mil euros por mês.

Pergunta 9: A autarquia aderiu também às competências ao nível das atividades de enriquecimento curricular que o Governo quis transferir?

Resposta 9: Sim, a autarquia celebrou contrato para a promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular.

(Se a autarquia aderiu...)

Pergunta 9a: Quais as razões dessa adesão?

Resposta 9 a: Convém recordar que a decisão de celebrar o contrato de execução, em 2008, foi da responsabilidade do executivo anterior. Pensa-se contudo que a legislação ao dar preferência às parcerias entre agrupamentos e autarquias e a possibilidade de otimizar os recursos (humanos, financeiros, materiais entre outros) esteve na origem da celebração do referido contrato, tendo em conta a promoção da Escola a tempo inteiro.

Pergunta 9b: Que balanço faz acerca deste novo encargo?

Resposta 9b: É um balanço necessariamente positivo.

Pergunta 9c: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem na implementação desta modalidade?

Resposta 9c: Ao nível da colocação de professores (há necessidade de criar mecanismos que os fixem) e o paradoxo do custo benefício com a necessidade de se flexibilizar os horários.

Pergunta 10: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta 10: Sim, são usados os espaços também usados nas actividades curriculares.

(Se não)

Pergunta 10a: Onde decorrem?

Resposta 10 a: _____

(Se existem atividades de enriquecimento curricular)

Pergunta 11: Qual é o horário praticado nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 11: Entre as 9.00-10.30h e/ou 16.00-17.30 horas

Pergunta 11a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta 11 a: Em parte sim, sobretudo o horário da tarde, pois a maioria dos pais são trabalhadores, embora o horário não cubra toda a mancha de indisponibilidade dos pais.

Pergunta 11b: Quais as matérias lecionadas?

Resposta 11 b: Inglês, Música e Atividade Física e Desportiva.

Pergunta 11c: Quem faz o plano de atividades?

Resposta 11c: Seguindo as indicações/orientações do Ministério de Educação cada grupo propõem aos Agrupamentos que os analisam e os aprovam.

Pergunta 11d: Quantos alunos têm inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 11d: 1580 alunos, 100% dos matriculados nas escolas do Concelho.

Pergunta 11e: Para essas atividades costumam estabelecer protocolos com parceiros?

Resposta 11e: Não

(se sim)

Perguntas 11e1) Quem são esses parceiros?

Resposta 11e1: _____

Pergunta 12: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas nas atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 12: Pode dizer-se que as Atividades de Enriquecimento Curricular têm corrido sem problemas, apenas uma ou outra situação pontual. O maior constrangimento tem sido a rotação de docentes, hoje minorada com as condições oferecidas pela autarquia tendo em vista a sua permanência.

Pergunta 13: Pode dar-me uma estimativa dos gastos que a autarquia está a ter com esta modalidade?

Resposta13: Não é possível.

Pergunta 14: Considera que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta 14: Sim, permitiu-lhes um maior envolvimento na promoção do sucesso escolar, na realização da Escola a Tempo Inteiro, no desenvolvimento do Projeto Educativo Municipal.

Pergunta 15: A autarquia tem outro tipo de projetos com as escolas?

Resposta 15: Sim, trabalha com grupos de dificuldade de aprendizagem, faz avaliação e intervenção psicológica, e desenvolve vários projectos: musicoterapia para as crianças com necessidades educativas especiais do pré-escolar, fruta escolar, inglês no pré-escolar, despertar para os sons no pré-escolar, animação para a leitura no 1.º ciclo.

Pergunta 16: Costumam envolver as escolas em outras atividades educacionais que desenvolvem?

Resposta 16: Sim

Pergunta 17: Que (outro) tipo de apoios facultam às famílias? (no âmbito da acção social escolar, transportes escolares, assim como na aquisição de material didáctico/pedagógico)

Resposta 17: São fornecidos livros escolares para todos os alunos do 1.º ciclo, material pedagógico, transporte para escolares e para vistas de estudo, refeições.

Pergunta 18: Há algum documento orientador da política educativa? (Projeto local de Educação e Carta Educativa)

Resposta 18: Sim, a Carta Educativa e o Projeto Educativo Municipal está em Construção.

Pergunta 19: As iniciativas promovidas pela Câmara no âmbito das atividades a que nos vimos referindo foram discutidas no Conselho Municipal de Educação?

Resposta 19: Sim, são analisadas e discutidas em sede de Conselho Municipal de Educação.

Pergunta 20: Como sabe a legislação prevê que as secundárias passem também para o domínio das autarquias. Como é que o Município encara esta hipótese?

Resposta 20: Esta questão está em aberto, exigirá estudo, reflexão, concertação nomeadamente no aproveitamento do processo de revisão da Carta Educativa e de elaboração do Projeto Educativo Municipal. Dependerá naturalmente das políticas que vierem a definir pelo governo, mas em abstrato, é uma hipótese que não deve ser colocada de lado.

Entrevista nº 2 (E2)

Autarquia da Maia

No âmbito das novas competências atribuídas às autarquias, no que concerne à Componente de Apoio à Família e às Atividades de Enriquecimento Curricular, da responsabilidade das Câmaras, estando a decorrer, já, há algum tempo surge uma necessidade de efetuar um estudo sobre o funcionamento das atividades referenciadas. Por isso lhe solicito esta entrevista.

O entrevistado é o Vereador da Educação da Câmara da Maia, Dr. Nogueira dos Santos

Pergunta 1: Recentemente a gestão do pessoal não-docente passou para a alçada das câmaras, como é que a sua autarquia encarou esta medida?

Resposta1: A autarquia da Maia não celebrou o contrato de execução ao abrigo do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho. Em termos Práticos, não houve a transferência da gestão do pessoal não docente do ensino básico nem da gestão do parque escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico.

No que diz respeito ao pessoal não docente, as competências desde sempre assumidas pelo Município prendem-se com Educação Pré-escolar, através da colocação de Assistentes Operacionais – Auxiliar da Ação Educativa e de Assistente Técnicos – e Animadores Culturais.

Pergunta 1a: Mas não estavam preparados para o fazer?

Resposta1a: Se havia Câmara preparada para assumir a transferência de competências era a Câmara da Maia, no entanto o facto da transferência do Pessoal-não-docente e do imobilizado das escolas – “podia ser um presente envenenado”, por isso, primeiro foi realizado um estudo, por uma universidade, que posteriormente remetemos para análise do Ministério, estando ainda a aguardar uma resposta da proposta apresentada.

Atualmente, o que temos são as competências anteriores.

Pergunta 2: Acha que esta transferência do pessoal não docente veio, de algum modo, aumentar o poder das autarquias sobre as escolas?

(Se sim...)

Resposta 2: Atendendo ao que foi respondido anteriormente, a sua questão não se aplica. Mas devo salientar que independente de se houver a transferência de todo o pessoal-não-docente do ensino básico ou não, o trabalho deve ser realizado sempre em parceria com os Agrupamentos de Escolas. O que aumenta são as responsabilidades, as preocupações... não tanto o poder.

Pergunta 2b: Como?

Resposta 2b: _____ (Não se Aplica)

Pergunta 2c: De que modo é feito o recrutamento desse pessoal?

Resposta2c: O recrutamento do pessoal é feito através de procedimento concursal.

Pergunta 3: A autarquia aderiu às competências ao nível da componente de Apoio às Famílias que o Governo quis transferir?

(Se a autarquia aderiu...)

Resposta 3: Se se está a referir à Componente de Apoio à Família (CAF) na Educação Pré-escolar, desde o ano lectivo de 1999/2000 que temos este serviço nos Jardins de Infância, uma vez que temos vindo, desde então, a celebrar o Acordo de Cooperação no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Rede Pública na Educação Pré-Escolar. Inicialmente, estabelecemos protocolos com as Associações de Pais mas desde 2007/2008 que assumimos a gestão integral da CAF (Componente de Apoio à Família).

Pergunta 3a: Quais as razões dessa adesão?

Resposta 3a: Finalmente move-nos uma aposta na Educação das nossas crianças. Conhecendo a realidade socioeconómica das famílias do nosso concelho facilmente percebemos que as 25 horas semanais de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar se mostram insuficientes para dar resposta às necessidades das famílias em que pai e mãe trabalham. Por isso, faz todo o sentido criar nas escolas este tipo de resposta para as famílias. Aos poucos fomos construindo esta vontade de criar um serviço nas escolas públicas que apoiasse as famílias na difícil tarefa de conciliar a vida familiar com a profissional e finalmente conseguimos fazê-lo para todas as crianças das nossas escolas! Digo isto porque neste ano letivo iniciamos o Serviço de Apoio à Família também para os alunos do 1º CEB.

Pergunta 3b: Que balanço faz acerca desta nova função?

Resposta 3b: A função é nova. Tem vindo a ser uma resposta desta Autarquia a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos às nossas crianças e respetivas famílias.

Pergunta 3c: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem na implementação desta modalidade?

Resposta 3c: Os poucos constrangimentos sentidos prendem-se com a inexistência de um espaço exclusivo para a CAF (Componente de Apoio à Família) em algumas escolas, o que obriga a utilização da sala de atividades. Contudo, e fruto do investimento desta Autarquia na requalificação e ampliação do parque escolar, esta situação é cada vez mais rara.

Claro, que não somos alheios aos constrangimentos económicos que temos vindo a vivenciar no nosso País e que se têm agravado. Mas o resultado do investimento é muito positivo!

Pergunta 4: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta 4: Sim. Procuramos rentabilizar os recursos disponíveis na escola: biblioteca, ginásio, refeitório, espaço exterior. Nas interrupções letivas procuramos dinamizar algumas saídas.

(Se não)

Pergunta 4a: Onde decorrem?

Resposta 4a: Procuramos sempre que a CAF (Componente de Apoio à Família) decorra em espaço alternativo às salas de atividades. Sempre que possível em espaço próprio ou recorrendo a salas com funções polivalentes.

(Se existem atividades de apoio à Família)

Pergunta 5: Qual é o horário praticado no apoio à Família?

Resposta 5: O acolhimento tem início às 7:30h e prolonga-se até às 9:00h uma vez que as crianças iniciam as atividades na sala a essa hora. O prolongamento de horário tem início às 15:15h e estende-se até às 19:00h. Nas interrupções lectivas e mês de Julho assumimos o horário completo (das 7:30h às 19:00h).

Pergunta 5a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta 5a: Sim, de outra forma não faria sentido a sua existência. Claro, que poderá haver uma ou outra situação a descoberto mas não podemos querer responder a todas as especificidades familiares.

Pergunta 5b: Quem faz o plano de atividades?

Resposta 5b: O plano de atividades é elaborado pelos Animadores Culturais contratados pela Autarquia para dinamizarem as atividades junto das crianças. Este plano é discutido e supervisionado pelas Educadoras de Infância que trabalham nesse mesmo estabelecimento de ensino. O Plano de Atividades é igualmente avaliado e validado pela Autarquia. Algumas atividades, em especial das referentes às interrupções

letivas, são propostas pela Autarquia. Mais uma vez o trabalho em parceria e de constante comunicação é fundamental.

Pergunta 5c: Quantos alunos têm inscritos no Apoio à Família?

Resposta 5c: No presente ano letivo 2010/2011, e ao que é Educação Pré-escolar diz respeito, temos 1407 crianças a almoçar e dentro destas 870 também solicitaram o acolhimento e o prolongamento.

Aproveito para referir que ao nível do 1º CEB temos cerca de 4000 crianças e 1540 inscritos no SAF (Serviço de Apoio à Família)!

Pergunta 5d: Para essas atividades costumam estabelecer protocolos com parceiros?

Resposta 5d: Atualmente, não! Poderemos fazê-lo sempre que se justificar.

(se sim)

Pergunta 5d1): Quem são esses parceiros?

Resposta 5d1: _____ (Não se Aplica)

Pergunta 6: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas nas atividades na Componente de Apoio à Família?

Resposta 6: O balanço que fazemos da CAF (Componente de Apoio à Família) é bastante positivo. Anualmente, realizamos um inquérito de satisfação junto dos Encarregados de Educação, Coordenação da Escola e Animadores Culturais com o intuito de auscultarmos a opinião de todos.

No ano letivo passado, 43% dos Encarregados de Educação avaliavam a CAF (Componente de Apoio à Família) com um “Muito Bom”, tendo sido enfatizada a excelente relação que as crianças estabelecem com os Animadores Culturais e Auxiliares de Ação Educativa

Pergunta 7: Qual o nível de adesão das escolas em relação a estas atividades?

Resposta 7: A CAF (Componente de Apoio à Família) é parte integrante da escola e do seu projeto pedagógico.

Pergunta 8: Pode dar-me uma estimativa dos gastos que a autarquia está a ter com esta modalidade?

Resposta 8: Entre pessoal não docente, isto é, Animadores Culturais e Auxiliares de Ação Educativa, material de desgaste, lúdico pedagógico, saídas, deverá rondar o 1.400.000.00€/Ano.

Pergunta 9: De que modo é feito o articulação entre a Câmara e a Escola, no que concerne a este Serviço?

Resposta 9: Através de um coordenador, responsável por coordenar a CAF (Componente de Apoio à Família). Sendo esse coordenador funcionário da Autarquia.

Pergunta 10: A autarquia aderiu também às competências ao nível das atividades de enriquecimento curricular que o Governo quis transferir?

Resposta 10: Sim, foi um grande desafio que vencemos: colocar de pé um programa de âmbito concelhio em poucos meses.

(Se a autarquia aderiu...)

Pergunta 10a: Quais as razões dessa adesão?

Resposta 10a: A Autarquia da Maia coloca sempre em primeiro lugar o superior interesse das crianças e dos munícipes. Acreditamos que esta medida contribui para a formação integral das nossas crianças, ao mesmo tempo que auxilia as famílias na gestão do tempo. Os pais sabem que as crianças estão num local seguro – a escola – acompanhados de profissionais qualificados – os professores.

Pergunta 10b: Que balanço faz acerca deste novo encargo?

Resposta 10b: Apesar do grande esforço que fazemos para suportar uma parte dos custos, uma vez que o financiamento não é suficiente, o saldo tem sido muito positivo.

Pergunta 10c: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem na implementação desta modalidade?

Resposta 10c: O maior constrangimento que temos experienciado desde 2006/2007, ano em que assumimos a gestão directa deste projeto, tem sido a fixação da equipa de professores.

Os horários disponibilizados não são muito grandes, no entanto, ao longo dos anos tem conseguido aumentar os tempos letivos semanais que, consequentemente, facilitam a manutenção dos professores. Este ano, através da aplicação do conceito de flexibilização de horários, a carga horária foi largamente ampliada e temos verificado que apenas uma minoria tem rescindido o seu contrato com a Câmara Municipal da Maia, a favor do Ministério da Educação é um grande concorrente das autarquias.

Pergunta 10: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta 11: Sim.

(Se não)

Pergunta 11a: Onde decorrem?

Resposta 11a: _____

(Se existem atividades de enriquecimento curricular)

Pergunta 12: Qual é o horário praticado nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 12: Entre as 9h00 e as 10:30h no período da manhã e entre as 15:45h e as 17:30h, no período da tarde.

Pergunta 12a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta 12a: Sim, sobretudo se aliarmos esta medida ao Serviço de Apoio à Família.

Pergunta 12b: Quais as matérias lecionadas?

Resposta 12b: Inglês, Atividade Física e Desportiva, Informática e Música.

Pergunta 12c: Quem faz o plano de atividades?

Resposta 12c: O plano de atividades é elaborado em conjunto pela equipa de coordenação do programa de atividades de Enriquecimento Curricular da Autarquia, a equipa de professores e os Agrupamentos Escolares.

Pergunta 12d: Quantos alunos têm inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 12d: Cerca de 4500.

Pergunta 12e: Para essas atividades costumam estabelecer protocolos com parceiros?

Resposta 12e: Não

(se sim)

Perguntas 12e1) Quem são esses parceiros?

Resposta 12e1: _____

Pergunta 13: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas nas atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 13: Não, para além dos problemas normais decorrentes do financiamento de um programa com esta envergadura.

Pergunta 14: Pode dar-me uma estimativa dos gastos que a autarquia está a ter com esta modalidade?

Resposta 14: Este ano lectivo, estimamos movimentar 1 500 000,00€.

Pergunta 15: Considera que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta 15: Sim, aproximou a autarquia às escolas. Obrigou-a a ser mais participativa, co-responsabilizou-a na construção de uma escola a tempo inteiro, uma escola de todos e para todos!

Pergunta 16: A autarquia tem outro tipo de projetos com as escolas?

Resposta 16: Sim, no âmbito de Saúde Escolar e também no combate ao abandono e absentismo escolar com o projecto “Maia Não Desiste”.

Pergunta 16a: Em que consiste esse projeto?

Resposta 16a:

Pergunta 17: Costumam envolver as escolas em outras atividades educacionais que desenvolvem?

Resposta 17: Sim, volto a referir todas as actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Saúde desta Autarquia que promove acções nas escolas que vão desde a importância do pequeno-almoço, a acções de despiste no âmbito da higiene oral ou prevenção do cancro da pele...

Pergunta 18: Que (outro) tipo de apoios facultam às famílias?

Resposta 18: Temos apoios ao nível da acção social escolar, isto é, subsídio para livros e material escolar e refeição. Acresce o subsídio para transporte escolar para alunos dentro da escolaridade obrigatória.

Para além do fornecimento de refeições para as crianças do 1º CEB, temos o Serviço de Apoio à Família (SAF) no 1º CEB (Ciclo do Ensino Básico) que assume as minhas características da CAF na Educação Pré-escolar.

O SAF (Serviço de Apoio à Família) é composto pelo acolhimento que tem início às 7:30h e prolonga-se até às 9:00h, uma vez que as crianças iniciam as atividades na sala de aula a essa hora (seja com a Professora Titular, seja com as Atividades de Enriquecimento Curricular) e o prolongamento de horário, que tem às 17:30h, após as

atividades em sala de aula e estende-se até às 19:00h. As interrupções lectivas e o mês de Julho estão também assegurados.

(no âmbito da ação social escolar, transportes escolares, assim como na aquisição de material didático/pedagógico)

Pergunta 19: Há algum documento orientador da política educativa?

Resposta 19: Para além da Carta Educativa, que atualmente está a ser revista, estamos também a definir as linhas de orientação para elaboração de um Projeto Educativo Municipal.

(Projecto local de Educação e Carta Educativa)

Pergunta 20: As iniciativas promovidas pela Câmara no âmbito das atividades a que nos vimos referindo foram discutidas no Conselho Municipal de Educação?

Resposta 20: Sim, são apresentadas e discutidas no Conselho Municipal de Educação.

Pergunta 21: Como sabe a legislação prevê que as secundárias passem também para o domínio das autarquias. Como é que o Município encara esta hipótese?

Resposta 21: Para já encaramo-la como o que é: uma hipótese!

Pergunta 22: De que modo é feito o articulo entre a Câmara e a Escola, no que concerne a este Serviço?

Resposta 22: Através de um coordenador, responsável por coordenar o SAF (Serviço de Apoio à Família). Sendo esse coordenador funcionário da Autarquia.

ANEXO III

SÍNTESE DAS ENTREVISTAS AOS RESPONSÁVEIS

POLÍTICOS

Resumo das Entrevistas aos Municípios

PERGUNTAS	AUTARQUIAS	
	TROFA	MAIA
<p>Pergunta 1: Recentemente a gestão do pessoal não docente passou para a alçada das câmaras, como é que a sua autarquia encarou esta medida?</p>	<p>— Convém recordar que a decisão de celebrar o contrato de execução, em 2008, foi da responsabilidade do executivo anterior. Por esse motivo a resposta a esta questão não pode ser dada, sob pena de se estar a fazer processos de intenções. Contudo, pensa-se que na altura tal foi visto como uma oportunidade da Câmara Municipal poder atuar de forma mais eficaz sobre o sistema educativo, numa altura em que as transferências financeiras acordadas permitiam cobrir as responsabilidades contraídas.</p>	<p>— Não celebrou o contrato de execução ao abrigo do Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho. — Não houve a transferência: <ul style="list-style-type: none"> ○ da gestão do pessoal não docente do ensino básico; ○ nem da gestão do parque escolar nos 2º e 3º ciclos do ensino básico. <p>— Responsável pelo pessoal não docente, da Educação Pré-escolar, através da colocação: <ul style="list-style-type: none"> ○ de Assistentes Operacionais <ul style="list-style-type: none"> ▪ Auxiliar da Ação Educativa e de Assistente Técnicos ▪ de Animadores Culturais. </p> </p>
<p>Pergunta 1a: Mas não estavam preparados para o fazer?</p>		<p>— Estava preparada para assumir a transferência de competências; — A transferência do Pessoal não docente e do imobilizado das escolas – “podia ser um presente envenenado”; — Primeiro foi realizado um estudo, por uma universidade, que foi remetido para análise do Ministério (ainda não houve resposta); — Têm as competências anteriores.</p>
<p>Pergunta 2: Acha que esta transferência do pessoal não docente veio, de algum modo, aumentar o poder das autarquias sobre as escolas?</p>	<p>— De certa forma sim, pois “quem paga manda”. Contudo, na prática, os funcionários são geridos e avaliados pelo Diretor do Agrupamento, o que lhe confere real poder e limita o da Câmara Municipal. Há alguma ambiguidade no exercício do poder sobre os funcionários o que é gerador, por vezes de problemas, o que não é bom nem para os funcionários, nem para as instituições.</p>	<p>— Não se aplica. — Porém, se se realizar a transferência de todo o pessoal não docente do ensino básico trabalho deve ser feito sempre em parceria com os Agrupamentos de Escolas. — Aumenta as responsabilidades, as preocupações; — Não tanto o poder.</p>
<p>Pergunta 2b: De que modo é feito o recrutamento desse pessoal?</p>	<p>— Cumprindo a legislação em vigor, através de concurso público, embora também recorrendo a Contratos de Emprego Inserção</p>	<p>— O recrutamento do pessoal é feito através de procedimento concursal.</p>
<p>Pergunta 3: A autarquia aderiu às competências ao nível da componente de Apoio às</p>	<p>— Sim, a Câmara Municipal da Trofa celebrou contrato com o Ministério da Educação, em 2008, assumindo-se como promotora da</p>	<p>— Desde o ano lectivo de 1999/2000 que temos este serviço nos Jardins de Infância, uma vez que temos vindo, desde então, a celebrar o Acordo de</p>

<p>Famílias que o Governo quis transferir?</p>	<p>Componente de Apoio à família.</p>	<p>Cooperação no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Rede Pública na Educação Pré-Escolar.</p> <p>— Inicialmente, estabelecemos protocolos com as Associações de Pais mas desde 2007/2008 que assumimos a gestão integral da CAF (Componente de Apoio à Família).</p>
<p>Pergunta 3a: Quais as razões dessa adesão?</p>	<p>— Esta foi uma decisão da responsabilidade do executivo anterior e por isso não se pode falar por ele.</p> <p>— Contudo, contribuir para a Escola a Tempo Inteiro, e desta forma para o desenvolvimento integral das crianças, facilitando a vida aos pais trabalhadores, aproveitando a oportunidade dada pelo governo, terá sido a razão da celebração do contrato com o Ministério da Educação.</p>	<p>— Movemo-nos por uma aposta na Educação das nossas crianças.</p> <p>— Conhecendo a realidade socioeconómica das famílias do nosso concelho facilmente percebemos que as 25 horas semanais de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar se mostram-se insuficientes para dar resposta às necessidades das famílias em que pai e mãe trabalham;</p> <p>— Por isso, faz todo o sentido criar nas escolas este tipo de resposta para as famílias;</p> <p>— Aos poucos fomos construindo esta vontade de criar um serviço nas escolas públicas que apoiasse as famílias na difícil tarefa de conciliar a vida familiar com a profissional;</p> <p>— Finalmente conseguimos fazê-lo para todas as crianças das nossas escolas, através do Serviço de Apoio à Família, não para a Educação Pré-escolar mas também para os alunos do 1º CEB (no início deste ano lectivo).</p>
<p>Pergunta 3b: Que balanço faz acerca desta nova função?</p>	<p>— O balanço em termos de resultados para as crianças e famílias é necessariamente positivo.</p> <p>— Contudo, do ponto de vista financeiro, trouxe pesados encargos para a Câmara Municipal, pois as transferências do Ministério da Educação não chegam para cobrir os custos com a CAF, ficando muito aquém do desejado.</p>	<p>— A função é nova;</p> <p>— Tem vindo a ser uma resposta desta Autarquia na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos às nossas crianças e respetivas famílias.</p>
<p>Pergunta 3c: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem na implementação desta modalidade?</p>	<p>— A nível financeiro, pode salientar-se a demora que existiu no envio das verbas a transferir pelo Ministério da Educação.</p>	<p>— Os poucos constrangimentos sentidos prendem-se com a inexistência de um espaço exclusivo para a CAF (Componente de Apoio à Família) em algumas escolas;</p> <p>— O que obriga a utilização da sala de</p>

		<p>atividades.</p> <ul style="list-style-type: none"> — Contudo, e fruto do investimento desta Autarquia na requalificação e ampliação do parque escolar, esta situação é cada vez mais rara. — Claro, que não somos alheios aos constrangimentos económicos que temos vindo a vivenciar no nosso País e que se têm agravado; — Mas o resultado do investimento é muito positivo.
<p>Pergunta 4: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Sim. 	<ul style="list-style-type: none"> — Sim; — Procuramos rentabilizar os recursos disponíveis na escola: <ul style="list-style-type: none"> ○ biblioteca, ○ ginásio, ○ refeitório, ○ espaço exterior. — Nas interrupções letivas procuramos dinamizar algumas saídas.
<p>Pergunta 4a: Onde decorrem?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Na sua maioria, nos espaços onde decorrem as atividades curriculares. 	<ul style="list-style-type: none"> — Procuramos sempre que a CAF (Componente de Apoio à Família) decorra em espaço alternativo às salas de atividades; — Sempre que possível em espaço próprio ou recorrendo a salas com funções polivalentes.
<p>Pergunta 5: Qual é o horário praticado no apoio à Família?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Entre as 15.30 horas e as 17.30 horas 	<ul style="list-style-type: none"> — O acolhimento tem início às 7:30h e prolonga-se até às 9:00h uma vez que as crianças iniciam as atividades na sala a essa hora. — O prolongamento de horário tem início às 15:15h e estende-se até às 19:00h. Nas interrupções letivas e no mês de Julho assumimos o horário completo (das 7:30h às 19:00h).
<p>Pergunta 5a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Para alguns pais não, devido ao horário de trabalho que vai para além do horário estipulado, obrigando a que assumam responsabilidades no acolhimento e no prolongamento. 	<ul style="list-style-type: none"> — Sim, de outra forma não faria sentido a sua existência. — Claro, que poderá haver uma ou outra situação a descoberto mas não podemos querer responder a todas as especificidades familiares.
<p>Pergunta 5b: Quem faz o plano de atividades?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — A empresa contratada que dinamiza as actividades, sobre a supervisão das educadoras. Havendo, contudo, um responsável na divisão da educação por acompanhar a componente de apoio à família. 	<ul style="list-style-type: none"> — É elaborado pelos Animadores Culturais contratados pela Autarquia para dinamizarem as atividades junto das crianças; — Este plano é discutido e supervisionado pelas Educadoras de Infância que trabalham nesse mesmo estabelecimento de ensino; — O Plano de Atividades é igualmente avaliado e validado pela Autarquia; — Algumas actividades, em especial das referentes às interrupções letivas, são

		<p>propostas pela Autarquia. Mais uma vez o trabalho em parceria e de constante comunicação é fundamental;</p> <ul style="list-style-type: none"> — Havendo também uma articulação entre a Câmara e a Escola, no que concerne a este Serviço, através de um coordenador, responsável por coordenar a CAF (Componente de Apoio à Família); — Sendo esse coordenador funcionário da Autarquia.
<p>Pergunta 5c: Quantos alunos têm inscritos no Apoio à Família?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — 534 alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> — No presente ano lectivo 2010/2011, e ao que é Educação Pré-escolar diz respeito, temos 1407 crianças a almoçar e dentro destas 870 também solicitaram o acolhimento e o prolongamento. — Aproveito para referir que ao nível do 1º CEB temos cerca de 4000 crianças e 1540 inscritos no SAF (Serviço de Apoio à Família).
<p>Pergunta 5d: Para essas atividades costumam estabelecer protocolos com parceiros?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Sim. 	<ul style="list-style-type: none"> — Atualmente, não (Poderemos fazê-lo sempre que se justificar).
<p>Pergunta 5d1): Quem são esses parceiros?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Com empresas que desenvolvem as atividades de dinamização da CAF, contratadas pelo Município. 	<p>Não se Aplica</p>
<p>Pergunta 6: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas nas atividades na Componente de Apoio à Família?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Não têm ocorrido problemas. 	<ul style="list-style-type: none"> — O balanço que fazemos da CAF (Componente de Apoio à Família) é bastante positivo; — Anualmente, realizam um inquérito de satisfação junto dos Encarregados de Educação, Coordenação da Escola e Animadores Culturais com o intuito de auscultarmos a opinião de todos; — No ano letivo passado, 43% dos Encarregados de Educação avaliavam a CAF (Componente de Apoio à Família) com um “Muito Bom”, tendo sido enfatizada a excelente relação que as crianças estabelecem com os Animadores Culturais e Auxiliares de Ação Educativa.
<p>Pergunta 7: Qual o nível de adesão das escolas em relação a estas atividades?</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Todas as escolas têm Componente de Apoio à família e é parte integrante da escola e do seu projeto pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> — A CAF (Componente de Apoio à Família) é parte integrante da escola e do seu projeto pedagógico.
<p>Pergunta 8: Pode dar-me uma estimativa dos gastos</p>	<ul style="list-style-type: none"> — Mais ou menos quinze mil euros por mês. — (15.000,00X6m) 90.000,00€/Ano. 	<ul style="list-style-type: none"> — Entre pessoal não docente, isto é, Animadores Culturais e Auxiliares de Ação Educativa, material de desgaste,

que a autarquia está a ter com esta modalidade?		lúdico pedagógico, saídas, deverá rondar o 1.400.000.00€/Ano.
Pergunta 9: A autarquia aderiu também às competências ao nível das atividades de enriquecimento curricular que o Governo quis transferir?	— Sim, a autarquia celebrou contrato para a promoção das Atividades de Enriquecimento Curricular.	— Sim, foi um grande desafio que vencemos: colocar de pé um programa de âmbito concelhio em poucos meses.
Pergunta 9a: Quais as razões dessa adesão?	<ul style="list-style-type: none"> — Convém recordar que a decisão de celebrar o contrato de execução, em 2008, foi da responsabilidade do executivo anterior. — Pensa-se contudo quer a legislação ao dar preferência às parcerias entre agrupamentos e autarquias e a possibilidade de otimizar os recursos (humanos, financeiros, materiais entre outros) esteve na origem da celebração do referido contrato, tendo em conta a promoção da Escola a tempo inteiro. 	<ul style="list-style-type: none"> — A Autarquia da Maia coloca sempre em primeiro lugar o superior interesse das crianças e dos munícipes; — Acreditamos que esta medida contribui para a formação integral das nossas crianças, ao mesmo tempo que auxilia as famílias na gestão do tempo; — Os pais sabem que as crianças estão num local seguro – a escola – acompanhados de profissionais qualificados – os professores.
Pergunta 9b: Que balanço faz acerca deste novo encargo?	— É um balanço necessariamente positivo.	— Apesar do grande esforço que fazemos para suportar uma parte dos custos, uma vez que o financiamento não é suficiente, o saldo tem sido muito positivo.
Pergunta 9c: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem na implementação desta modalidade?	— Ao nível da colocação de professores (há necessidade de criar mecanismos que os fixem) e o paradoxo do custo benefício com a necessidade de se flexibilizar os horários.	<ul style="list-style-type: none"> — O maior constrangimento que temos experienciado desde 2006/2007, ano em que assumimos a gestão directa deste projeto, tem sido a fixação da equipa de professores; — Os horários disponibilizados não são muito grandes, no entanto, ao longo dos anos tem conseguido aumentar os tempos letivos semanais que, consequentemente, facilitam a manutenção dos professores. Este ano, através da aplicação do conceito de flexibilização de horários, a carga horária foi largamente ampliada e temos verificado que apenas uma minoria tem rescindido o seu contrato com a Câmara Municipal da Maia, a favor do Ministério da Educação é um grande concorrente das autarquias.
Pergunta 10: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?	— Sim.	— Sim.
Pergunta 10a: Onde decorrem?	— São usados os espaços também usados nas atividades curriculares	— Não se aplica

Pergunta 11: Qual é o horário praticado nas Atividades de Enriquecimento Curricular?	— Entre as 9.00-10.30 horas e/ou 16.00-17.30 horas.	— Entre as 9h00 e as 10:30h no período da manhã e entre as 15:45h e as 17:30h, no período da tarde.
Pergunta 11a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?	— Em parte sim, sobretudo o horário da tarde, pois a maioria dos pais são trabalhadores, embora o horário não cubra toda a mancha de indisponibilidade dos pais.	— Sim, sobretudo se aliarmos esta medida ao Serviço de Apoio à Família.
Pergunta 11b: Quais as matérias lecionadas?	— Inglês, Música e Atividade Física e Desportiva	— Inglês, Atividade Física e Desportiva, Informática e Música.
Pergunta 11c: Quem faz o plano de atividades?	— Seguindo as indicações/orientações do Ministério de Educação cada grupo propõem aos Agrupamentos que os analisam e os aprovam.	— O plano de atividades é elaborado em conjunto pela equipa de coordenação do programa de atividades de Enriquecimento Curricular da Autarquia, a equipa de professores e os Agrupamentos Escolares.
Pergunta 11d: Quantos alunos têm inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular?	— 1580 alunos, 100% dos matriculados nas escolas do Concelho.	— Cerca de 4500.
Pergunta 11e: Para essas atividades costumam estabelecer protocolos com parceiros?	— Não	— Não.
Perguntas 11e1) Quem são esses parceiros?	Não se aplica	— Não se aplica
Pergunta 12: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas nas atividades de Enriquecimento Curricular?	— Pode dizer-se que as Atividades de Enriquecimento Curricular têm corrido sem problemas, apenas uma ou outra situação pontual. — O maior constrangimento tem sido a rotação de docentes, hoje minorada com as condições oferecidas pela autarquia tendo em vista a sua permanência.	— Não, para além dos problemas normais decorrentes do financiamento de um programa com esta envergadura.
Pergunta 13: Pode dar-me uma estimativa dos gastos que a autarquia está a ter com esta modalidade?	- Não é possível	— Este ano letivo, estimamos movimentar 1 500 000,00€.
Pergunta 14: Considera que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?	— Sim, permitiu-lhes um maior envolvimento na promoção do sucesso escolar, na realização da Escola a Tempo Inteiro, no desenvolvimento do Projeto Educativo Municipal	— Sim, aproximou a autarquia às escolas. Obrigou-a a ser mais participativa, co-responsabilizou-a na construção de uma escola a tempo inteiro, uma escola de todos e para todos!
Pergunta 15:	— Sim, trabalha com grupos de	— Sim, no âmbito de Saúde Escolar e

<p>A autarquia tem outro tipo de projetos com as escolas?</p>	<p>dificuldade de aprendizagem, faz avaliação e intervenção psicológica,</p> <p>— e desenvolve vários projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ musicoterapia para as crianças com necessidades educativas especiais do pré-escolar, ○ fruta escolar, ○ inglês no pré-escolar, ○ despertar para os sons no pré-escolar, ○ animação para a leitura no 1.º ciclo. 	<p>também no combate ao abandono e absentismo escolar com o projeto “Maia Não Desiste”.</p> <p>— O do projeto “Maia Não Desiste” tem como objetivo geral e fundamentalmente combater o abandono/absentismo escolar de forma a minimizar os riscos da exclusão que lhe são inerentes, tornando-o num instrumento para a construção de oportunidades e possibilidades de integração social;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Dessa forma, pretende-se promover a progressão escolar e formativa dos alunos sinalizados a este Projeto em estreita colaboração com os Conselhos Executivos dos Agrupamentos Escolares e das Escolas não Agrupadas, entre outras entidades relevantes para a resolução do problema, recorrendo sobretudo ao papel determinante do próprio aluno e da sua família.
<p>Pergunta 16: Costumam envolver as escolas em outras atividades educacionais que desenvolvem?</p>	<p>— Sim.</p>	<p>— Sim, volto a referir todas as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Saúde desta Autarquia que promove ações nas escolas que vão desde a importância do pequeno-almoço, a ações de despiste no âmbito da higiene oral ou prevenção do cancro da pele.</p>
<p>Pergunta 17: Que (outro) tipo de apoios facultam às famílias?</p>	<p>— São fornecidos ao alunos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ livros escolares para todos os alunos do 1.º ciclo, ○ material pedagógico, ○ transporte escolares para a escola ○ e transportes para vistas de estudo, ○ refeições. 	<p>— Temos apoios ao nível da ação social escolar, isto é, subsídio para livros e material escolar e refeição. Acresce o subsídio para transporte escolar para alunos dentro da escolaridade obrigatória.</p> <p>— Para além do fornecimento de refeições para as crianças do 1º CEB, temos o Serviço de Apoio à Família no 1º CEB (Ciclo do Ensino Básico) que assume as minhas características da Componente de Apoio à Família na Educação Pré-escolar.</p> <p>— O SAF (Serviço de Apoio à Família) é composto pelo acolhimento que tem início às 7:30h e prolonga-se até às 9:00h, uma vez que as crianças iniciam as atividades na sala de aula a essa hora (seja com a Professora</p>

		<p>Titular, seja com as Atividades de Enriquecimento Curricular) e o prolongamento de horário, que tem às 17:30h, após as atividades em sala de aula e estende-se até às 19:00h. As interrupções letivas e o mês de Julho estão também assegurados.</p> <p>— No âmbito da ação social escolar temos ainda transportes escolares camarários, assim como a aquisição de material didático/pedagógico.</p>
<p>Pergunta 18: Há algum documento orientador da política educativa?</p>	<p>— Sim, a Carta Educativa e o Projecto Educativo Municipal está em Construção.</p>	<p>— Para além da Carta Educativa, que actualmente está a ser revista, estamos também a definir as linhas de orientação para elaboração de um Projeto Educativo Municipal.</p>
<p>Pergunta 19: As iniciativas promovidas pela Câmara no âmbito das atividades a que nos vimos referindo foram discutidas no Conselho Municipal de Educação?</p>	<p>— Sim, são analisadas e discutidas em sede de Conselho Municipal de Educação.</p>	<p>— Sim, são apresentadas e discutidas no Conselho Municipal de Educação.</p>
<p>Pergunta 20: Como sabe a legislação prevê que as secundárias passem também para o domínio das autarquias. Como é que o Município encara esta hipótese?</p>	<p>— Esta questão está em aberto, exigirá estudo, reflexão, concertação nomeadamente no aproveitamento do processo de revisão da Carta Educativa e de elaboração do Projeto Educativo Municipal. Dependerá naturalmente das políticas que vierem a definir pelo governo, mas em abstrato, é uma hipótese que não deve ser colocada de lado.</p>	<p>— Para já encaramo-la como o que é:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ uma hipótese.

ANEXO IV

**ENTREVISTAS AOS RESPONSÁVEIS DOS
AGRUPAMENTOS**

Entrevista nº 3 (E3)

Agrupamentos de Castro

No âmbito das novas competências atribuídas às autarquias, no que concerne à Componente de Apoio à Família e às Atividades de Enriquecimento Curricular, da responsabilidade das Câmaras, estando a decorrer, já, há algum tempo surge uma necessidade de efectuar um estudo sobre o funcionamento das atividades referenciadas. Por isso lhe solicito esta entrevista.

A entrevista foi com o Subdiretor – Drº Sérgio Oliveira.

Pergunta 1: Recentemente a gestão do pessoal não-docente passou para a alçada das câmaras, como é que a sua escola encarou esta medida?

Resposta1: A escola encarou de forma positiva esta medida tendo em conta que esta situação poderia ajudar a resolver situações de falta de pessoal e algumas situações relacionadas com as questões salariais das próprias funcionárias.

Pergunta 2: Acha que esta transferência do pessoal não docente veio, de algum modo, diminuir o poder que a escola detinha sobre esse pessoal?

Resposta2: Consideramos que não.

(Se sim...)

Pergunta 2b: Como?

Resposta2b: _____

Pergunta 3: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem com a transferência de competências para a autarquia?

Resposta3: Poderemos considerar como constrangimento o facto de ainda não ter sido encontrada uma solução para a questão da diferença salarial para as funcionárias que exercem exatamente a mesma atividade.

Pergunta 4: As escolas deste agrupamento têm a componente de Apoio à Família?

Resposta4: Sim

Pergunta 4a: Este serviço trouxe algum benefício para as escolas/famílias?

Resposta4a: Sim. Se considerarmos que esta componente deve de facto estar disponível para todas as crianças e suas famílias. Relativamente às escolas notou-se uma maior exigência em termos de organização de horários e de distribuição de tarefas. Contudo na medida em que constituem uma resposta às necessidades das famílias consideramos que trouxe benefícios.

Pergunta 5: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta5: Sim

(Se não)

Pergunta 5a: Onde decorrem?

Resposta5a: _____

(Se existem atividades de apoio à Família)

Pergunta 6: Qual é o horário praticado no apoio à Família?

Resposta 6: A componente de apoio à família funciona após o horário de atividades letivas, isto é após as 15:00h. Apenas num jardim esta componente é disponibilizada antes da actividade letiva.

Pergunta 6a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta6a: Julgo que sim. Tendo em conta que a maioria dos alunos deste agrupamento beneficia igualmente do transporte escolar. O horário proposto (15:00h – 17.30h) permite que as famílias possam deixar os filhos na escola sem terem que recorrer a outros tipos de apoio.

Pergunta 6b: As escolas participam na elaboração do plano de atividades?

Resposta6b: As escolas têm obrigação de colaborarem na elaboração das propostas de atividades que se desenvolvem durante este horário. Não só participarem na elaboração da proposta como supervisionarem o seu funcionamento (horário próprio das educadoras). O mesmo plano de atividades/prolongamento é apresentado e aprovado em Conselho pedagógico no âmbito do PPA (Plano Anual de Atividades).

Pergunta 6c: Quantos alunos têm inscritos no Apoio à Família?

Resposta6c: Todos os alunos do Jardim de Infância estão inscritos o que perfaz um total de 170.

Pergunta7: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas no âmbito destas atividades?

Resposta7: Não têm ocorrido problemas. Algumas situações que ocorrem são decorrentes do normal funcionamento destas atividades

Pergunta 8: O agrupamento vê com bons olhos as atividades de Apoio à Família?

Resposta8: Sim, desde que haja condições para o seu desenvolvimento.

Pergunta 9: As escolas têm também as atividades de enriquecimento curricular?

Resposta9: Sim.

Pergunta 9a: Este serviço trouxe algum benefício para as escolas/famílias?

Resposta9a: Este serviço trouxe benefícios para ambos parceiros. Contudo os constrangimentos nestas atividades prendem-se com a questão do horário do seu funcionamento.

As escolas ficaram a ganhar em organização/estruturação das atividades mas perderam no que diz respeito aos tempos nobres da aprendizagem, sobretudo quando estas atividades coincidem com o primeiro tempo da manhã.

Pergunta 9b: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta9b: Sim.

(Se não)

Pergunta 9c: Onde decorrem?

Resposta9c: _____

(Se existem atividades de enriquecimento curricular)

Pergunta 10: Qual é o horário praticado nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta10: O horário está flexibilizado. Decorrem no último bloco da tarde (90m' das 16:00h às 17:30h) ou duas vezes por semana ao início da manhã (das 9:00h às 10.30h).

Pergunta 10a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta10a: O horário vai de encontro às necessidades das famílias tendo em conta que as crianças beneficiam também do transporte escolar.

Pergunta 10b: Quais as matérias lecionadas?

Resposta10b: As atividades de enriquecimento curricular no agrupamento abrangem três áreas: Ensino da Música; Ensino do Inglês; Atividade Física e Desportiva. É ainda considerado atividade de enriquecimento curricular, embora assegurada pelo professor titular de turma, o Apoio ao Estudo.

Pergunta 10c: Quem faz o plano de atividades?

Resposta10c: O plano das atividades de enriquecimento curricular é articulado entre professores titulares de turma e os professores das disciplinas do 1º ciclo correspondentes em reunião no início do ano letivo.

Existe ainda uma programação geral realizada pelos professores do Conselho em determinada área que no entanto tem que ser ajustada ao Projeto Educativo de cada agrupamento.

Pergunta 10d: Quantos alunos têm inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta10d: Estão inscritos 272 alunos, a totalidade dos alunos do agrupamento.

Pergunta 11: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas no âmbito destas atividades?

Resposta11: Não têm ocorrido problemas com o funcionamento destas atividades. Contudo aquando da necessidade de substituição de professores em determinada área tem-se notado muitas dificuldades o que perturba o normal funcionamento das atividades letivas e de enriquecimento.

Pergunta 12: Considera que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta12: Penso que as autarquias desempenham um papel muito importante no que diz respeito à organização destas atividades. Contudo, no que diz respeito aos horários há uma inversão do princípio de que a escola lidera a situação pedagógica, uma vez que muitas vezes subjugamos as actividades letivas às de enriquecimento curricular.

Pergunta 13: A autarquia tem outro tipo de projetos com as escolas?

Resposta13: Sim. As várias Divisões propõem atividades e projetos dirigidas às escolas. Existe ainda um desfasamento acentuado nos tempos/‘timings’ em que esses projectos são apresentados às escolas a fim de poderem ser integradas no PAA (Plano Anual de Atividades).

Pergunta 14: As escolas costumam ser envolvidas noutras atividades educacionais que a Autarquia desenvolve?

Resposta14: Sim. Desde que sejam consideradas pertinentes e se enquadrarem no âmbito do Projeto Educativo de Agrupamento e possam ser inscritas atempadamente no PAA (Plano Anual de Atividades).

Entrevista nº 4 (E4)

AGRUPAMENTO - ÁGUAS SANTAS

No âmbito das novas competências atribuídas às autarquias, estando a decorrer, já há algum tempo, atividades relativas à Componente de Apoio à Família e às Atividades de Enriquecimento Curricular, decidi fazer um estudo sobre o funcionamento dessas atividades no quadro da preparação da minha dissertação de mestrado.

Por isso mesmo lhe pedi esta entrevista...

A entrevista foi com a adjunta do diretor, responsável pelo pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico – Dr.ª Alberta Rocha.

Pergunta 1: Recentemente a gestão do pessoal não-docente passou para a alçada das câmaras, como é que a sua escola encarou esta medida?

Resposta 1: Na autarquia em que trabalho isso ainda não aconteceu. Porém, vejo com bons olhos, pois esta autarquia tem um bom desempenho no sector educativo e sou de opinião que estando mais próxima geograficamente, melhora a relações.

Pergunta 2: Acha que esta transferência do pessoal não docente veio, de algum modo, diminuir o poder que a escola detinha sobre esse pessoal?

Resposta 2: Não

(Se sim...)

Pergunta 2a: Como? _____

Resposta 2a: _____

Pergunta 3: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem com a transferência de competências para a autarquia?

Resposta 3: As competências que existem já existiam e em relação a essas nenhuma.

Pergunta 4: As escolas deste agrupamento têm a componente de Apoio à Família?

Resposta 4: Sim

Pergunta 4a: Este serviço trouxe algum benefício para as escolas/famílias?

Resposta 4a: Sim. Estas famílias beneficiaram de um horário mais alargado, facilitando as famílias cujos os pais trabalham até mais tarde. Para além do apoio nos transportes escolares e refeição.

Pergunta 5: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta 5: Sim

(Se não)

Pergunta 5a: Onde decorrem?

Resposta 5a: _____

(Se existem atividades de apoio à Família)

Pergunta 6: Qual é o horário praticado no Apoio à Família?

Resposta 6: O horário do Apoio à Família é o seguinte: das 7h30 às 9h e das 17h30 às 19h.

Pergunta 6a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta 6a: Já se aproxima mas nunca resolve todos os casos na totalidade.

Pergunta 6b: As escolas participam na elaboração do plano de atividades?

Resposta 6b: Sim

Pergunta 6c: Quantos alunos têm inscritos no Apoio à Família?

Resposta 6: Sensivelmente 130 alunos.

Pergunta 7: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas no âmbito destas actividades?

Resposta 7: No início alguns, mas têm-se ajustado às realidades e necessidades da escola.

Pergunta 8: O agrupamento vê com bons olhos as atividades de Apoio à Família?

Resposta 8: Sim. Embora necessite de melhorar em alguns aspectos.

Pergunta 9: As escolas têm também as atividades de enriquecimento curricular?

Resposta 9: Sim.

Pergunta 9a: Este serviço trouxe algum benefício para as escolas/famílias?

Resposta 9a: Sim, alguns, nomeadamente: beneficiaram de um horário mais alargado, tal como, de apoio nos transportes escolares e refeições.

Pergunta 9b: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?

Resposta 9b: Sim.

(Se não)

Pergunta 9c: Onde decorrem?

Resposta 9c: _____

(Se existem atividades de enriquecimento curricular)

Pergunta 10: Qual é o horário praticado nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 10: O horário praticado para estas atividades funciona da seguinte forma: duas vezes por semana das 9h às 11h e três vezes por semana das 15:30h às 17:30h.

Pergunta 10a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?

Resposta 10a: Em alguns casos não. Os pais têm sempre de ter alguém na retaguarda.

Pergunta 10b: Quais as matérias lecionadas?

Resposta 10b: As matérias são: Música; Atividade Física Desportiva; Inglês e Apoio ao Estudo.

Pergunta 10c: Quem faz o plano de atividades?

Resposta 10c: A Câmara Municipal sendo mais tarde aprovado, ou não, pelo agrupamento.

Pergunta 10d: Quantos alunos têm inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular?

Resposta 10d: Cerca de 500 alunos.

Pergunta 11: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas no âmbito destas atividades?

Resposta 11: Alguns. Especialmente no que diz respeito à colocação de professores.

Pergunta 12: Considera que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta 12: Sim, sem dúvida.

Pergunta 13: A autarquia tem outro tipo de projetos com as escolas?

Resposta 13: Sim. Na área da saúde e ambiente.

Pergunta 14: A sua escola costuma envolver-se noutras atividades educacionais que a Autarquia desenvolve?

Resposta 14: Sim, em praticamente todas as que são promovidas pela autarquia.

ANEXO V

**SÍNTESE DAS ENTREVISTAS AOS RESPONSÁVEIS DOS
AGRUPAMENTOS**

Síntese das Entrevistas aos Agrupamentos

PERGUNTAS	AGRUPAMENTOS	
	CASTRO (Trofa)	ÁGUAS SANTAS (Maia)
Pergunta 1: Recentemente a gestão do pessoal não docente passou para a alçada das câmaras, como é que a sua autarquia encarou esta medida?	— A escola encarou de forma positiva esta medida tendo em conta que esta situação poderia ajudar a resolver situações de falta de pessoal e algumas situações relacionadas com as questões salariais das próprias funcionárias.	— Na autarquia em que trabalho isso ainda não aconteceu. Porém, vejo com bons olhos, pois esta autarquia tem um bom desempenho no sector educativo e sou de opinião que estando mais próxima geograficamente, melhora a relações.
Pergunta 2: Acha que esta transferência do pessoal não docente veio, de algum modo, aumentar o poder das autarquias sobre as escolas?	— Consideramos que não.	— Não
Pergunta 2a: Como?	— _____	— _____
Pergunta 3: Que tipo de constrangimentos sentiram ou sentem com a transferência de competências para a autarquia?	— Poderemos considerar como constrangimento o facto de ainda não ter sido encontrada uma solução para a questão da diferença salarial para as funcionárias que exercem exatamente a mesma atividade.	— As competências que existem já existiam e em relação a essas nenhuma.
Pergunta 4: As escolas deste agrupamento têm a componente de Apoio à Família?	— Sim	— Sim
Pergunta 4a: Este serviço trouxe algum benefício para as escolas/famílias?	— Sim. Se considerarmos que esta componente deve de facto estar disponível para todas as crianças e suas famílias. Relativamente às escolas notou-se uma maior exigência em termos de organização de horários e de distribuição de tarefas. Contudo na medida em que constituem uma resposta às necessidades das famílias consideramos que trouxe benefícios.	— Sim. Estas famílias beneficiaram de um horário mais alargado, facilitando as famílias cujos os pais trabalham até mais tarde. Para além do apoio nos transportes escolares e refeição.
Pergunta 5: As atividades decorrem todas no	— Sim	— Sim

espaço físico da escola?		
Pergunta 5a: Onde decorrem?	— _____	— _____
Pergunta 6: Qual é o horário praticado no Apoio à Família?	— A componente de apoio à família funciona após o horário de atividades letivas, isto é após as 15:00h. Apenas num jardim esta componente é disponibilizada antes da atividade letiva.	— O horário do Apoio à Família é o seguinte: das 7h30 às 9h e das 17h30 às 19h.
Pergunta 6a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?	— Julga que sim. Tendo em conta que a maioria dos alunos deste agrupamento beneficia igualmente do transporte escolar. O horário proposto (15:00h – 17.30h) permite que as famílias possam deixar os filhos na escola sem terem que recorrer a outros tipos de apoio.	— Já se aproxima mas nunca resolve todos os casos na totalidade
Pergunta 6b: As escolas participam na elaboração do plano de atividades?	— As escolas têm obrigação de colaborarem na elaboração das propostas de atividades que se desenvolvem durante este horário. Não só participarem na elaboração da proposta como supervisionarem o seu funcionamento (horário próprio das educadoras). — O mesmo plano de atividades/prolongamento é apresentado e aprovado em Conselho pedagógico no âmbito do PPA (Plano Anual de Atividades).	— Sim
Pergunta 6c: Quantos alunos têm inscritos no Apoio à Família?	— Todos os alunos do Jardim de Infância estão inscritos o que perfaz um total de 170.	— Sensivelmente 130 alunos.
Pergunta 7: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas no âmbito destas atividades?	— Não têm ocorrido problemas. Algumas situações que ocorrem são decorrentes do normal funcionamento destas atividades	— No início alguns, mas têm-se ajustado às realidades e necessidades da escola.
Pergunta 8: O agrupamento vê com bons olhos as atividades de Apoio à Família?	— Sim, desde que haja condições para o seu desenvolvimento.	— Sim. Embora necessite de melhorar em alguns aspetos.

<p>Pergunta 9: As escolas têm também as atividades de enriquecimento curricular?</p>	<p>— Sim.</p>	<p>— Sim</p>
<p>Pergunta 9a: Este serviço trouxe algum benefício para as escolas/famílias?</p>	<p>— Este serviço trouxe benefícios para ambos parceiros. Contudo os constrangimentos nestas atividades prendem-se com a questão do horário do seu funcionamento. — As escolas ficaram a ganhar em organização/estruturação das atividades mas perderam no que diz respeito aos tempos nobres da aprendizagem, sobretudo quando estas atividades coincidem com o primeiro tempo da manhã.</p>	<p>— Sim, alguns, nomeadamente: beneficiaram de um horário mais alargado, tal como, de apoio nos transportes escolares e refeições.</p>
<p>Pergunta 9b: As atividades decorrem todas no espaço físico da escola?</p>	<p>— Sim</p>	<p>— Sim</p>
<p>Pergunta 9c: Onde decorrem?</p>	<p>— _____</p>	<p>— _____</p>
<p>Pergunta 10: Qual é o horário praticado nas Atividades de Enriquecimento Curricular?</p>	<p>— O horário está flexibilizado. Decorrem no último bloco da tarde (90m' das 16:00h às 17:30h) ou duas vezes por semana ao início da manhã (das 9:00h às 10.30h).</p>	<p>— O horário praticado para estas atividades funciona da seguinte forma: duas vezes por semana das 9h às 11h e três vezes por semana das 15:30h às 17:30h.</p>
<p>Pergunta 10a: Sabe se esse horário vai de encontro às necessidades da Família/pais?</p>	<p>— O horário vai de encontro às necessidades das famílias tendo em conta que as crianças beneficiam também do transporte escolar.</p>	<p>— Em alguns casos não. Os pais têm sempre de ter alguém na retaguarda.</p>
<p>Pergunta 10b: Quais as matérias lecionadas?</p>	<p>— As atividades de enriquecimento curricular no agrupamento abrangem três áreas: - Ensino da Música;</p>	<p>— As matérias são: Música; Atividade Física Desportiva; Inglês e Apoio ao Estudo.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - Ensino do Inglês; - Atividade Física e Desportiva. <p>— É ainda considerado atividade de enriquecimento curricular, embora assegurada pelo professor titular de turma, o Apoio ao Estudo.</p>	
<p>Pergunta 10c: Quem faz o plano de atividades?</p>	<p>— O plano das atividades de enriquecimento curricular é articulado entre professores titulares de turma e os professores das disciplinas do 1º ciclo correspondentes em reunião no início do ano letivo.</p> <p>— Existe ainda uma programação geral realizada pelos professores do Conselho em determinada área que no entanto tem que ser ajustada ao Projeto Educativo de cada agrupamento.</p>	<p>— A Câmara Municipal sendo mais tarde aprovado, ou não, pelo agrupamento.</p>
<p>Pergunta 10d: Quantos alunos têm inscritos nas Atividades de Enriquecimento Curricular?</p>	<p>— Estão inscritos 272 alunos, a totalidade dos alunos do agrupamento.</p>	<p>— Cerca de 500 alunos.</p>
<p>Pergunta 11: Tem conhecimento se têm ocorrido problemas no âmbito destas atividades?</p>	<p>— Não têm ocorrido problemas com o funcionamento destas atividades. Contudo aquando da necessidade de substituição de professores em determinada área tem-se notado muitas dificuldades o que perturba o normal funcionamento das atividades letivas e de enriquecimento.</p>	<p>— Alguns. Especialmente no que diz respeito à colocação de professores.</p>
<p>Pergunta 12: Considera que estas novas competências vieram, de algum modo, atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?</p>	<p>— Penso que as autarquias desempenham um papel muito importante no que diz respeito à organização destas actividades. Contudo, no que diz respeito aos horários há uma inversão do princípio de que a escola lidera a situação pedagógica, uma vez que muitas vezes subjugamos as atividades letivas às de enriquecimento curricular.</p>	<p>— Sim, sem dúvida.</p>

<p>Pergunta 13: A autarquia tem outro tipo de projetos com as escolas?</p>	<p>— Sim. As várias Divisões propõem atividades e projetos dirigidas às escolas. Existe ainda um desfasamento acentuado nos tempos/‘timings’ em que esses projetos são apresentados às escolas a fim de poderem ser integradas no PAA (Plano Anual de Atividades).</p>	<p>— Sim. Na área da saúde e ambiente.</p>
<p>Pergunta 14: A sua escola costuma envolver-se noutras atividades educacionais que a Autarquia desenvolve?</p>	<p>— Sim. Desde que sejam consideradas pertinentes e se enquadrarem no âmbito do Projeto Educativo de Agrupamento e possam ser inscritas atempadamente no PAA (Plano Anual de Atividades).</p>	<p>— Sim, em praticamente todas as que são promovidas pela autarquia.</p>